

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

ANA PAULA GOMES MARTINS PINTO

**POR UMA VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO
LOCAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

**NITERÓI
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANA PAULA GOMES MARTINS PINTO

**POR UMA VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Produção e Gestão do Espaço.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. MARIA LAIS PEREIRA DA SILVA

**NITERÓI
2009**

Ficha elaborada pela Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo – BAU / UFF

P659 Pinto, Ana Paula Gomes Martins

Por uma valorização da cultura e desenvolvimento local : estudo de caso do município de Nova Friburgo / Ana Paula Gomes Martins Pinto. – Niterói, 2009.

106f.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal Fluminense, 2009.

Orientador: Maria Lais Pereira da Silva.

1. Planejamento regional. 2. Nova Friburgo (RJ). 3. Industrialização. 4. Relação trabalhista. 5. Cultura; aspecto social. 6. Desenvolvimento econômico. 7. Política social. I. Silva, Maria Lais Pereira da. II. Título.

CDD 361.61

ANA PAULA GOMES MARTINS PINTO

POR UMA VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL:

estudo de caso do município de Nova Friburgo

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Produção e Gestão do Espaço.

Aprovada em de de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. MARIA LAIS PEREIRA DA SILVA, D.Sc. (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. MARIA DE LOURDES PINTO MACHADO COSTA, D.Sc.
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. MARLICE NAZARETH SOARES DE AZEVEDO, D.Sc.
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. VALDEREZ FERREIRA FRAGA, D.Sc.
Fundação Getúlio Vargas

Prof^º. JOSÉ RICARDO GARCIA PEREIRA RAMALHO, D.Sc.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

NITERÓI
2009

Aos meus queridos avós: Celinha e Jayminho (vivo eternamente no meu coração) com todo amor, carinho e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que, através da fé, me proporcionou cumprir essa etapa até o fim.

A minha avó Célia Gomes Martins, principal incentivadora e sempre presente ao meu lado.

A Maria de Jesus Aguiar, que através de suas orações e palavras de fé e esperança, em nenhum momento me deixou esmorecer.

A Henrique Moretti, por quem tenho apreço, ressalto a sua fraternidade e companheirismo em todas as etapas da pesquisa de campo.

As amigas Cláudia Barbosa Teixeira e Liane Flemming pela partilha de ideias.

Minha orientadora Maria Lais Pereira da Silva, pela transmissão de segurança imprescindível para a realização deste estudo.

A Professora Marlice de Azevedo, por sua visão focada nos acontecimentos históricos, que muito contribuiu para compor o mosaico da realidade atual do município de Nova Friburgo.

Além do agradecimento, gostaria de registrar a emoção do reencontro as professoras Maria de Lourdes Pinto Machado Costa e Valderez Ferreira Fraga, nesse momento tão significativo da minha vida acadêmica.

Ao Professor José Ricardo Ramalho, que, através do seu estudo referente às relações sociais do trabalho, motivou um olhar mais sensível para as questões do trabalhador do setor do vestuário, em pauta.

Ao Coordenador Flávio da Silveira Bruno do Instituto de Prospecção Tecnológica e Mercadológica do SENAI-CETIQT, por sua gentileza em orientar e ceder o material de pesquisa relacionada aos distritos industriais italianos e arranjos produtivos locais.

Aos cidadãos friburguenses Cezar Luiz Martins Bezerra, Cláudio Tângari, Edil Nunes de Barros, Luzia Falcão, Marcelo Castañeda Araújo e Renata Medeiros, que colaboraram para enriquecer a visão deste estudo.

Em especial, gostaria de expressar o meu respeito, admiração e reconhecimento do valor da classe de trabalhadores do setor de vestuário de Nova Friburgo, que mantém viva a prática produtiva de moda íntima.

Uma homenagem singela a João Raimundo de Araújo, pela grandiosidade do seu estudo *Nova Friburgo: a construção do mito da Suíça brasileira (1910-1960)*.

“A cultura não é uma parede que é preciso abater. É uma janela através da qual podemos olhar, uma porta a abrir para fazer avançar ainda mais os direitos humanos.”

Thoraya Obaid

RESUMO

O processo de industrialização do município de Nova Friburgo começou no ano de 1911. Foi apoiado por alguns empresários alemães dos setores têxtil e de metal-mecânica quando a distribuição espacial das primeiras unidades industriais desempenhou um papel essencial na construção da identidade territorial bem como no estabelecimento do ambiente social e de poder. Foi também a partir dessa distribuição que a classe operária e as fronteiras de seus bairros emergiram no período como a maior fonte de recursos de oferta de emprego para a população local. Especialmente o setor têxtil apareceu como uma significativa concentração de unidades fabris com a chegada da Triumph International, na década de 1968, após a aquisição da Indústria Filó, quando se estabelece o seu setor especializado em roupa íntima feminina, naquela municipalidade. Durante a crise econômica de 1980, um considerável número de costureiras foi demitido daquela indústria e, como meio de sobrevivência, elas começaram a desenvolver, por iniciativa própria, a produção dentro de seus lares. Devido a essa circunstância, a reformulação da confecção industrial, de larga para pequena escala, originou o Polo de Moda Íntima como uma nova tendência de modelo de produção, exercendo influência sobre os municípios vizinhos. Porém, a partir de pré-supostos dessa nova estrutura organizacional ainda influenciada pela tradição industrial local, promoveu-se o desenvolvimento da dimensão econômica, mas não de maneira igualitária. Nesse sentido, o foco central desta pesquisa busca clarificar valores socioculturais e a identidade territorial de Nova Friburgo bem como a influência desses fatores culturais sobre a configuração de peculiaridades do Pólo de Moda Íntima. O objetivo dessa opção de pesquisa é compreender de que maneiras tal modelo de desenvolvimento interage com a comunidade local, para além da implementação de emprego.

Palavras-chave: cultura, identidade territorial, desenvolvimento local.

ABSTRACT

The industrialization process of the Nova Friburgo district began in the early 1911. It was supported by some German businessmen from the textile and the metal-mechanics sector, when the spatial distribution of the first industrial units performed an essential role either in the building of the territory identity as well as in the social ambience and power establishment. It was also from that distribution that the blue collar working class and their neighborhood borders emerged in that period of time as the main source of jobs offer for the surroundings population. Especially the textile sector showed up as a significant concentration of industrial units with the arrival of the Triumph International, in the 1968 decade, after the acquisition of the Filó Industry when it establishes its clothing specialized sector of feminine underwear in that municipality area. During the 1980 economic crisis, a significant number of seamstress of that industry were dismissed and, as a means to survive, they began to develop by their own initiative an inside their homes production. Due to that circumstance the reformulation of the clothing industry from large to little scale production, originated a Lingerie Fashion Center as a new tendency model of production, exerting influence on the surrounding districts. Although, from the supposition of that new organizational structure, but still influenced by the local industry tradition, promoted the development of the economic dimension, but not in an egalitarian way. Toward that sense, the core of this research study looks for socio-cultural values and the Nova Friburgo district territorial identity as well as for the influence of those cultural factors on the configuration of peculiarities of the Feminine Underwear Center. The objective of that research option is to understand in which ways such development model, interacts with the local community, beyond the employment implementation.

Keywords: culture, territory identity, local development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 REFERENCIAL TEÓRICO	10
1.1. POR UMA NOVA ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO.....	10
1.1.1 A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO.....	10
1.1.2 IDENTIDADE DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	15
1.2 RUMOS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS NO TERRITÓRIO.....	19
1.2.1 A CRISE ECONÔMICA DOS ANOS 1980 E A REESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO.....	19
1.2.2 AS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS: OS DISTRITOS INDUSTRIAIS ITALIANOS E OS <i>CLUSTERS</i> DO VALE DO SILÍCIO.....	23
1.2.3 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....	27
2 AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO	32
2.1 O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO.....	32
2.2 CULTURA, SOCIEDADE E ESPAÇO.....	37
2.3 DAS FÁBRICAS TÊXTEIS AO POLO DE MODA ÍNTIMA.....	43
2.3.1 A DISTRIBUIÇÃO DAS FÁBRICAS TÊXTEIS NO TERRITÓRIO.....	46
2.3.2 A CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA DE MODA ÍNTIMA NO TERRITÓRIO.....	53
2.4. O POLO DE MODA ÍNTIMA.....	58
2.4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	58
2.4.2 ASPECTOS PLURIDIMENSIONAIS.....	61
2.4.3 ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS ATORES NO TERRITÓRIO.....	63
2.4.3.1 Governança.....	64
2.4.3.2 Identidade do território.....	69
2.4.3.3 Interação e cooperação.....	71
2.4.4 INFRAESTRUTURA.....	74
2.4.5 IMPACTOS.....	77

3 O TRABALHADOR FRENTE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO.....	79
3.1 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR DO SETOR DE VESTUÁRIO NO POLO DE MODA ÍNTIMA.....	79
3.1.1 O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO.....	80
3.1.2 A TRANSPOSIÇÃO DOS VALORES DA CULTURA PRODUTIVA PARA GERAÇÕES FUTURAS.....	83
3.2 A REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DO POLO DE MODA ÍNTIMA.....	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	93
6. APÊNDICE.....	99
7. ANEXO.....	101

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mapa da área de influência do Município de Nova Friburgo – RJ.....	33
FIGURA 2 – Mapa dos distritos do Município de Nova Friburgo.....	34
FIGURA 3 – Mapa de localização das fábricas pioneiras de origem alemã e dos bairros operários.....	49
FIGURA 4 – Esquema das relações comerciais do Polo de Moda Íntima, em 2004	53
FIGURA 5 – Imagem de satélite de localização da concentração produtiva de moda íntima – Olaria	54
FIGURA 6 – Moradia e comércio de produto moda íntima, situados na Rua Presidente Vargas, na localidade de Olaria	55
FIGURA 7 – Empresa Suspiro Íntimo e Lucitex, situadas na Rua Presidente Raul Veiga, na localidade de Olaria.....	55
FIGURA 8 – Imagem de satélite de localização da concentração produtiva de moda íntima – Ponte da Saudade.....	56
FIGURA 9 – Comércio de moda íntima na localidade de Ponte da Saudade, à margem da RJ-116.....	56
FIGURA 10 – Rodoviária Sul, na localidade de Ponte da Saudade, à margem da RJ-116.....	57
FIGURA 11 – Gráfico de evolução do emprego formal no Polo de Moda Íntima e Brasil.....	62
FIGURA 12 – Esquema da estrutura de governança Polo de Moda Íntima.....	65
FIGURA 13 – Gráfico de consumo de energia por segmento (MWh).....	77

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Características do APL de Moda Íntima - Nova Friburgo.....	59
TABELA 2 – Distribuição do emprego por faixa de tamanho - APL de Moda Íntima - Nova Friburgo.....	60
TABELA 3 – Posicionamento da micro-região de atuação do APL Moda Íntima com relação ao Estado do Rio de Janeiro (ERJ)	61
Tabela 4 – PIB - Município/Região, Polo de Moda Íntima e Estado do Rio de Janeiro (valores em R\$ milhões).....	62
Tabela 5 – Percepção das empresas quanto à infraestrutura: energia e telecomunicações.....	76

INTRODUÇÃO

Em 2004, ao cursar o MBA¹ em Comércio e Finanças Internacionais para a Cadeia Têxtil, realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem / Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (SENAI-CETIQT) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), surgiu o interesse em investigar o movimento de reestruturação produtiva por parte das micro e pequenas empresas (MPEs) no setor de vestuário que começava a despontar tanto no cenário econômico nacional quanto internacional sob a configuração de Arranjo Produtivo Local (APL) e por revelar uma nova dinâmica de desenvolvimento que, além de apontar uma alternativa de geração de emprego e renda para a população local, também tem em vista o processo de inclusão social e o fortalecimento da identidade do território.

A seleção do estudo de caso do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo foi motivada em particular pela presença ativa das fábricas têxteis e de vestuário na região e, principalmente, pelo fato desse arranjo ser considerado referência pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjo Produtivo Local (GT/APL), estruturado pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) cujo objetivo é aumentar a competitividade das MPEs brasileiras. Estas, por sua vez, organizadas em arranjos produtivos locais, tendem a buscar o desenvolvimento integrado em concordância com a estratégia de desenvolvimento do País.

Apenas em 2007, porém, este projeto de pesquisa foi colocado em prática com o ingresso no mestrado de Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal Fluminense, na linha de pesquisa Espaço e Cultura. Dentre as contribuições acadêmicas importantes para este trabalho, destaco a experiência da disciplina *Produção Social do Espaço Urbano* que trouxe uma maior conscientização sobre a significância da participação de todos os atores sociais na construção do espaço, no sentido de que a rede de relações sociais que se projeta em um

¹ *Master in Business Administration*

determinado espaço é um importante fator no desenvolvimento territorial. Isso auxiliou na definição da abordagem do tema.

Assim, a contribuição dessas vivências acadêmicas foi decisiva para a construção desta dissertação. Soma-se a esse fato a constatação de que a maioria dos estudos sobre o assunto está direcionada para a dimensão econômica, sendo raros os que abordam o tema considerando a dimensão cultural e a identidade do território. Sob essa ótica, pretende-se, com este estudo, colaborar com a leitura analítica do desenvolvimento local.

E também por acreditar na implantação de bases mais igualitárias de desenvolvimento local, vislumbrando a sua possibilidade de extensão para outras regiões do território nacional. Reforçando, nesse sentido, a escolha do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo por estar inserido em um município que tem o *slogan* de “Suíça brasileira” no Estado do Rio de Janeiro suplantando inconscientemente tais valores socioculturais.

Pois bem, o Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo é visto como modelo de desenvolvimento econômico local sendo o que mais emprega a população, gerando mais de 20 mil postos diretos e indiretos de trabalho e contabilizando um faturamento anual que gira em torno de R\$ 600 milhões².

No entanto, apesar de ser considerado um importante instrumento de política de desenvolvimento, raramente se tem conhecimento dos benefícios tangíveis para a população, além da geração de postos de trabalho no município que se estende inclusive para os municípios vizinhos. Indicando a necessidade de uma investigação sobre as relações socioculturais que se estabelecem no território.

Neste cenário, observou-se o fenômeno da tentativa de reprodução do modelo dos Distritos Industriais Italianos (DII), caracterizados, a priori, pela concentração de empresas em torno de uma mesma atividade produtiva, com proximidade geográfica, apresentando uma proposta de desenvolvimento constituído historicamente, por meio das relações políticas, econômicas, sociais e culturais, remetendo a diferentes contextos e escalas, valorizando a identidade produtiva do território.

Além disso, é importante mencionar que esse modelo apresenta a possibilidade de alterar as condições de concentração do poder e da riqueza, ampliar a esfera pública e transformar as relações entre Estado, mercado e sociedade. Vale mencionar, ainda, que tem o associativismo, o cooperativismo e a governança local como pilares da estratégia de desenvolvimento das micro e pequenas empresas, para a sua sobrevivência e competitividade

² POLO DE MODA ÍNTIMA NOVA FRIBURGO E REGIÃO, 2008a.

perante as novas demandas da globalização. Outro aspecto importante para ser trazido para esse debate é a presença da identidade sociocultural, que diz respeito ao passado comum dos membros das sociedades locais, contribuindo para consolidar as relações entre os atores sociais.

Com base no exposto, em 2002, visando à reprodução desse modelo de desenvolvimento em território nacional, foi implantado o projeto *Promos/Sebrae/BID*, onde o Polo de Moda Íntima foi um dos arranjos selecionados.

No entanto, são necessárias análises sobre a transposição dos valores dos distritos industriais italianos para a realidade do território de Nova Friburgo. Esse cenário é repleto de complexidades e diversidades de valores socioculturais, que se encontram arraigados no seio da sociedade friburguense. Para tanto, é importante conhecer primeiro os valores socioculturais do território para identificar, posteriormente, os do Polo de Moda Íntima já que esse arranjo surge numa determinada realidade social e não a sua margem.

Desse modo, a percepção, aqui apresentada, vai além da dimensão meramente econômica de desenvolvimento. Outro aspecto relevante é verificar se houve, de fato, melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores buscando averiguar a relação capital-trabalho no Polo de Moda Íntima.

O recorte do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo foi utilizado de modo a demonstrar a necessidade de revalorização da cultura produtiva que tem suas origens nas fábricas têxteis e de vestuário, tendendo a melhorar a qualidade de vida do trabalhador/comunidade.

a) Objetivos e relevância do estudo

O objetivo geral desta dissertação é o estudo do arranjo produtivo local, tomando-se por base o Polo de Moda Intima do município de Nova Friburgo. Para tanto, pretende-se identificar a dimensão dos valores socioculturais e da identidade territorial presente no referido município, para avaliar a influência desses indicadores e quais as variáveis determinantes que configuram as particularidades do polo. Como objetivos específicos, destacam-se:

- Identificar os referenciais teóricos que possibilitaram a compreensão e análise das particularidades existentes no território de Nova Friburgo, com o objetivo de ir além da dimensão econômica para considerar as questões relativas aos fatores geográficos, sociais e culturais que alicerçam a sociedade friburguense.

- Diagnosticar as principais variáveis no processo de industrialização do município, incluindo a distribuição inicial das fábricas têxteis no espaço até o surgimento do Polo de Moda Íntima. É válido dizer que os resultados auxiliaram tanto no entendimento teórico do fenômeno quanto no fornecimento de dados diferenciados a serem considerados no planejamento e promoção do desenvolvimento local.
- Analisar o fortalecimento da dinâmica do arranjo como indicador importante para os aspectos da articulação, sensibilização e mobilização dos atores no território.
- Identificar a percepção subjetiva dos processos de exclusão/inclusão social no desenvolvimento local, mais especificamente com relação aos trabalhadores do setor de vestuário.

Nesse sentido, este estudo justifica-se pela importância de se entender as relações socioculturais que se projetam no processo de desenvolvimento local, considerando a atuação do Polo de Moda Íntima no processo de mudanças recentes no município de Nova Friburgo.

b) Metodologia de pesquisa

Como procedimento metodológico, após a delimitação da área de estudo, procedeu-se a coleta dos dados referentes ao estudo de identificação dos valores socioculturais presentes no território de Nova Friburgo a fim de verificar a influência das fábricas têxteis e de vestuário no Polo de Moda Íntima. Além disso, buscou-se investigar as relações sociais do trabalho no setor de vestuário já que pouco é sabido a respeito. Partindo desse ponto foram realizados levantamentos bibliográficos a cerca do referencial teórico e selecionados dados e informações técnicas como coleta de dados, documentos, artigos, estudos e trabalhos já existentes sobre o assunto.

A partir da pesquisa realizada no *site* Polo de Moda Íntima Nova Friburgo e Região, foi possível checar que as informações gerais fornecidas em entrevista pelo Conselho da Moda Íntima foram extraídas na íntegra do próprio site e também foi possível identificar os atores sociais. É válido dizer que as outras informações dessa entrevista foram ratificadas com posterior pesquisa tendo como fonte o jornal friburguense, *A Voz da Serra Online*.

Além disso, foram estabelecidos contatos com fontes provedoras de informações sobre o Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo acrescentando dados sobre as relações sociais de trabalho. Realizaram-se entrevistas com os seguintes participantes:

- Conselho da Moda, responsável pela tomada de decisões do polo, embora o primeiro contato tenha sido estabelecido pessoalmente, *in loco*, a negociação para

a obtenção das informações foi concedida através do questionário-entrevista com perguntas formuladas em aberto, enviado por e-mail.

- Cláudio Tângari, presidente do Conselho da Moda da gestão anterior, foi indicado pelo próprio conselho para atualizar a informação sobre a desapropriação de duas fazendas para a criação de uma possível área industrial destinada ao Polo de Moda Íntima e ao Polo de metal-mecânica, contida no estudo *O Sebrae e os arranjos produtivos locais: o caso de Nova Friburgo/RJ* (BORIN, 2006). O contato foi por e-mail e, posteriormente, a entrevista foi realizada por telefone. Decorrente disso, a citação baseada na entrevista foi submetida ao participante para aprovação prévia, recebendo seu consentimento por e-mail.
- O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo, parte fundamental dessa pesquisa, auxiliou na verificação da percepção dos valores socioculturais do Polo de Moda Íntima sob a ótica do trabalhador. Além disso, foi possível identificar de que forma as relações trabalhistas das fábricas têxteis e de vestuário se reproduzem no Polo de Moda Íntima.

É relevante mencionar que a seleção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo para a realização do grupo focal ocorreu de forma espontânea. Inicialmente, foi selecionada a Casa do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo, localizado na Avenida Comte Bittencourt n°. 88 – Centro, mas devido à sua desativação no decorrer do desenvolvimento dessa dissertação foi necessário buscar alternativas para retomar o propósito de interagir com a comunidade local. O redirecionamento da escolha, então, recaiu sobre o Conselho Municipal das Associações de Moradores de Nova Friburgo (ComAmor). Ao ser contatado o presidente desse conselho, Cezar Luiz Martins Bezerra, revelou o desconhecimento das atividades do referido polo. No entanto, ele mencionou a situação de desvalorização em que se encontra o trabalhador do setor de vestuário e sugeriu a realização das entrevistas no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo.

Visando enriquecer as possibilidades da pesquisa qualitativa, empregou-se a metodologia de grupos focais, utilizando temas³ para debate quando surgiam questões relativas às formas de interação do trabalhador do setor de vestuário com o Polo de Moda Íntima. Com esse procedimento metodológico, foi possível verificar se o trabalhador desse setor se reconhece como parte integrada no processo de implantação e de desenvolvimento do

³ cf. Apêndice, p. 100.

polo no território, se identifica a valorização dos elementos e referências culturais do território presente no polo e se houve possíveis melhorias nas suas condições de vida. Tal material obtido, além de ser utilizado para análise e formulação dos resultados sócio-históricos, foi aproveitado para enriquecer a revisão dos valores socioculturais desse setor produtivo.

É válido mencionar que não foi do interesse da pesquisa identificar os autores dos depoimentos, tendo como principal preocupação manter, além das identidades preservadas, a integridade do depoimento dos entrevistados evitando a publicação de declarações atribuídas a eles que não correspondessem ao seu verdadeiro sentido. Em função disso, foram tomados cuidados no sentido de preservar as entrevistas na íntegra e evitar problemas éticos. Todos os oito participantes do grupo focal foram contatados pelo pesquisador após uma reunião na classe dos trabalhadores na Sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo, no dia 3 de abril de 2009. Participaram do debate somente os trabalhadores que estavam interessados em conhecer e participar do estudo de pesquisa. O processo seletivo dos seguintes participantes se deu de forma espontânea: Sandra Conceição Vieira de Jesus (costureira); Roberto Teixeira da Motta (cortador), Patricia Blacheyra (assistente de planejamento), Sebastião Ribeiro (cortador/*freelancer*), Luciene Luiz de Assis (costureira), Deiza Feliz (costureira), Maria Helena Hoelse de Oliveira (costureira) e Geovania de Souza (cortadora).

Para ratificar, a dinâmica de grupo focal foi realizada no dia 3 de abril de 2009, na Sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo, na Avenida Alberto Braune nº. 84, sala 113 – Centro, iniciada por volta das dezoito horas, teve duração de aproximadamente duas horas. Os participantes são trabalhadores do setor de vestuário e exercem, em sua maioria, as funções de costureira e de cortador no segmento de moda íntima. É importante dizer que os referidos trabalhadores do setor de vestuário são cidadãos friburguenses que residem nas localidades de Olaria e Cordoeira, no distrito de Nova Friburgo, e na localidade de São Jorge, no distrito de Conselheiro Paulino.

Cabe mencionar a surpresa dos trabalhadores sobre a conscientização de sua importância na participação da pesquisa e o desejo que os mesmos demonstraram em colaborar para a realização dessa etapa tão imprescindível nesta dissertação. Devido ao método utilizado para o registro dos depoimentos preservou-se o tom coloquial da linguagem oral. No que diz respeito à citação de trechos no texto, foi preservado o sentido original das declarações.

Para obter maiores informações sobre as relações trabalhistas, foi realizada uma entrevista com Luzia Falcão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do

Vestuário de Nova Friburgo que apontou, além da questão da demanda de mão de obra no setor do vestuário, o movimento dos trabalhadores do setor de vestuário para outros setores em busca de melhores remunerações e condições de trabalho.

Optou-se por apresentar os resultados em tópicos sequenciais, associando as declarações dos entrevistados com as informações tratadas no decorrer do desenvolvimento da dissertação, com o objetivo de revisar os valores socioculturais, a partir do cruzamento das informações dessas duas fontes.

Na discussão dos resultados, procurou-se examinar os pontos críticos identificados como a centralidade de poder exercida pelas fábricas de origem alemã, no território de Nova Friburgo, e, por outro lado, a ausência da comunidade nos processos participativos de desenvolvimento local.

Seguindo esse contexto, o grupo focal abordou como discussão temática *A relação entre o trabalhador e o APL do Polo de Moda Íntima no município de Nova Friburgo* (ver apêndice) sendo dividida em três questões chaves elaboradas com base no Componente I – Fortalecimento da dinâmica do arranjo de acordo com o *Termo de Referência para atuação do Sistema Sebrae em APL*:

- 1) Governança – identificar se o trabalhador/comunidade tem acesso à informação e participação nas tomadas de decisões do arranjo no território.
- 2) Identidade do território – verificar se o trabalhador se reconhece como parte integrada no processo de implantação e desenvolvimento do arranjo no território; identificar e valorizar os elementos e as referências culturais existentes no território, para proporcionar possíveis melhorias nas condições de vida do trabalhador e da comunidade local e ainda identificar possíveis impactos.
- 3) Interação e Cooperação – investigar a relação social entre o trabalho e o Polo de Moda Íntima; verificar a existência de iniciativas, ações, atividades ou projetos; buscar alternativas que possam fortalecer a integração do trabalhador com o desenvolvimento do arranjo.

Em entrevista realizada com Luzia Falcão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo, registra-se certa tendência no direcionamento da mão de obra para outros setores mais atrativos em termos de remuneração e condições trabalhistas. Cabe mencionar que Edil Nunes de Barros, assessor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo, colaborou com informações sobre o piso salarial, das funções de costureira e de cortador, e a importância da efetuação de

um contrato com as empresas nas áreas de influência da atividade produtiva, nos municípios vizinhos, para assegurar a igualdade salarial.

Quanto ao Conselho da Moda, a assessora Renata Medeiros concedeu a autorização do envio do questionário-entrevista por e-mail, uma vez que a entrevista pessoal não fora concedida pelo então presidente do referido conselho, o empresário Carlos José Iecker dos Santos. O questionário-entrevista foi dividido em três partes: 1) Informações gerais; 2) Se o Conselho de Moda interage com comunidade local?; 3) Como o Conselho da Moda promove a cultura local?

Desse modo, através das entrevistas e do grupo focal, o conhecimento obtido contribuiu para identificar diferentes percepções que constroem as relações socioculturais entre o Polo de Moda Íntima e o território de Nova Friburgo fornecendo subsídios para uma possível valorização da cultura local, almejando a inclusão social dos trabalhadores como atores sociais no processo participativo de tomada de decisão.

É importante sublinhar que a realização do grupo focal revelou a existência de um sentimento de exclusão da parte dos trabalhadores do setor de vestuário em relação às tomadas de decisões do Polo de Moda Íntima. Por outro lado, presentiu-se que as empresas têxteis e de vestuário exercem uma relação de poder sobre esse polo.

c) Estrutura dos capítulos

A partir das considerações e dos objetivos propostos nesta seção, a dissertação está estruturada da forma a seguir.

O capítulo 1 – *Referencial teórico* – fornece uma fundamentação teórica a respeito das duas frentes integradas de desenvolvimento local: (a) Por uma nova abordagem de desenvolvimento: apresenta o universo conceitual sobre a cultura e desenvolvimento; identidade do território e desenvolvimento local, buscando valorizar as propostas de ação com bases culturais do desenvolvimento sustentável; (b) Rumos dos arranjos produtivos no território: contém uma reflexão da crise econômica dos anos 1980, enfatizando a substituição do modelo fordista pela flexibilização, a desregulamentação e reestruturação produtiva bem como o surgimento de novos modelos produtivos, em especial, os distritos produtivos italianos, que servem como inspiração para a implantação dos arranjos produtivos locais no Brasil.

O capítulo 2 – *As relações socioculturais e o desenvolvimento local do município de Nova Friburgo* – revela os resultados derivados da revisão de alguns valores socioculturais identificados na sociedade friburguense e que tiveram, entre outras origens, a organização das

fábricas têxteis iniciais e sua transposição para o Polo de Moda Íntima. Destaca-se a análise do processo de localização dessas fábricas de origem alemã no território e o surgimento da concentração produtiva de moda íntima na localidade de Olaria, que abrigava uma vila operária, e, posteriormente, na localidade de Ponte da Saudade. Para finalizar, desenvolve-se uma análise da articulação, sensibilização e mobilização dos atores no território com base nesses valores identificados. Na construção da fundamentação teórica deste capítulo, enfatiza-se o estudo por sua narrativa que elucida os principais fatores de desenvolvimento econômico impulsionado pelo processo de industrialização do município de Nova Friburgo.

O capítulo 3 – *O trabalhador do setor de vestuário frente ao desenvolvimento local do município de Nova Friburgo* – avalia alguns aspectos da participação do trabalhador no que diz respeito à interação e cooperação, assim como as ações do Polo de Moda Íntima para promoção da cultura e da identidade territorial e suas implicações no processo de inclusão ou exclusão social no desenvolvimento local. A partir do resultado encontrado, apresenta-se uma reflexão sobre a necessidade de reavaliação da cultura produtiva de moda íntima e da estrutura organizacional do polo para uma maior participação do trabalhador/comunidade, visando assegurar a sobrevivência dessa atividade produtiva no referido município.

Por fim, as considerações finais do estudo, apresentam uma análise geral dos resultados e contribuições produzidas no decorrer da dissertação e possíveis perspectivas para trabalhos futuros.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para investigar a complexidade sociocultural presente no município de Nova Friburgo e os aspectos dessa relação com o Polo de Moda Íntima no desenvolvimento local, buscou-se apresentar os conceitos de cultura, identidade e território. Além disso, é importante integrar, neste quadro, a abordagem da crise econômica dos anos 1980, que resultou na reestruturação produtiva da indústria e na redução dos postos de trabalho, o que suscitou a valorização das pequenas empresas como instrumento de desenvolvimento econômico local. Essa gama de fatores geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais alicerçam a base da dinâmica desse arranjo produtivo local.

1.1 POR UMA NOVA ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO

1.1.1 A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO

O crescimento econômico é necessário, porém se reconhece que não é suficiente para gerar desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a relação entre cultura e desenvolvimento vem assumindo um lugar de destaque na agenda contemporânea das atividades vinculadas ao desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou três conferências internacionais sobre políticas culturais nas décadas de 1970 a 1990. Em 1988, lançou o projeto *Década Mundial do Desenvolvimento Cultural* (1988-1997). Em 1991, foi criada uma Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento com a função de elaborar o *Relatório Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento*⁴, contendo reflexões e propostas de ações com bases culturais do desenvolvimento humano. Em 2001, lançou a *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural*, declarando a data de 21 de maio como o *Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento*.

⁴ O relatório foi lançado em 1995, intitulado *Nossa Diversidade Criadora*.

O relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (CUÉLLAR, 1997), enfatiza que o desenvolvimento desvinculado de seu contexto humano e cultural não é mais do que um crescimento sem alma.

Nesse relatório há conceitos amplos e alguns específicos sobre o desenvolvimento, ultrapassando a visão de conservação intacta do capital físico que produz um fluxo de renda, para destacar a importância da conservação, da substituição e do crescimento do volume de capital, tanto físico quanto humano, que constituem, sem dúvida, um aspecto da sustentabilidade.

Outro aspecto mencionado é a conservação das condições ambientais para a composição do bem-estar. Os recursos ambientais essenciais à produção devem ser utilizados de forma sustentável a fim de se evitar a poluição e a exaustão dos recursos renováveis. Isso pode vir a significar o aumento desses recursos ambientais, dependendo, porém, mais uma vez, do crescimento populacional, da tecnologia, das preferências e assim por diante. Deve-se investir também em produtos de substituição, visando conservar a base produtiva para a sustentação do bem-estar.

No que diz respeito à comunidade, os esforços estão concentrados na capacidade de habilitar os cidadãos dos países em desenvolvimento para a condução de projetos, permitindo a retirada de especialistas estrangeiros sem que o sucesso das atividades seja afetado. Isso implica no treinamento de agentes locais e no apoio à criação de capacidade tecnológica, empresarial e administrativa do local.

Segundo o referido Relatório, é um equívoco tratar a cultura meramente como um instrumento da sustentação de alguma outra coisa, tal como o desenvolvimento econômico, ou como se ela fosse algo estático. Este destaca também o papel constitutivo da cultura e sua importância como objetivo em si, englobando o próprio desenvolvimento.

O papel da cultura também deve ser considerado como um fim desejável em si mesmo, que é o de conferir sentido à nossa existência [...] Cultura, pois, não significa apenas um elemento do progresso material: ela é a finalidade última do 'desenvolvimento' definido como florescimento da existência humana em seu conjunto em todas as formas (CUÉLLAR, 1997, p. 32-33).

Nesse contexto, deve-se ressaltar que a noção de sustentabilidade levanta, portanto, a questão de como a própria natureza é concebida e, conseqüentemente, os valores culturais que condicionam o relacionamento da sociedade com a natureza são vistos.

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. [...] Não é, portanto, um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos [...] A cultura, transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio (CLAVAL, 2001, p. 63).

Assim, no dizer de Claval (2001), constata-se que a cultura se constrói por meio das relações sociais, onde o indivíduo se encontra inserido e através das quais recebe informações, códigos e sinais, constituindo assim uma cultura própria, carregada de valores e de saberes passados, porém não é estática, isto é, a cultura evolui com as práticas sociais no contexto em que está inserida.

Para complementar essa percepção, segundo o *Relatório Brundtland*⁵, o desenvolvimento sustentável tem como finalidade promover o desenvolvimento econômico buscando satisfazer os interesses da geração presente sem comprometer a geração futura. Segundo consta no referido relatório “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1991, p. 46).

Nesse contexto, pode-se observar que essa nova proposta de desenvolvimento abriga uma dimensão mais ampla que o desenvolvimento meramente econômico.

Satisfazer as necessidades e aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupa, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida [...] Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham as suas necessidades básicas atendidas e lhe sejam proporcionadas oportunidades de concretizar as suas aspirações e uma vida melhor (idem, p. 46-47).

É importante enfatizar que desenvolvimento sustentável implica, também, a participação da sociedade local, tanto no planejamento da ocupação do espaço como na distribuição de renda, onde os cidadãos são beneficiados com ofertas de infra-estrutura urbana, física e social que contribuem para melhorar a qualidade de vida.

Para Oliveira (2002) o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente

⁵ Em 1987, o relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), também conhecido como *Relatório Brundtland*, publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) apontou a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso em todo o planeta e, a longo prazo, a ser alcançado pelos países em desenvolvimento e desenvolvidos.

humana e social. “Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras” (OLIVEIRA, 2000, p. 40).

Kasahara e Santana (2007) enfatizam que a questão central do debate sobre o desenvolvimento local é a importância do chamado espírito empreendedor dos atores sociais, governos e instituições. Nesse sentido, ressalta-se a revalorização da esfera local como foco de ação para implementação de políticas sociais que tenham real impacto sobre a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico da região.

Do mesmo modo, Gordin e Oliveira (2008, p. 40) assinalam que o desenvolvimento local é o resultado da capacidade dos atores e da sociedade local de se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades.

Nessa mesma direção, observa-se também que outras dimensões devem ser levadas em consideração no desenvolvimento local. Para Sachs (1994, p. 25-27), esse novo modelo de desenvolvimento para ser eficaz precisa estar balizado pelas cinco dimensões de ecodesenvolvimento⁶:

- a) sustentabilidade social – tem como objetivo reduzir substancialmente as desigualdades sociais; busca promover a inclusão e o estreitamento dos elos de relacionamento social, usando ativos sociais do local para as resoluções de problemas de forma cooperada;
- b) sustentabilidade econômica – a eficiência econômica avaliada principalmente em termos de critérios macrossociais, não somente em termos microeconômicos ou empresariais;
- c) sustentabilidade ecológica – pressupõem formas menos abusivas tanto em termos econômicos quanto socioambientais de intervenção do ser humano na natureza;
- d) sustentabilidade espacial – promover o equilíbrio entre o meio rural e o urbano, a fim de evitar os impactos negativos da hiperurbanização; priorizando novas formas de civilização, com base no uso sustentável de recursos renováveis;

⁶ O conceito de ecodesenvolvimento, lançado por Maurice Strong, em junho de 1973, consiste na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético. Na década de 1980, o economista Ignacy Sachs se apropria do termo e o desenvolve conceitualmente, criando um quadro de estratégias ao ecodesenvolvimento. Parte da premissa deste modelo se basear em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (LAYRARGUES, 2008, p. 3).

e) sustentabilidade cultural – potencializa e pereniza valores culturais, saberes populares, códigos de relacionamento e fortalecimento da identidade das comunidades.

E, de fato, o desenvolvimento precisa ser humano, social e sustentável, ou seja, ir além da criação e reprodução do capital econômico para criar e reproduzir o capital intelectual gerado pelas pessoas. “Para promover o desenvolvimento básico, o fundamental, é preciso aumentar quatro tipos de “capitais” – a renda, o capital empresarial, o capital humano e o capital social, além, é claro, de conservar dinamicamente um quinto tipo: o capital natural”⁷ (FRANCO, 2000, p. 9).

Portanto, pensar em desenvolvimento humano, social e sustentável, significa buscar um novo conceito de desenvolvimento local, que articula a dinamização do crescimento econômico com outros fatores, tais como: o crescimento do capital humano, o crescimento do capital social, a conquista de uma governança eficiente e o uso sustentável do capital natural.

Outro aspecto bastante significativo diz respeito à possibilidade da cultura ser considerada como um estímulo ao capital social de uma comunidade por fomentar “o sentimento de pertencimento a um projeto coletivo, a participação, a promoção de atitudes que favoreçam a paz e o desenvolvimento sustentado, o respeito a direitos, enfim, a capacidade da pessoa humana e das comunidades de regerem o seu destino” (WERTHEIN, 2003, p. 16).

Da mesma forma que, para Furtado (2000, p. 70), a partir da lógica do desenvolvimento local, “constroem-se as políticas que resgatam e expandem a noção de desenvolvimento para a dimensão cultural, ou seja, para os valores das coletividades, sendo os sistemas simbólicos que constituem a cultura”.

Nessa acepção, a cultura pode ser vista como instrumento de descrição e de entendimento da realidade local. É nesse sentido que se reconhece a necessidade do envolvimento da sociedade no processo de desenvolvimento bem como torna-se imprescindível conhecer os valores socioculturais que cercam seus atores para identificar, construir e analisar as potencialidades, para desenvolver as ações que possibilitem a sustentabilidade do desenvolvimento local.

Para uma melhor conscientização acerca da importância dos valores culturais, sociais e de identidade do lugar, nos processos de desenvolvimento local, apresenta-se a seguir as

⁷ Capital humano diz respeito ao conhecimento e à capacidade de criá-lo (envolve educação, saúde, nutrição, cultura e pesquisa); capital social está relacionado com a capacidade de organização da sociedade, envolvendo confiança, cooperação e bom nível de governo; capital natural se refere às condições ambientais e territoriais. (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 14-15).

referências teóricas sobre identidade do território, que auxiliarão na análise dos atores sociais do Polo de Moda Íntima.

1.1.2 IDENTIDADE DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Quanto ao lugar, observa-se uma “ordem local” diretamente associada ao cotidiano das pessoas, cujos parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade e a cooperação (SANTOS, 1996, p. 272). Desse modo, a “força do lugar” reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum.

Com base no exposto, entende-se que sociedade cria o seu próprio espaço, refletido na essência das relações sociais, nas percepções, vivências e memórias dos indivíduos, relacionando o lugar à escala das inter-relações pessoais, da vida cotidiana, da identidade cultural que se constrói em uma base territorial.

Cabe ressaltar que espaço e território não são idênticos. Raffestin (1993) afirma que o espaço antecede ao território. Nesse sentido, o autor (1993, p. 143) esclarece que: “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço”. Entende-se, portanto, que o território é uma produção a partir do espaço.

Compatível com essa visão, Haesbaert (2002, p. 11) assinala que os territórios alternativos podem ser considerados uma alternativa para romper com os espaços hegemônicos, permitindo a construção de um espaço mais igualitário e democrático, possibilitando a inserção dos excluídos.

Nesse contexto, faz-se necessário entender como as práticas culturais singularizam lugares e que tipos de relação mantêm com outros espaços, nos quais foram tecidas apropriações diferenciadas. Costa (2005, p. 93) esclarece que as microterritorializações concebidas no espaço urbano estão representadas pelos processos de identificação que se produzem e se reproduzem pelas práticas culturais do microagregado socioespacial em diferenciação com outros. Assim, cada agregado social territorializado, no espaço urbano, é constituído por sua identificação coletiva e sua cultura.

Sauer (2004), em seu estudo *A morfologia da paisagem*, antecedeu a geografia cultural ao abordar a paisagem geográfica vista como um conjunto de formas naturais e culturais

associadas em uma determinada área. Segundo o autor (2004, p. 59), “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”.

Já a geografia histórica pode ser considerada como uma série de mudanças que as paisagens culturais sofreram e, portanto, envolvendo a reconstrução de paisagens culturais passadas. Sendo possível obter uma compreensão do desenvolvimento da paisagem cultural no presente partindo das culturas mais antigas e da paisagem natural.

Neste enfoque, as microterritorializações seriam geradas pelo cotidiano dos grupos sociais que se desterritorializam e retornam a se territorializar formando fronteiras de convivência flexíveis, informais e possivelmente permeáveis, estando muitas vezes sobrepostas e altamente mutantes em curtos períodos (cf. COSTA, 2005; HAESBAERT, 2002; SANTOS, 1996). Entende-se, então, que cada agregado social territorializado no espaço urbano é constituído por sua identificação coletiva e sua cultura.

É nesse sentido que o desenvolvimento local implica considerar-se a questão da escala territorial. O entendimento da escala local, como aquela que permite a eficácia das ações e um melhor acompanhamento dos resultados, está contraposta ao fracasso de um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização a qualquer custo, no consumo de massa, em altíssimos custos ambientais e sociais, viabilizado por ampla disponibilidade de capitais (LEROY, 1997, p. 88-89).

O território reforça, sobretudo, a sua dimensão enquanto representação do simbólico. Bonnemaizon e Cambrèzy (apud HAESBAERT, 2004, p. 111) afirmam que “o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser” e “o território cultural precede o território político e com mais razão ainda precede o espaço econômico”. Observa-se que nessa dimensão o território está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e econômico. Enfatizando o exposto, segundo Haesbaert (1997, p. 50), a identidade territorial é formada por um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem certa homogeneidade em relação ao espaço na qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica.

Uma outra conceituação sobre desenvolvimento territorial é apresentada por Boisier (1999) que aborda as diversas formas de capital existentes em um território e que, se forem articuladas, deverão produzir o desenvolvimento. Essa articulação refere-se à forma de capital mais poderoso que se encontra no seio da comunidade: o capital sinérgico. Desse modo, o autor afirma:

Capital sinérgico como a capacidade social, ou melhor, a capacidade societal (como expressão mais totalizante), de promover ações em conjunto dirigidas a fins coletivos e democraticamente aceitos, com o reconhecido resultado de obter-se assim um produto final que é maior que a soma dos componentes. Trata-se de uma capacidade normalmente latente em toda sociedade organizada (BOISIER, 1999, p. 42).

O local, aqui, passa a ser compreendido não por tamanho, mas por abarcar um conjunto de relações e representação do simbólico que existem em um determinado território, seja este uma microrregião ou uma cidade, considerando as heterogeneidades e especificidades das partes que compõem o território.

De acordo com Buarque (1999, p. 23-25), o desenvolvimento local dentro da globalização é uma resultante direta da capacidade dos atores e das sociedades locais de se estruturarem e de se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, buscando a competitividade em um contexto de rápidas e profundas transformações.

Já Ortiz (1994) argumenta que o processo de globalização das sociedades e da mundialização da cultura romperam a fronteira do espaço, isto é, a cultura e o espaço encontram-se agora desarticulados de um território fisicamente demarcado, sendo cada vez mais difícil discernir os limites de cada povo ou cultura. Observa-se uma percepção de territorialidade que não se vincula mais ao entorno físico. Cada cultura possui fronteiras que lhes são próprias.

Para Featherstone (1995), o processo de globalização não produziu a uniformidade cultural. Ao contrário, nos tornou mais conscientes da existência de novos níveis de diversidade e das muitas facetas da cultura. Segundo o autor (1995), a cidade atual pode ser vista como um campo de cruzamentos culturais, gerando um processo de hibridação cultural, que formaria “terceiras culturas”, definidas como “a articulação entre diferentes materiais e expressões de duas ou mais culturas locais ou não-locais, produzindo outra estética e outro comportamento, ou seja, outra experiência cultural que se identifica pela mistura, pela vivência entre culturas” (idem, p. 100).

É válido esclarecer que a compreensão do conceito de “terceiras culturas”, apesar de controversa em relação à proposta desta dissertação, no que tange à dimensão de cultura e identidade do território no desenvolvimento local, é importante para perceber a influência que a cultura produtiva de moda íntima exerce sobre os municípios vizinhos, ao ultrapassar as fronteiras territoriais do município de Nova Friburgo e para verificar, no projeto

*Promos/Sebrae/BID*⁸, a tentativa de uma possível hibridação da cultura local com uma não-local.

Em concordância com Castells (2008) e Maffesoli (1997) que registram o surgimento das identidades de movimentos de maior valorização das expressões culturais regionais que podem se apresentar como resistência à aglutinação do processo globalização. Nesse sentido, Maffesoli (1997) ressalta ainda o resgate das questões locais, território e territorialidade. O lugar, portanto, volta a servir de vínculo bem como a importância da “tribo” neste contexto da globalização frente ao multiculturalismo e segregação cultural.

Esses tipos de identidades são englobadas por Hall (1999), no seu livro *Identidade cultural na pós-modernidade*, relacionando três possibilidades concomitantes de manifestação identitária:

- 1) as *identidades “globais”* ou a diluição das identidades pela globalização;
- 2) as *identidades de resistência* geralmente caracterizadas pelo desejo de retomar ou reforçar as memórias coletivas, como no caso dos neonacionalismos;
- 3) as novas *identidades pluriculturais* que surgem a partir do diálogo entre o global/universal e o local/particular.

Compartilhando desse pensamento, no sentido da redescoberta das relações entre identidade e território, através da mútua transformação do meio ambiente construído e da área circundada por ele é que se pretende evidenciar a importância das questões de enraizamento, mobilidade e identidade no desenvolvimento local.

Do ponto de vista sociológico, Castells (2008) e Canclini (2006) defendem a ideia de que a identidade é construída. Quanto à identidade coletiva, Castells (2008, p. 24) enfatiza que essa construção social sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder e propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades: *identidade legitimadora*; *identidade de resistência* (tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade); e *identidade de projeto* (considerada a nova identidade a ser conquistada)⁹. Apesar dessa categorização, o autor trabalha com a possibilidade de mobilidade de posições entre elas, a partir do momento que as relações sociais no espaço vão se configurando.

Dessa forma, observa-se o surgimento de uma identidade coletiva que desafia a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e autocontrole individual, indo de uma globalização como sendo um fenômeno unilateral para uma tendência de resposta de afirmação do local.

⁸ cf. Projeto *Promos/Sebrae/BID*, p. 28.

⁹ cf. CASTELLS, 2008, p. 21-28.

Portanto, conclui-se que a visão de desenvolvimento local está focada na valorização da cultura e no fortalecimento da identidade territorial. Para isso, se faz necessário mapear as tipicidades, ícones naturais, símbolos e referências culturais do local, fazendo com que sejam apropriados pelas comunidades e que estas, por sua vez, sejam partes integrantes do desenvolvimento local.

Dentro dessa perspectiva, pretende-se, a seguir, analisar os aspectos da crise econômica dos anos 1980 que, entre outros fatores, causaram mudanças econômicas, produtivas e tecnológicas e apontaram novas dimensões de desenvolvimento, resgatando as referências culturais do local, tomando como base a experiência dos distritos industriais italianos e os *clusters* do Vale do Silício.

1.2 RUMOS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS NO TERRITÓRIO

1.2.1 A CRISE ECONÔMICA DOS ANOS 1980 E A REESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO

A partir dos anos 1980, o processo de desintegração vertical das empresas e da desconcentração e descentralização das economias nacionais trouxe implicações nas novas concepções de desenvolvimento voltadas para a escala regional e local.

Primeiramente, a presente discussão aborda a descentralização do Estado, de suma importância no debate político-acadêmico, como parte das alternativas mediante a crise que atravessou o mundo capitalista nas décadas de 1970 e 1980 impondo uma profunda reestruturação econômica bem como um reajustamento social e político que resultou na configuração de um novo modelo de acumulação de capital de caráter mais flexível.

Para Harvey (1992, p. 136), a profunda recessão de 1973, agravada pelos efeitos da decisão da OPEP, Organização Petróleo, ao aumentar os preços do petróleo e da decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para o Ocidente, durante a guerra árabe-israelense, levou à mudança do custo relativo de insumos de energia e a necessidade de se buscar métodos mais econômicos, através da mudança tecnológica e organizacional.

O período de 1973-1975 é marcado por uma forte deflação, indicando que as finanças do Estado estavam além dos recursos, do mesmo modo que as corporações viram-se obrigadas a entrar num processo de racionalização, reestruturação e intensificação do controle de trabalho já que estas se encontravam com excedente inutilizável, ou seja, as fábricas e os equipamentos encontravam-se ociosos (HARVEY, 1992, p. 136-137). Nas palavras de

Chesnais (1995, p. 2), “desde a recessão, [...] o capital tudo fez no sentido de romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prendê-lo com a ilusão de poder civilizá-lo”.

Portanto, as décadas de 1970-1980, segundo Ramalho (2000, p. 2) e Bastos (2007, p. 279), foram marcadas pela reestruturação econômica, social e política, que representou a passagem para o regime de acumulação flexível que, associado a uma nova forma de regulação, objetivava reorganizar o processo de produção para assegurar ganhos de produtividade, além de um novo papel do Estado (neoliberal). Harvey (1992, p. 140) enfatiza que “a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo”¹⁰.

Souza (2007, p. 55) assinala que uma das implicações do processo de descentralização do Estado é o estabelecimento de uma nova inter-relação entre os níveis central e local. Nesse contexto, o processo de descentralização responde tanto aos ditames de descentralizar poder e recursos para os níveis subnacionais quanto para o setor privado, representando um novo aspecto ligado ao modelo neoliberal que tenta se implantar.

Portanto, no cerne do debate sobre este novo cenário mundial, torna-se fundamental investigar a redefinição do papel do Estado. É válido observar que esta redefinição, tanto do papel quanto da natureza do Estado, encontra-se delineada a partir da constituição de um novo paradigma, em conexão com a dinâmica atual do capitalismo, tendo como princípios ordenadores a flexibilização e a desregulamentação.

Como as políticas de desenvolvimento territorial, eram concebidas e conduzidas pelas instâncias superiores, no caso do fordismo, e começaram a ser questionadas, surge, então, uma nova concepção de desenvolvimento a partir das bases (TAVARES, 2002, p. 14).

Como bem observa Ramalho (2006, p.13),

A facilidade com que as fábricas “enxutas” conseguem se deslocar de um espaço geográfico para outro teria significado, por um lado, o aumento do poder discricionário das empresas, sempre em busca de lugares com mão de obra barata e grandes incentivos fiscais, como acontece com os países tardiamente industrializados; por outro lado, teria feito crescer a importância econômica e política dos locais onde estão instaladas as empresas reestruturadas, a partir do momento em que esses locais passaram a fazer parte de um circuito global.

¹⁰ A ideia de desenvolvimento local e regional não era prioritária no regime de acumulação fordista, pois este se preocupava fundamentalmente com o desenvolvimento e o progresso da economia nacional. Em contrapartida, a ideia de desenvolvimento local torna-se prioritária para o regime de acumulação flexível (BASTOS, 2007, p.280).

Este novo quadro, segundo Souza (2007, p.56), indica certa tendência das cidades assumirem funções antes de competência dos governos centrais, estabelecendo uma “nova hierarquia dos espaços sociais”, decorrentes da transformação da própria natureza do Estado-nação o que possibilita “cada vez mais a abertura dos espaços à pluralidade cultural e a revalorização das tradições regionais e locais”.

Desse modo, as políticas de desenvolvimento regional/local, apesar de não existir um modelo único, são consideradas como tarefas das instâncias inferiores de governo (Estado e municípios) e se caracterizam pela tentativa de buscar a construção de sinergias entre agentes locais, públicos e privados, objetivando desenvolver e manter a sustentabilidade do sistema econômico local (BASTOS, 2007, p. 281).

Castells e Borja (apud SOUZA, 2007, p. 59) advertem que, neste novo contexto, os governos locais extrapolam cada vez mais suas obrigações legais para atrair investimentos, gerar emprego e renovar a base produtiva das cidades, refletindo um crescente protagonismo da esfera local no processo de desenvolvimento. Segundo os autores citados, não é possível definir universalmente o papel dos governos locais devido às especificidades de cada país e de cada localidade. Cabe à cidade, portanto, assumir competências e funções de acordo com suas peculiaridades em diversos aspectos.

Tal tendência revela a importância do processo de redistribuição das responsabilidades políticas entre os níveis de governo e o local, sendo fundamental a adoção de variáveis mais gerais ligadas às transformações estruturais em curso assim como as características dos arcabouços institucionais específicos onde essas transformações se processam ao passo que movimentam determinados atores sociais com seus interesses e ações estratégicas.

Sob este aspecto, observa-se que os governos locais se transformam em atores ativos da cena urbana, principalmente no que diz respeito à promoção econômica, ultrapassando a sua função tradicional de mero provedor de incentivos fiscais. Entretanto, essa rearticulação ocorre num quadro de desigualdades sociais.

Concordando com Souza (2007, p. 59), é importante ainda enfrentar os obstáculos de insuficiências na infraestrutura urbana, indispensável às atividades econômicas; de pobreza; e de degradação ambiental.

De uma maneira geral, pode-se dizer que as funções do governo local também se configuram e se ampliam diante da necessidade de implantar um programa ativo de ações, visando atrair investimentos privados e aumentar o desempenho macroeconômico das localidades.

Em suma, vinculado às transformações econômicas, nota-se uma mudança significativa nas representações sobre as ações do Estado e das cidades no desenvolvimento econômico.

Benko (1996, p. 56) adverte sobre “as irredutíveis especificidades da sociedade local, do papel do Estado local, da natureza das relações e compromissos sociais locais, de seu modo de regulação garantido pelo Estado local”. Toma-se, como exemplo, a complexidade das relações que presidem a intencionalidade do capital de transferir para regiões e lugares certas atividades de produção industrial consideradas menos qualificadas.

O mercado de trabalho também passou por uma radical reestruturação, no contexto de acumulação capitalista em relação à ação do poder local que se concentra muito mais na garantia das condições para a reprodução da força de trabalho do que nas condições para a reprodução do capital, sendo esta a função primordial atribuída ao Estado (HARVEY, 1992, p. 178).

Se por um lado, observa-se a criação de novos postos de trabalho favorecidos pela redistribuição produtiva, por outro lado, observa-se que a precarização do trabalho é um processo central comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas deste capitalismo. Castel (1998, p. 526-529) argumenta que o problema se deve à:

- *Desestabilização dos estáveis*: uma parte da classe operária integrada e dos assalariados de pequena classe média que está ameaça de oscilação;
- *Instalação da precariedade*: relacionada aos trabalhos temporários, contratos por tempo determinado;
- *Déficit de lugares*: devido à precarização do emprego e o aumento do desemprego se manifesta *déficit de lugares* na estrutura social.

Como aspecto positivo, Ramalho (2000, p. 2-3) identifica o aumento da margem de independência dos trabalhadores, no que se refere à organização do trabalho, como resultado do desenvolvimento de novas tecnologias, dos investimentos em treinamento, das gestões mais participativas, entre outros. Contudo, Ramalho (2000), assim como Castel (1998), reconhece o agravamento da subordinação, principalmente nos novos tipos de contratos temporários, e do crescimento do trabalho informal.

A partir desses argumentos, Harvey (1992) e Castel (1998) apontam um movimento inverso à consolidação da sociedade salarial que havia ampliado continuamente a base das posições asseguradas e preparado às vias de promoção social.

Quanto aos postos de trabalho, no discurso da política governamental, tornou-se predominante a concepção de que as pequenas unidades produtivas desempenhariam um papel central na redução dos níveis de pobreza e como alternativa em face ao desemprego¹¹.

Alencar (2007, p. 100) ressalta que essa tentativa de inserção excedente de força de trabalho e dos trabalhadores urbanos pobres passa a ser uma prerrogativa de proposição que vislumbra o apoio e o incentivo aos pequenos empreendimentos como meio eficaz de garantir renda ou ocupação, mas não necessariamente o emprego assalariado.

Com uma visão a frente do seu tempo, Schumacher, em 1973, também mencionou “o negócio é ser pequeno”, em seu livro *Small is Beautiful*, explicando que as MPEs por produzirem tecnologias alternativas, seriam uma das opções frente ao processo de produção capitalista, que devora a própria base. Somado a isso, percebe-se que a interação de atores econômicos, socioculturais, políticos e institucionais em uma determinada localidade favorece o desencadeamento do aprendizado e melhora a habilidade desses atores para modificar seu comportamento e buscar novas soluções em resposta às mudanças competitivas (PORTER; SÖLVELL, 1998, p. 443).

Porém, somente a partir da década de 1980 e 1990, essa visão começou a ser considerada, tendo início o movimento de apoio e incentivo aos pequenos empreendimentos econômicos, enquanto alternativa de inclusão produtiva frente ao desemprego, passando a ser uma constante nas políticas governamentais.

Essas concepções e novos paradigmas apontam os rumos da reestruturação produtiva no território e uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico local identificado, a priori, na concepção dos distritos industriais apresentados a seguir.

1.2.2 AS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS: OS DISTRITOS INDUSTRIAIS ITALIANOS E OS CLUSTERS DO VALE DO SILÍCIO

O que se pretende discutir aqui são as experiências dos territórios produtivos que dão base aos arranjos produtivos locais no cenário nacional e, neste estudo de caso, ao Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo.

Com a crise do modelo de desenvolvimento fordista, observa-se um resgate dos processos de desenvolvimento industrial descentralizado que, nos anos 1950, além da geração de emprego e crescimento da renda, alcançaram êxito em termos de competitividade

¹¹ ALENCAR, 2007, p. 100.

internacional, em diversas regiões da Europa, despertando assim o interesse de governos e de pesquisadores de todos os países. Essas ações foram identificadas inicialmente nos chamados “Distritos Industriais Italianos”, compostos, em sua maioria, por pequenas e médias empresas (PMEs). Entende-se por distrito industrial:

[...] uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas de um determinado espaço geográfico e histórico. No distrito, ao invés do que acontece noutros tipos de meios, como por exemplo, as cidades industriais, tende a criar-se uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas (BECATINI, 1994 p.20).

Raud (apud BORBA, 2000, p. 158) esclarece que o processo de industrialização difusa e de constituição dos distritos industriais italianos está relacionado ao processo de descentralização produtiva e crescimento das PMEs, onde o papel do Estado foi menos importante que a origem artesanal e as características herdadas do passado, destacando-se dentre estas a tradição artesanal, a pequena propriedade agrícola e as famílias extensas, que tiveram um papel decisivo no apoio e alavancagem de iniciativas empresarias de pequeno porte.

Nas décadas de 1960 e 1970, o processo de desenvolvimento local na Terceira Itália ultrapassa os aspectos meramente econômicos e passa a ter uma abrangência sociotécnica. Surge, então, uma nova interpretação e entendimento da constituição desta sociedade, trazendo uma atuação dos diversos agentes, organizações, instituições e esferas de poder que nela interagem. Esse processo de organização é descrito por Maciel (1996) como “milagre italiano”:

Vê-se que o exame dos processos sociais e políticos que estimulam a geração e a aplicação produtiva do conhecimento não pode prescindir de um mapeamento – mesmo que ainda esboçado – da cultura material e imaterial que funda e permeia estes processos. A capacidade de inovar e o avanço técnico científico não se representam por um somatório de técnicas e produto teoricamente disponíveis no ‘mercado’ de inovações e mensuráveis em uma calculadora, mas como a capacidade de sociedade, nas relações entre seus agentes, movimentos, organizações e instituições (idem, p. 141-142).

Evidencia-se a existência da inter-relação entre a incorporação e a difusão do progresso técnico e a mudança social. Enfatizando o exposto, Maciel (1996) assinala que as mudanças técnico-produtivas ocorridas na Terceira Itália dependeram principalmente do esforço de desenvolver a capacidade social, cultural e política da comunidade em aplicar produtivamente os esforços conjuntos em busca da eficiência coletiva, capaz de impulsionar

melhorias na qualidade de vida, de trabalho e das atividades produtivas dessas regiões. Revelando principalmente novos formatos de organização social como observado:

Trata-se, portanto, da busca de novas formas de representação política e participação social, de organização da produção e de relações capital/trabalho. O avanço tecnológico ocorre dentro desta constelação social, em que as relações de poder e vontade coletiva se traduzem em transformações na realização capital/trabalho, em políticas, específicas, na circulação ampliada do saber. Desta forma, modernização tecnológica são duas faces de uma mesma moeda (idem, p.141-142).

Essas características especiais fazem dos distritos industriais italianos experiências ímpares como forma de organização espacial da produção industrial. Ao passo que esses distritos industriais consolidaram uma estrutura organizacional, suas empresas passaram a buscar outros mercados na Itália e, posteriormente, ingressaram no mercado internacional¹². Mas, nos anos 1990, a evolução desses distritos industriais mudou substancialmente as suas características estruturais, transformando-os em sistemas de produção mais hierarquicamente organizados e reduzindo a importância dos laços regionais sociais, políticos e culturais (LAZENSON e LORENZONI apud IPEA, 2006, p. 8).

Durante a década de 1980, foi registrado outro estudo que partiu da observação da organização espacial produtiva de empresas de pequeno e médio porte na região do Vale do Silício, na Califórnia, nos Estados Unidos. Nesse *cluster* notou-se, porém, que a presença da grande densidade de mão de obra qualificada e de centros de pesquisa especializados em alta tecnologia e de excelente qualidade foram fatores determinantes para o seu desenvolvimento¹³.

Observa-se que a formação desses dois modelos de distritos industriais, em regiões até então subdesenvolvidas, está diretamente relacionada ao regime de acumulação flexível no

¹² É válido mencionar que distritos industriais italianos também se ressentem dos problemas que afetam outras estruturas industriais como, por exemplo, concorrência estrangeira, sobretudo, asiática aos seus produtos; as consequências da reestruturação e da modernização tecnológica com o agravamento do desemprego; o crescimento das pressões sindicais por melhores salários e, mais recentemente, das alterações provocadas no ambiente local pela contratação crescente de trabalhadores imigrantes do Magreb e da África (RAUD apud BORBA, 2000, p. 159).

¹³ Segundo PORTER (1998, p.78), “*clusters* são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas numa área de atuação particular.” Eles incluem um conjunto de empresas e outras entidades ligadas que são importantes para competição. Os *clusters* abrangem, por exemplo, fornecedores de insumos especializados, tais como componentes, máquinas, serviços e provedores de infraestruturas especializadas. *Clusters* frequentemente se estendem na cadeia para incluir canais de comercialização e mesmo compradores, ou produtores de bens complementares, atingindo algumas vezes empresas relacionadas por qualificação da mão de obra, tecnologias ou insumos comuns.

qual a ideia de desenvolvimento local torna-se prioritária (cf. HARVEY, 1992 e BASTOS, 2007).

Para fins de esclarecimento, segundo Zacarelli (2000, p. 198), *cluster* não é uma organização fechada assim como os distritos industriais italianos. Ao contrário, este deve ocorrer naturalmente, “mesmo que as empresas que dele participem não tenham consciência de sua existência”. Para o autor (2000), as empresas, dentro de certas condições concentradas numa mesma área geográfica, apresentam naturalmente um comportamento integrado e interdependente. Além disso, segundo Scott (1998, p. 397), esse tipo de relacionamento entre empresas é de baixo custo, porque não envolve grandes comprometimentos financeiros.

Quanto às políticas governamentais, é importante enfatizar que os *clusters* necessitam de apoio das mesmas e de ações definidas a partir de agentes privados, cuja finalidade é promover a integração e fomentar o crescimento da atividade econômica das empresas afins dentro de um mesmo espaço geográfico. Segundo Porter (1993, p. 30-31), “as políticas governamentais em nível estadual e municipal exercem papel importante na formação da vantagem nacional”.

Com base na análise de Saxenian (apud SZAFIR-GOLDSTEIN; TOLEDO, 2004, p.5), a falta de instituições de apoio é uma falha no *cluster* do Vale do Silício, embora tenha havido intervenção governamental na região para auxiliar a indústria local em dificuldades frente à concorrência japonesa. Neste caso, observa-se que a cooperação multilateral não foi um dos fatores determinantes para a explicação do seu sucesso e competitividade. Observa-se que o fator de sucesso é decorrente das características intrínsecas do setor de alta tecnologia, de informática e não tanto das características locais do próprio *cluster*.

Entretanto, Cocco et al. (2006, p. 228) advertem que a dinâmica dos territórios produtivos não pode ser reduzida à presença de certo número de MPEs atuando em certos níveis de proximidade espacial local sob o argumento: “o que define a capacidade das MPEs em serem competitivas em níveis globais [...] são suas bases locais”¹⁴. Perante essa característica o local se contextualiza como espaço de redes sociais, técnicas e institucionais qualificado pela existência de bens de capital de acesso público: um território produtivo.

Dessa forma, observa-se que, no modelo de desenvolvimento descentralizado, tanto as comunidades regionais/locais quanto as empresariais e políticas estão buscando formas de absorver as experiências bem-sucedidas de crescimento econômico baseado no desenvolvimento industrial local e, além disso, tem procurado certa autonomia em relação às

¹⁴ COCCO et al., op.cit. passim.

políticas nacionais elaboradas e coordenadas no âmbito do governo central (BORBA 2000, p. 166).

Como bem observou Scott (1998, p. 394-399), as políticas regionais devem visar a formação de uma infraestrutura institucional “que ultrapassa a esfera das relações de mercado”, além de fornecer equipamentos urbanos, planejar o uso da terra pela indústria e atenuar problemas por poluição ambiental. A ação coletiva, por sua vez, confere “significativo aumento da capacitação para o mercado”, em complexos industriais localizados. Devendo ser organizada, sobretudo, para ajustar “as bases sociais da produção em pelo menos três frentes mais importantes”, a saber:

- 1) a oferta de insumos e serviços essenciais tais como pesquisa tecnológica, formação e treinamento de mão de obra, informação e *marketing*;
- 2) a cooperação entre empresas locais para aumentar a eficiência nas interações produtivas e para facilitar o processo de aprendizado e a formação de um fundo comum de tecnologias e trabalho qualificado;
- 3) a organização de fóruns para a discussão de escolhas estratégicas e de ações para criar uma marca regional, organizar uma associação de produtores para administrar problemas de curto prazo, e instituir conselhos econômicos regionais para discutir tendências e estratégias de longo prazo.

Partindo desse pressuposto, entende-se que o território é o ambiente circunscrito do desenvolvimento local, socialmente integrado, cujas redes sociais, técnicas e institucionais produzem e reproduzem esses bens públicos de produção e, ao mesmo tempo, se constituem os elementos de mobilização social espontânea e por meio de políticas públicas.

1.2.3 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Como visto, as principais características intrínsecas dos distritos produtivos são: a flexibilidade, em grande parte baseada em MPEs que funcionam à base de subcontratação; capacidade de interação e cooperação; aprendizado e inovação tecnológica; e articulação com a população local. Além disso, destaca-se a importância da proximidade geográfica, a presença de traços socioculturais vinculados ao território e sua história para garantir o desenvolvimento empresarial local.

No Brasil, as ações interativas e resultantes das articulações públicas e privadas para implantar o desenvolvimento local tiveram como base essas experiências dos distritos industriais, fomentando a realização de programas de pesquisa e eventos científicos

especificamente direcionados para a difusão desses conhecimentos como, por exemplo, em 2001, o projeto *Espelhos do Mundo – A Terceira Itália* (Sebrae) e, em 2000, o projeto *Promos/Sebrae/BID*.

Em 2002, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Agência Especial da Câmara de Comércio de Milão/Itália (Promos) apoiou o desenvolvimento de quatro polos no Brasil: Moda Íntima de Nova Friburgo (RJ); Madeira e Móveis de Paragominas (PA); Confecções e Artesanato de Tobias Barreto (SE) e Calçados de Campina Grande (PB). Nesses polos, durante quase seis anos, foram introduzidos o conceito e a prática dos Arranjos Produtivos Locais (APL), baseados na experiência dos distritos industriais italianos, onde associativismo, cooperativismo e governança local são os pilares da estratégia de desenvolvimento das micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2008).

O projeto *Promos/Sebrae/BID* apoiou e capacitou 400 empresários em associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, gestão de negócios, formação de lideranças, governança local, processos produtivos, *design*, comércio exterior, entre outros temas. Segundo, Paulo Volker, coordenador nacional do projeto pelo Sebrae, “cada polo criou maturidade para caminhar, agora, com suas próprias pernas” (idem, 2008).

No entanto, no caso do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo, identifica-se uma resistência ao programa *Promos* que foi abandonado. Segundo Tângari (2007), no Colóquio Internacional de Boas Práticas Territoriais no Brasil e na União Européia, “os consultores detinham pouco conhecimento da realidade da região e complexidade do País” (TÂNGARI, 2007, p. 15). Observa-se, portanto, a necessidade de compreensão do contexto local que, neste caso, poderia ter a inclusão da dimensão cultural para melhor compreender a construção da realidade socioespacial local. Nessas condições, com algumas ressalvas, verifica-se que a base do arranjo produtivo local é a teoria dos distritos industriais italianos.

Retomando a questão dos distritos industriais italianos, Silva (2006, p. 96) elucida que uma das particularidades desses distritos que desperta o interesse das instituições de planejamento dos países em desenvolvimento, em busca de novos referenciais para nortear as políticas públicas de promoção de emprego e fontes alternativas de renda, é a produção artesanal especializada em produtos como calçados, vestuário, móveis, alimentos e outros que, da mesma forma, apresentam uma base produtiva nos países em desenvolvimento.

Em termos gerais, um APL pode ser definido como uma concentração geográfica de empresas ou instituições que se relacionam em um setor particular. Na maioria dos casos, participa do APL um número significativo de pequenas e médias empresas, acrescentando

efeitos distributivos, em termos patrimoniais e de emprego, às dimensões setorial e regional. Tal arranjo inclui também fornecedores especializados, universidades, associações de classe, instituições governamentais e outras organizações que provêm educação, informação, conhecimento e/ou apoio técnico (PUGA, 2003, p. 8).

De acordo com o *Termo de Referência para atuação do Sistema Sebrae em APL* (SEBRAE, 2003, p. 18), o APL compreende um recorte do espaço geográfico (um município, conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras, etc.) que possua sinais de identidade coletiva (sinais históricos, sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais, etc.); mantenha ou possua capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento; estabeleça parcerias e compromisso para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território; promova ou seja passível de uma integração econômica e social no âmbito local.

Portanto, conclui-se que a ideia de território aqui não se reduz à sua dimensão material ou concreta, sendo reconhecido como um campo de forças, uma rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço.

Outro ponto observado no APL, como característica relevante, é a existência de um capital social, definido como o grau de cooperação e confiança entre as empresas e instituições integrantes do APL. Dessa maneira, conforme a visão de Puga (2003, p. 8), a presença de redes de cooperação estimula a especialização e subcontratação, que permitem a criação de ganhos de escala e contribuem para a melhoria e qualidade do produto.

Para o Sebrae (2003, p. 19), o sentimento de pertencimento a um APL passa a ser o mecanismo central de fortalecimento da dinâmica local, cuja personalidade diferenciada é reconhecida ou possa vir a ter reconhecimento dentro e fora do APL.

Contextualizando essas considerações, Cassiolato e Lastres (2003, p. 27) atribuem a seguinte definição para Arranjo Produtivo Local:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento.

Em 2004, foi instalado o *Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL*¹⁵, por Portaria Interministerial nº 200, de 03.08.2004, reeditada em 24.10.2005, cuja função é elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação coordenada do governo no apoio aos APLs em todo o território nacional. O GTP/APL conta com o apoio de uma Secretaria Técnica, lotada na estrutura organizacional do MDIC (Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio), com o objetivo de adotar uma metodologia de apoio integrado a arranjos produtivos locais, com base na articulação de ações governamentais¹⁶.

Segundo o *Termo de Referência* elaborado pelo GTP/APL, um APL deve ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade predominante e, ainda compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança¹⁷.

Para o GTP/APL a lógica de apoio aos APLs parte do pressuposto de que atores sociais (empresários, indivíduos, sindicatos, associações, entidades de capacitação, de educação, de crédito, de tecnologia, agências de desenvolvimento, etc.) podem mobilizar-se e, de forma coordenada, identificar as demandas coletivas, por iniciativa própria ou por indução de entidades envolvidas com o segmento (GTP/APL, 2008). São determinantes para a análise de atuação do APL os seguintes componentes sintetizados abaixo (SEBRAE, 2003, p. 29-44):

- **Componente Preliminar** – tem como objetivo fornecer informações que permitam tomar decisões acerca de onde atuar. Uma das formas de identificação é a utilização de ferramentas de análise estatística para encontrar a aglomeração de empresas de um mesmo setor.
- **Componente I – Fortalecimento da dinâmica do arranjo – articulação, sensibilização e mobilização dos atores:** o conjunto dessas ações visa desencadear o processo de envolvimento e aproximação entre os atores locais e a construção das políticas de relacionamento. As ações desses componentes são agrupadas em três dimensões: governança, interação e cooperação, e identidade do território. Essas dimensões serão, posteriormente, identificadas na seção 2.4.3.
- **Componente II – Conhecimento do ambiente competitivo:** instrumento fundamental para iniciar a coleta de dados e informações para compor diagnósticos

¹⁵ No final de 2005, com a incorporação de novos parceiros o GTP passou a contar com a participação de 33 órgãos governamentais e não-governamentais. Ressalte-se, além disso, que o Governo Federal elegeu o apoio a APL como uma das estratégias da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em contribuição aos objetivos de desenvolvimento regional e competitividade das empresas (GTP/APL, 2008, p.5)

¹⁶ GTP/APL, op. cit., passim.

¹⁷ *ibid.*

de competitividade do APL, considerando as três dimensões da competitividade: empresarial, estrutural e sistêmica, bem como os dois eixos básicos em torno dos quais as ações serão desenvolvidas: mercado e produção.

- **Componente III – Elaboração dos planos de desenvolvimento:** tem como objetivo definir os principais elementos estratégicos e ações decorrentes para que, a partir de uma visão de futuro compartilhada, as empresas participantes do arranjo possam transformar proximidade espacial em aumento sustentável de competitividade.
- **Componente IV – Gestão, desenvolvimento e inovação:** a instância de governança do APL tem uma atuação fundamental no desenvolvimento, na gestão e na avaliação das ações desenvolvidas no APL. Nesse processo, enfatiza-se a busca de competências duráveis, tais como: desenvolvimento de liderança, desenvolvimento de equipes, administração de conflitos, condução de reuniões e captação de recursos.

O Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2006) adverte que a tipologia dos arranjos produtivos locais é passível de discussão conceitual, pois, até o presente momento, não existe um consenso fechado capaz de aglutinar e definir precisamente o que vem a ser cada sistema produtivo local.

Retomando os autores Gordin e Oliveira (2008) e Cocco et al. (2006), cada arranjo produtivo local é um caso particular, pois há características distintas em termos de sua história, evolução, organização institucional, contextos sociais e culturais em que se insere, com impactos importantes sobre a estrutura produtiva, a forma de organização da produção, os processos de aprendizado e a forma de governança local.

Também é possível identificar as diferenças significativas entre as diversas experiências de APLs no que se refere a graus de desenvolvimento, de integração da cadeia produtiva, de articulação e interação entre agentes e instituições locais, e de capacidades sistêmicas para a inovação (cf. SCOTT, 1998; KASAHARA e SANTANA, 2007).

Observa-se, portanto, a importância dos valores socioculturais e da identidade territorial para a atuação dos arranjos produtivos locais, já que a aglomeração se dá em um determinado espaço cuja noção de território encontra-se ligada à ideia de domínio coletivo.

2 AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Este capítulo tem como objetivo investigar a relação entre a industrialização e a urbanização do município de Nova Friburgo, englobando o Polo de Moda Íntima. Nessa relação faz-se necessário o uso de recortes históricos e culturais para melhor entendimento do tema, considerando a produção capitalista e suas implicações sobre a dinâmica espacial – as relações de produção, as forças produtivas e a sociedade. Em especial, o levantamento desses dados auxiliará na compreensão do baixo índice de cooperação horizontal que, de certa forma, dificulta o desenvolvimento do arranjo em termos técnicos e na identificação de sinais culturais das indústrias têxteis e de vestuário ainda presentes nas relações sociais de trabalho no Polo de Moda Íntima, conforme será apresentado no próximo capítulo.

2.1 O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

O município de Nova Friburgo está localizado na região centro-norte do Estado do Rio de Janeiro, na latitude sul 22°16'42" e longitude oeste 42°31'52". Sua extensão territorial é de 938,5 km², com população total de 173.321 habitantes. A população urbana é de 151.820 habitantes e rural de 21.501 habitantes.¹⁸ Limita-se ao norte com os municípios de Sumidouro, Duas Barras, Bom Jardim e Trajano de Moraes; a leste, com o município de Macaé; ao sul, com os municípios de Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu; e a oeste, com o município de Teresópolis (figura 1).

¹⁸ GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Nova Friburgo. Portal do Cidadão. Disponível em: <http://www.governo.rj.gov.br/municipal.asp?m=38> . Acesso: 20 jun. 2009.

apoio; às condições das terras recebidas, onde a grande quantidade de pedras e a densidade da mata limitavam a utilização do solo bem como a dificuldade de acesso aos significativos mercados consumidores. Desse modo, muitos colonos suíços deixaram suas terras em busca de melhores condições de vida na região cafeeira de Cantagalo. Aqueles que permaneceram, sobreviveram cultivando milho, batata, feijão, café, criando animais domésticos e fabricando laticínios.

Em 1823, foi destinado ao major George Antônio Scheffer a contratação de novos imigrantes alemães para as colônias de Leopoldina e Frankenthal, fundadas na Bahia em 1816. Os colonos foram desviados, porém, desses destinos e, por motivos ignorados, encaminhados para o município de Nova Friburgo, com registro de chegada no dia 3 de maio de 1824.

Em 1831, terminou o sistema de administração especial da colônia, passando sua gestão à competência da Câmara da Vila. Mais tarde, com a chegada de imigrantes italianos, portugueses e sírios, acentuou-se o progresso da localidade que, em 8 de janeiro de 1890, foi elevada à categoria de Cidade. Atualmente, o município é constituído por oito distritos: Nova Friburgo (sede), Riograndina, Campo do Coelho, Amparo, Lumiar, Conselheiro Paulino, São Pedro da Serra e Mury (figura 2).

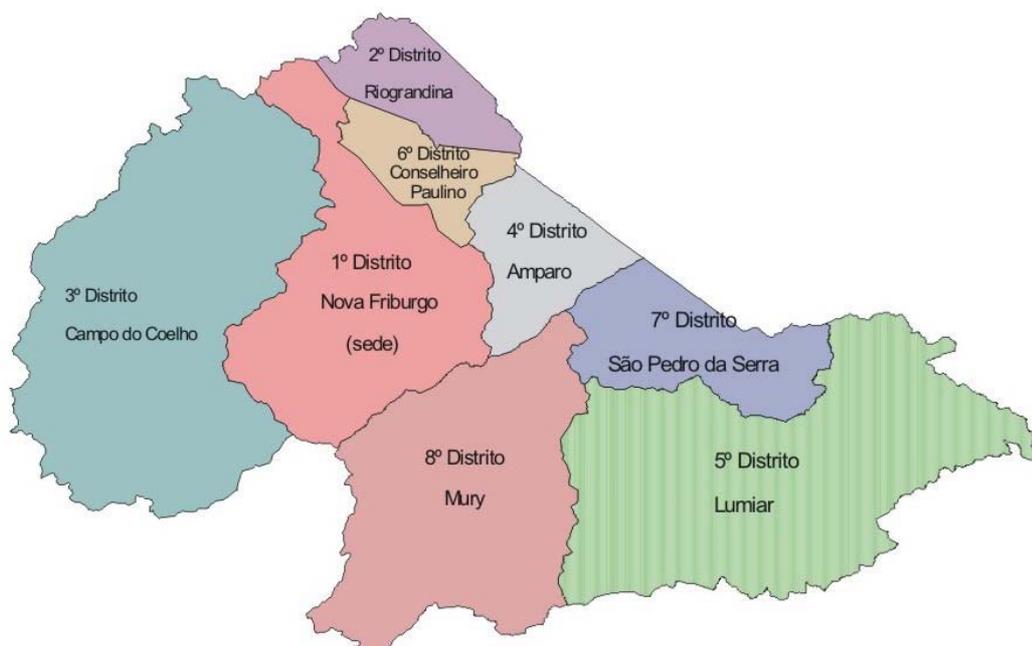


Figura 2 – Mapa dos distritos do município de Nova Friburgo – RJ
Fonte: Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo (PDP-NF)

As principais atividades econômicas desses distritos são baseadas na indústria têxtil, vestuário, metalúrgica, olericultura, caprinocultura e turismo, relacionadas a seguir.

1º Distrito – Nova Friburgo (sede): primeiro distrito, o mais populoso desde a fundação do município. Neste distrito, iniciou-se a transformação econômica, com a implantação das primeiras fábricas de origem alemã, desenvolvendo os setores têxtil e de metal-mecânica no município. Em 1960, com o aumento da área urbana e o desmembramento de terras para formar o 6º Distrito (Conselheiro Paulino), sua população passa a ser considerada exclusivamente urbana. O crescimento populacional no período de 1950-1960 foi de 51,9%, correspondendo a 89,6% da população urbana do município e 71% da população local²⁰. Registra-se também a presença da concentração produtiva de moda íntima nas localidades de Olaria e Ponte da Saudade, que dão origem ao chamado Polo de Moda Íntima.

2º Distrito – Riograndina: sobressai-se a presença da imigração japonesa que garante a qualidade das culturas e tipologias das mesmas. As culturas presentes na área rural são: tomate, caqui, lima, cenoura, abacate pimentão, além da floricultura para exportação, que abrange rosas, palmas e crisântemos. Outro aspecto observado é que grande parte da população trabalha efetivamente no 1º distrito (Nova Friburgo), tornando Riograndina em distrito dormitório²¹.

3º Distrito – Campo do Coelho: a área desse distrito foi desmembrada do 1º distrito. Está localizado às margens da RJ-130, a 12 km de Nova Friburgo (sede), 55 km de Teresópolis e 145 km da capital. Além das paisagens naturais, conta ainda com vários hotéis-fazenda constituindo parte do Circuito Tere-Fri. Na localidade de Conquista encontra-se a Associação Fribourg-Nova Friburgo com o Museu da Colonização Suíça, a Queijaria Escola e a Chocolateria Escola. A economia de Campo do Coelho é, todavia, baseada na atividade agrícola, em especial a olericultura, a produção de grãos e de morangos e as criações de chinchila e cabra, destacando a importância da Fazenda-Escola Rei Alberto, que forma técnicos em agropecuária, na localidade de Campestre²².

4º Distrito – Amparo: pertencia ao município de São José do Ribeirão, posteriormente ao município de Bom Jardim, sendo integrado ao município de Nova Friburgo, pela lei nº1003, de 10 de outubro de 1911. Presença de pequenas propriedades situadas na área rural, destinadas ao cultivo de batata-doce, tomate, pimentão, goiaba, limão e banana; também floricultura e lazer para turistas/veraneio²³.

²⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, op. cit., p.56-58.

²¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, op. cit. p. 59.

²² EQUIPE DE TURISMO RECEPTIVO DE NOVA FRIBURGO. *Distritos Nova Friburgo*. Disponível em: <<http://distritosnf.blogspot.com/>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

²³ EQUIPE DE TURISMO RECEPTIVO DE NOVA FRIBURGO, op. cit., passim.

5º Distrito – Lumiar: sua população abriga o maior número de descendentes suíços que abandonaram o Projeto de Colonização, conforme mencionado. Em 1824, chegaram os colonos alemães e posteriormente foram chegando os italianos, libaneses e outros. Até o ano de 1985, devido ao acesso difícil e a eletrificação tardia, esse distrito permaneceu quase intacto na sua estrutura social e urbanização incipiente. Uma vez estabelecidos, os colonos europeus passaram a realizar uma produção de subsistência e alguns se dedicaram no cultivo do café. Assim como no distrito de Amparo, observa-se a presença de pequenas propriedades que cultivam inhame, batata, aipim e feijão²⁴. Recentemente, a pavimentação da Estrada Serramar (RJ-142) tem propiciado o aumento de turistas na região.

6º Distrito – Conselheiro Paulino: sua área foi desmembrada dos 1º, 2º e 4º distritos. Depois do 1º distrito, é o segundo economicamente mais importante do município de Nova Friburgo por abrigar um parque industrial de valor, movimentando comércio, cultura de flores, bancos, clubes esportivos e sociais²⁵. Além disso, observa-se a presença de confecções de moda íntima na localidade de São Jorge.

7º Distrito – São Pedro da Serra: fundado por colonos suíços, apresenta características culturais similares ao 5º distrito. Em 1980, despertou a prática do turismo que implicou no desenvolvimento de uma estrutura de serviços específicos como inúmeras pousadas, restaurantes de fogão à lenha e também a gastronomia internacional e lojas de artesanato local. Tem uma população fixa de 3 mil habitantes, e grande população flutuante nos finais de semana e férias, devido às suas belezas naturais, estando a localidade situada em área de Mata Atlântica²⁶.

8º Distrito – Muri: foi criado com terras desmembradas dos 1º, 4º e 5º distritos. O nome é uma homenagem a Murith, uma das tantas famílias suíças responsáveis pela colonização de Nova Friburgo. Esse distrito teve um papel importante na história do desenvolvimento da cidade com a criação da primeira estação ferroviária da Estrada de Ferro Leopoldina que ligava Porto das Caixas, em Itaboraí, a Macuco, aberta em dezembro de 1873 para escoar a produção cafeeira da região de Cantagalo. Hoje o distrito de Mury é conhecido por sua boa gastronomia e tem a paisagem natural como importante ponto de atração turística²⁷.

²⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, op. cit. p. 68.

²⁵ EQUIPE DE TURISMO RECEPTIVO DE NOVA FRIBURGO, op. cit. passim.

²⁶ SÃO PEDRO DA SERRA. Informações Gerais. Disponível em:

<<http://www.saopedrodaserra.tur.br/informacoesgerais.htm>>. Acesso: 20 mar. 2008.

²⁷ EQUIPE DE TURISMO RECEPTIVO DE NOVA FRIBURGO, loc. cit.

2.2 CULTURA, SOCIEDADE E ESPAÇO

Na tentativa de refletir a respeito da dimensão cultural na construção territorial do município de Nova Friburgo, considera-se que a cultura é indissociável da vida humana, desde o aspecto material, quando a sociedade vai se adequando ao meio natural através da criação de novos métodos e produtos que são distribuídos para os mais diversos locais, mantendo as mais diversas formas de relacionamento: sociais, afetivos, por necessidade ou por interesse econômico, até o significado à existência dos seres humanos, quando carrega tradições e costumes vividos por outras gerações, que fazem parte da história da sociedade e da história pessoal de cada indivíduo. Nesse sentido, busca-se identificar, com o auxílio do referencial teórico do primeiro capítulo, a organização e divisão do seu espaço urbano e movimento da sua população.

Para compreender tal processo, segundo Araújo (2003, p. 95), a divisão do espaço de trabalho urbano e o movimento social durante as lutas do povo friburguense, quando da construção de seu modelo de modernidade, explicam as origens, a sistematização e a consolidação do mito da “Suíça brasileira”. Constitui-se, portanto, como aspecto relevante deste trabalho, a abordagem da construção da modernidade a partir de dois enfoques entrelaçados: da cidade turística e da cidade industrial.

Quanto à importância da sociedade na construção do espaço urbano, Araújo (2003, p.95) afirma que “a presença ativa do homem friburguense é, assim, parte intrínseca da construção da vida da cidade.” Corroborando com o exposto, segundo Santos (1985), a relação entre espaço e sociedade pode ser compreendida considerando o espaço como instância da própria sociedade. Nesse contexto, a produção espacial é resultado da produção social, ou seja, “a essência do espaço é social” (SANTOS, 1985, p. 01). Da mesma forma, para Lipietz (1988, p. 23), a concepção da estrutura espacial concreta é o resultado da concepção da estrutura social. O espaço concreto pode ser entendido como “concreto-do-pensamento que reproduz no pensamento a realidade social na sua dimensão espacial”.

Diante do exposto, observa-se que o produto desta utilização, para a sociedade friburguense, tem propósitos específicos: a transformação do espaço. Tal sistematização é apreciada tanto na construção da cidade turística como na cidade industrial.

No final do século XIX e início do século XX, a imagem da cidade turística é construída sob o *slogan* de “Suíça brasileira”, sendo beneficiada principalmente pela paisagem natural e seu clima ameno que remetia à atmosfera européia em um lugar propriamente tropical.

Dessa forma, observa-se que a configuração espacial do município de Nova Friburgo leva em consideração os elementos geográficos, culturais e simbólicos distribuídos sobre o território e a forma como a sociedade interage com os mesmos.

Dando continuidade ao raciocínio, Araújo (2003, p. 94) argumenta que “na construção de ideal de cidade turística, torna-se perfeito o casamento entre a história – o passado de origens suíças – com a geografia – o planalto que propicia um clima ameno e suas belezas naturais”. Nesse contexto, observa-se que a construção da imagem da cidade com viés turístico, respalda-se no fator histórico referente à sua fundação por Suíços, em 1820, e também, no fator geográfico da paisagem para legitimar o mito da “Suíça brasileira”.

No ano de 1919, foi publicado o *Álbum de Nova Friburgo*, livreto editado por Julio Pompeu, para comemorar o centenário da colonização suíça, destacando a ação dos fundadores como essencial para a formação de uma cidade singular dentro do cenário brasileiro (COSTA, 2002, p. 99), conforme explicitado abaixo:

Foi aquele grupo de louros filhos das montanhas, trabalhadores e virtuosos, e os brasileiros deles nascidos, que da modesta colônia de criadores e cultivadores, fizeram a cidade civilizada e bela hoje, essa Friburgo tão singular entre nós, pelos vestígios das raças dos seus fundadores e tão poeticamente encantadora, com o seu aspecto de pequena cidade européia, vestida dos esplendores das nossas matas, do nosso céu e das nossas cachoeiras.

Diante do exposto, é possível perceber a ausência de pontos de interseção interativos entre as diferentes representações de cultura, presentes no município de Nova Friburgo, para construir a identidade do território distanciada da realidade socioespacial. Observa-se que a cultura local ao romper com a tradição cafeeira passa a ser construída por meio das relações sociais motivadas pela colonização suíça.

É importante registrar ainda que no processo de construção da identidade territorial verifica-se como agravante a negação de miscigenação da população local, evidenciada principalmente pela busca da hegemonia etno-social. Identifica-se, portanto, um conflito de interesses em torno do espaço social construído.

Somente a imigração européia teria podido levar o Brasil à condição de país civilizado, apagando a indesejável marca da cor negra, além de propiciar o seu desenvolvimento econômico, graças à “laboriosa” mão-de-obra dos europeus, mais “capaz” e “inteligente” (ARAÚJO, 2003, p. 103).

Como reflexão, concordando com Lefebvre (1994, p. 32), ao mesmo tempo em que o espaço carrega consigo simbolismos explícitos ou clandestinos, representações das relações

de produção, próprios do cotidiano, do particular, do vivido, transmite, também, as mensagens hegemônicas do poder e da dominação, representações das relações sociais de produção, expressões do geral concebido.

Nessa mesma direção, em que se desenvolve a atividade turística, os hotéis, além de fornecerem serviços de qualidade à população que visitava ou transitava a serviço pela cidade, desempenharam um papel importante para reforçar o mito da “Suíça brasileira” principalmente pelo estilo de sua arquitetura. Araújo (2003, p. 111) esclarece que os turistas, em sua maioria, provinham dos setores médios da classe econômica brasileira principalmente do Estado do Rio de Janeiro, enquanto a cidade de Petrópolis era considerada uma opção turística preferida pelas classes mais abastadas.

Outra influência da cultura européia com visibilidade no município, representando os ditames do progresso e do desenvolvimento econômico, foi a cultura alemã que ganhou destaque com o processo de industrialização patrocinado pelos empresários alemães, em 1911.

Para Araújo (2003, p. 115) a inserção de Nova Friburgo no capitalismo, nos fins do século XIX, foi marcada pelo confronto entre capital e trabalho. Na teoria de Harvey (1992, p. 166), o capitalismo é orientado para o crescimento. Segundo o autor (1992), uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para que o sistema capitalista prospere. Assim, os lucros podem ser garantidos e a acumulação sustentada. Sob essa ótica, o capitalismo tem que orientar e preparar o crescimento em valores reais sem levar em conta as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. A crise, em contrapartida, ocorre com a falta de crescimento.

O crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo na produção. Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista. (HARVEY, p. 166).

Para ilustrar o exposto, no período de 1920 a 1928, foram registradas manifestações de confronto entre capital e trabalho, no município de Nova Friburgo, motivadas principalmente por causa do piso salarial mais baixo do trabalhador friburguense em relação ao trabalhador alemão; baixos salários pagos a mulheres e crianças; não pagamento de horas extras para os

operários do turno da noite com o desconto de dois mil réis para o café da madrugada; infração dos regulamentos oficiais por parte dos patrões e violência patronal no trato com os trabalhadores. Em suma, tudo isso despertou a reação da classe operária das fábricas pioneiras Arp, Ypu e Filó S/A contra as formas de dominação do capital, que eclodiu no movimento de greve (ARAÚJO, 2003, p. 118-120).

A partir da década de 1930, o movimento operário ganhou nova expressão com a organização sindical, fundamentando-o em novas bases. Nesse período, verificou-se o surgimento de movimentos sindical e social como espaço de resistência, destacando a União dos Trabalhadores da Fábrica de Tecidos de Nova Friburgo, a União Friburguense dos Trabalhadores da Construção Civil, a União dos Empregados em Padarias em Nova Friburgo e, mais tarde, o Sindicato dos Professores das Escolas Privadas de Nova Friburgo (1964), as Associações de Moradores (1980), entre outros²⁸. É importante salientar que as associações de moradores congregavam as reivindicações e queixas dos cidadãos quanto às condições de moradia, à vida no bairro, enquanto os sindicatos canalizavam aquelas referentes a salário e condições de trabalho.

Em 15 de novembro de 1940, foi inaugurado o clube Olifas²⁹ - Centro Recreativo Filó, na localidade de Lagoinha, disponibilizado em comodato ao grêmio recreativo dos funcionários da fábrica Filó S/A³⁰. Somente os funcionários e seus dependentes podiam associar-se ao clube. Além da função de lazer, sua inauguração pode ser vista como um marco de reconhecimento e de valorização da classe operária tão importante para o funcionamento pleno das fábricas.

Com base neste quadro historicamente desfavorável, no que diz respeito ao confronto entre capital e trabalho, observa-se a luta do trabalhador friburguense pelo direito de ser agente de sua própria história. Quanto aos trabalhadores do setor têxtil, que passam a valorar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas, iniciam a construção de uma nova relação com a local, tornando-o um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural.

De 1930 a 1980, o processo de industrialização se consolidou no município de Nova Friburgo, verificando a ampliação da industrial têxtil, bem como o surgimento e crescimento de novos ramos industriais como vestuário, plástico e metalurgia³¹.

²⁸ ARAÚJO, op. cit., p. 124-129.

²⁹ O nome fantasia Olifas foi originado na razão social da fábrica a que pertence. Lido de traz para frente (FILO = OLIF) + (SA = AS), (OLIFA, 2008).

³⁰ OLIFA, op.cit., passim.

³¹ ARAÚJO, op.cit., p. 121.

Em especial, a década de 1980 foi considerada promissora para setores da elite política e empresarial, conforme se pode constatar na declaração do empresário Host Garlipp, de origem alemã: “Nova Friburgo é um paraíso capitalista” (COSTA apud ARAÚJO, 2003, p.128). O empresário Edgar Arp, sócio majoritário da fábrica de rendas Arp e Presidente da Companhia de Eletricidade, descreve Nova Friburgo como uma experiência bem sucedida do capitalismo:

Sem dúvida, uma experiência bem sucedida de capitalismo acontece em Nova Friburgo. Às vezes penso que isso devia ser protegido. Alguma coisa como uma muralha, cercando essa cidade, que tem um clima e uma gente excepcional (idem, 2003, p.131).

Observa-se, a partir do exposto, o desejo de preservar a centralidade econômica e, ao mesmo tempo, o controle social. Segundo Harvey (1992, p. 207), “a hegemonia ideológica e política em toda sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social”.

Como bem observaram Araújo (2003, p. 130) e Costa (2002, p. 80) a ideologia neoliberal marcou o período de transição do período “Suíça brasileira” para “Paraíso Capitalista”. Na época, o prefeito Heródoto Bento de Mello, em seu discurso, enaltece a influência da iniciativa privada minimizando a representatividade do poder público na cidade:

A Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo não é da ELETROBRÁS, mas da família Arp. A estação rodoviária não é da CODERTE, e sim dos Quevedo. Lá não há os azulões da CTC, mas os ônibus dos Maia. Com uma previsão de faturamento este ano de quinhentos bilhões em seu parque industrial, o progresso do município está atrelado à iniciativa privada (ARAÚJO, 2003, p.130).

De acordo com Costa (2002, p. 18-19), foi o grupo do prefeito Heródoto que cunhou a expressão “Paraíso Capitalista”, no período em que esteve à frente do Executivo Municipal, na década de 1980, enaltecendo a iniciativa privada pelo êxito alcançado, pregando um discurso neoliberal (cf. HARVEY, 1992; RAMALHO 2000; BASTOS, 2007; SOUZA, 2007).

Em uma análise comparativa entre esse discurso, realizado na década de 1980, e o recente discurso de posse do atual prefeito Heródoto Bento de Mello, eleito pelo quarto mandato, no ano de 2009, é possível perceber uma intenção de mudança na política pública local em relação à participação da população na tomada de decisão, destacando a inclusão das minorias sociais diante de uma nova intenção de liderança com gestão compartilhada, como citado a seguir:

Vou me dedicar aos mais pobres, aos mais modestos. Vamos proteger os mais velhos e ajudar os mais jovens. Tenham confiança no futuro de Nova Friburgo. Precisamos ajudar uns aos outros. Quero ter uma boa relação com todos. Temos uma grande tarefa pela frente e quero convocar todos os friburguenses (*A Voz da Serra Online*, 02/01/2009).

Nesse discurso, o referido prefeito mencionou ainda que “abrirá as portas da prefeitura para todos os cidadãos e cidadãs, convocando todos os friburguenses para colaborarem e participarem de sua gestão”³². Faz menção também aos imigrantes e colonizadores de Nova Friburgo e ressalta que buscará resgatar todos os valores do município, destacando seus potenciais turísticos e econômicos.

Compartilhando do pensamento de Castañeda (2007), um dos caminhos para a construção e fortalecimento da identidade do território friburguense é entender que cultura é essencialmente um conjunto de práticas humanas produtoras de significados orientadores dos indivíduos, através da construção e negociação de formas simbólicas³³. O autor (2007) destaca a importância de se conhecer e entender essas práticas antes da criação de *slogans*, por exemplo: “Suíça brasileira”, “Capital da Moda Íntima”, “Lugar de ser feliz” e outros, empregados em campanhas e até programas sociais que pretendam construir uma identidade cultural³⁴.

Deste modo, a comunidade deve analisar os seus valores e práticas culturais e determinar se inibem ou promovem a realização do desenvolvimento sustentável. Para Castañeda (2007), sem esse conhecimento, o processo inicia-se “de cima para baixo” e somente torna-se legítimo quando percorre o caminho inverso em seu início, ou seja, “de baixo para cima”.

Portanto, não são apenas os anseios e as necessidades de uma determinada parte da sociedade que deve ser considerada, pois a não observância das diferenças e divergências entre uma classe e outra poderá gerar a exclusão social de parte significativa de uma população, no caso a friburguense.

Essas apropriações e expropriações da cultura, que fazem parte das territorializações, realizam-se por intermédio de relações de poder e de submissão, ao mesmo tempo. Na medida em que os grupos dominadores se apropriam, a maioria desapropriada passa a se submeter aos ditames do capital. Em função disso, sente-se a necessidade de propostas de reformulação do modo de pensar e de se relacionar da sociedade friburguense para projetar uma identidade

³² *A Voz da Serra Online*, 02/01/2009, op. cit., passim.

³³ cf. CLAVAL, 2001, p.12.

³⁴ CASTAÑEDA, op. cit., passim.

territorial de forma mais igualitária, em que todos possam participar do processo de desenvolvimento local.

Adiante, será observado de que forma as relações de poder das fábricas têxteis serão organizadas no espaço urbano e influenciarão no surgimento Polo de Moda Íntima.

2.3 DAS FÁBRICAS TÊXTEIS AO POLO DE MODA ÍNTIMA

No início do século XX, destacam-se como fatores de desenvolvimento, a criação da ferrovia (construída com o capital cafeeiro pelo Barão de Nova Friburgo) e a implantação da usina de energia elétrica Hans³⁵. Além disso, outros fatores favoreceram a escolha desta região para a implantação das fábricas patrocinadas pelo capital de origem alemã, como, por exemplo, as vantagens fiscais; proximidade dos grandes centros consumidores, na qual Nova Friburgo estava ligada pela via férrea; isenção de taxa de transporte das matérias primas e energia elétrica em vias de ser instalada. Esse conjunto de fatores foi determinante para que os empresários alemães transferissem e investissem seu capital, incluindo a cidade na Era industrial, a partir de 1911.

Na análise urbana e de formação das cidades, Castells (2006) aponta que a questão do processo de urbanização está geralmente calcada em uma perspectiva evolucionista em que se desdobram os elementos da formação social precedente, sendo as formas de implantação espacial as expressões mais claras destas transformações, argumentando a necessidade de se estudar a produção das formas espaciais a partir da estrutura social da base.

Explicar o processo social que está na base da organização do espaço não se reduz a situar o fenômeno urbano no seu contexto. Uma problemática sociológica da urbanização deve considerá-la enquanto processo de organização e de desenvolvimento, e, por conseguinte, partir da relação entre forças produtivas, classes sociais e formas culturais (dentre as quais o espaço). Uma investigação deste tipo não pode processar-se unicamente no abstrato: deve, com a ajuda de seus instrumentos conceituais, explicar situações históricas específicas, bastante ricas para que apareçam as linhas de força do fenômeno estudado, a organização do espaço (idem, 1983, p.36).

³⁵ No processo de criação industrial é sabido que a energia elétrica é responsável pela movimentação das máquinas, exercendo um papel fundamental. Em 1906, a Câmara Municipal concedera ao empresário Coronel Antonio Fernandes da Costa o direito de explorar este serviço, porém o Coronel Fernandes não conseguiu cumprir os prazos determinados. Em 1911, o empresário alemão Julius Arp iniciava a construção da Fábrica de Rendas e, ao mesmo tempo, disputava a concessão para operar a usina de eletricidade em substituição ao referido coronel. Em 20 de novembro de 1911, Julius Arp & Cia. conquistaram o direito de concessão de explorarem o serviço de iluminação pública com prazo determinado de trinta anos (ARAÚJO, 2003, p. 64-67).

Nessa mesma direção, Costa (2002, p. 80) e Araújo (2003, p. 61) enfatizam que o processo de industrialização friburguense foi marcado por articulações políticas, lutas no interior das elites locais em busca de hegemonia no âmbito municipal, sendo representado por Galiano das Neves Júnior que, em 1911, dirigia o poder municipal como Presidente da Câmara dos Vereadores contra o grupo liberado por Dr. Galdino do Valle Filho, líder da oposição naquele momento que tentava mobilizar os meios políticos friburguenses, por ocasião da chegada dos empresários alemães. Se por um lado, havia um grupo que dominava e assim mantinha a perpetuação da aristocracia local e se mostrava desinteressado na implementação de medidas que beneficiariam a população como um todo, do outro lado, estavam aqueles que acreditavam na indústria como sinônimo de progresso e de bem-estar material.

Não podemos nos conformar com o estacionamento deste município bem fadado, mas que o destino cruel acorrentara à direção de homens cujo horizonte administrativo não ia além da satisfação de pequenos gastos materiais, a custa deste generoso torrão. Aqueles que se tem sucedido na direção política local, vem com religioso respeito, guardando as práticas rotineiras que há 50 anos procuravam trancar as nossas fronteiras à invasão da indústria, à sanha avassaladora de toda ordem de progresso. Mostramos já com a criação de disposições legislativas municipais, a viva preocupação dos nossos governantes em afastar dessa cidade toda a sorte de indústria que viesse quebrar a linha aristocrática dos nossos concidadãos. Pretendeu-se sempre fazer pairar a nossa encantadora urbs em elevada esfera de nobreza, inatingível para quem não fosse bem aquinhoado na divisão dos proventos materiais³⁶.

Diante do exposto, revela-se uma particularidade do processo de industrialização desse município, verificando a importância atribuída à indústria como meio de desenvolvimento econômico, assim como a questão política acerca do poder vigente. Percebe-se assim que a produção do espaço urbano estava intimamente ligada aos interesses políticos e ideológicos da classe dominante.

Para Gottdiener (1997, p. 200), as forças políticas e ideológicas são igualmente importantes na produção do espaço, já que a interseção dessas forças sociais envolve um processo contingente, muitas vezes com resultados contenciosos. Desse modo, a produção do espaço de Nova Friburgo pode ser apreendida como complexa articulação entre estrutura e ação, isto é, entre o que se encontra no espaço municipal e ação que sobre o mesmo é exercida.

³⁶ A PAZ, 29/01/1911 (apud ARAÚJO, 2003, p.62-63).

Somando-se a esses acontecimentos políticos, destaca-se um conjunto de fatores que também favoreceu a implantação do complexo industrial no município de Nova Friburgo, (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, 1988, p. 86):

- O desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro e não mais, só centro administrativo do Estado, favoreceu a integração do município de Nova Friburgo na dinâmica econômica regional.
- A tipologia do produto têxtil (rendas, bordados, passamanarias, etc.) que assegurou um mercado aberto, isto é, sem competidores nacionais.
- A guerra de 1914-1918 que desarticulou o fornecimento externo, ajudando sem dúvida a sedimentação das indústrias emergentes. Além disso, o contingente disponível de força de trabalho na região favoreceu a manutenção da mão de obra barata garantindo o êxito do capital investido.
- A configuração do território com suas características provinciais do município de pequena cidade sem grandes limites, entre as áreas urbanas e rurais que favoreciam a utilização dos novos operários sem que estes se desligassem imediatamente das suas origens agrárias.
- A monopolização da oferta de trabalho industrial por um pequeno grupo de empresários alemães unidos pela identidade étnica (familiar ou amizade) que favoreceu o equilíbrio salarial com maior controle da força de trabalho e os métodos disciplinares.

Até a década de 1960, a perspectiva empresarial e a força motora da economia de mercado permaneceram intactas. A livre iniciativa, associada aos princípios do progresso social, assegurou os direitos fundamentais da iniciativa privada, da propriedade individual e dos compromissos sociais. Para Araújo (2003, p. 121), nas décadas de 1960 e 1970, acompanhando uma tendência nacional, que redundou no chamado “milagre brasileiro”, foi possível perceber um forte crescimento industrial no município de Nova Friburgo.

Diante do exposto, observa-se que a ordem social se estabelecia através da hegemonia ideológica de aparente valorização positiva do trabalho e que funcionava como uma alavanca para o progresso da industrialização no referido município.

2.3.1 A DISTRIBUIÇÃO DAS FÁBRICAS TÊXTEIS NO TERRITÓRIO

Além de identificar a presença das fábricas, de origem alemã, no território, é necessário analisar a distribuição espacial e suas implicações na organização social no município de Nova Friburgo. Identificando principalmente as estratégias de implantação que colaboraram para a sobrevivência desse complexo industrial no mercado.

Quanto à questão da localização da indústria, a princípio tendem a instalar-se fora das cidades, próximas às fontes de energia, meios de transporte e matérias-primas. Ao mesmo tempo, o ambiente urbano permite que estejam concentrados os meios de produção, as ferramentas e a mão de obra (LEFEBVRE, 1991). Com isso, a localização distante da cidade passa a ser vista como uma mera condicionante locacional antiga, quando ainda não estão desenvolvidas as técnicas aplicadas à indústria, como no caso da indústria têxtil que precisava se instalar próxima aos cursos d'água, para a geração de energia necessária ao processo produtivo.

Não sendo satisfatória para os “empresários” a implantação fora das cidades, desde que possível, a indústria se aproxima dos centros urbanos. Inversamente, a cidade anterior à industrialização acelera o processo (em particular, ela permite o rápido crescimento da produtividade). A cidade, portanto, desempenhou um papel importante do *take off* (Rostow), isto é, na arrancada da indústria. As concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais no sentido de Marx. Desde então a indústria devia produzir seus próprios centros urbanos, cidade, aglomerações industriais ora pequenas (Le Cresot), ora médias (Saint-Etienne), às vezes gigantes (Ruhr, considerada como “conurbação”). Seria necessário voltar para a deterioração da centralidade e o caráter urbano nessas cidades (idem, p.08).

Ilustrando essa observação no município de Nova Friburgo, Araújo (2003, p.81) descreve:

A indústria M. Singen ocupava um terreno nas cercanias do rio Cônego, próximo também do encontro dos rios. A indústria M. Falck & Cia. localizava-se à margem esquerda do rio Santo Antônio, igualmente perto do rio Bengala. Na outra extremidade do núcleo urbano, e próxima à praça do Suspiro, situava-se a Fábrica de Filó S/A. Finalmente, a Fábrica de Ferragens Hans Gaiser localizava-se à margem direita do rio Bengala no final da Avenida Santos Dumont.

Desse modo, verifica-se que as indústrias pioneiras de origem alemã, no município de Nova Friburgo, seguem estrategicamente a lógica de implantação às margens dos rios bem como a proximidade do centro urbano e das principais vias de acesso.

Dando continuidade ao assunto sobre os critérios que motivaram a implantação dessas indústrias no município de Nova Friburgo, destaca-se o caso do empresário Carlos Siems, que transferiu o seu parque industrial da Alemanha atraído principalmente pela matéria-prima e mão de obra barata, fundando, em 1925, a fábrica Filó, como sociedade anônima, sendo pioneira na produção tanto no Brasil quanto na América Latina³⁷.

Quanto à cooperação entre as primeiras fábricas têxteis, observa-se a existência de uma relação de parceria entre a M. Sinjen, M. Falck & Cia e a Filó S/A. A M. Sinjen fornecia os fios para a produção dos diversos tipos de filó da fábrica Filó S/A que, por sua vez, lhe retornava sob a forma de produtos têxteis (bordados, artigos de adornos para cama e mesa, cortinas, tecidos para estofamento e outros) procedendo da mesma forma com a M. Falck & Cia., eliminando assim os eventuais problemas de importação dessas empresas (MANANGÃO, 2007). Este processo de cooperação diagnosticado como elo da cadeia produtiva, fortalecia as relações sociais e, ao mesmo tempo, assegurava o domínio de mercado perante possíveis empresas que tentassem ingressar no mercado local.

Quanto à localização das fábricas no espaço urbano, verifica-se que estas ocupavam as extremidades da cidade. Do ponto de vista estratégico, compartilhando com a percepção de Araújo (2003, p. 81), este posicionamento seria favorável para exercer, de certa forma, o controle sobre o núcleo urbano.

Quanto à ocupação espacial, a M. Falck & Cia iniciou num galpão com 12 operários, uma oficina mecânica, uma carpintaria, onde produzia galões, suspensórios e fitas, e por volta de 1913-1914 adquiriu teares para a fabricação de suspensórios e ligas. No final da década de 1920, a fábrica era composta por setores produtivos como tecelagem, trançadeiras, passamanarias, cintos, elásticos, ligas, braçadeiras, embalagem, medição de artigos têxteis, estamparias, tipografias e encadernação, cartonagem, oficina mecânica, carpintaria, manutenção e fabricação de caixas para o transporte de mercadorias. Para efetivar o domínio sobre a mão de obra, em 1943, foram também construídas as primeiras 12 casas, no Sítio Santa Maria, e, em 1945, no Sítio Ypu. Ainda em 1945, inaugurou o consultório dentário, mantendo o controle sob a vida de seus operários, evitando aglomerações e contatos com os da M. Sinjen³⁸.

³⁷ ARAÚJO, op. cit., p. 74.

³⁸ Em 1954, foi inaugurado o primeiro restaurante da empresa e lançada a marca YPU no mercado de manufaturados de couro. Em 1964, foi inaugurada a seção de bordados com a aquisição de novas máquinas, ampliando a área têxtil. MANANGÃO, op. cit., passim.

Observa-se, então, que a infraestrutura de qualidade da vila operária pode ser considerada como uma forma de controle patronal sob os trabalhadores fabris. Outro tipo de controle identificado, desta vez no âmbito da infraestrutura urbana, é o fornecimento de energia e iluminação através da Companhia de Eletricidade que, somado a organização estratégica do espaço urbano, tornaram-se elementos fundamentais no processo de dominação exercido pelo capitalismo alemão no município de Nova Friburgo. Segundo Araújo (2003, p.83), “o capital permanecia mantendo grande unidade representada pela pessoa jurídica da Empresa de Eletricidade – centro gerador de energia – e na pessoa física de Julius Arp”.

Complementando o exposto, Bourdieu (apud RAUSCH, 1993, p. 51) aponta como representativo de poder do sujeito ou grupo, o capital que possuem. Vislumbra esse capital, de maneira objetivada, que pode ser definido como: o capital simbólico, o econômico, o cultural, e o social. O que determina o lugar de poder do indivíduo ou grupo é o capital que possui e a composição desse capital³⁹.

Retomando a questão da localização estratégica dessas fábricas, nota-se que a distância entre elas favorecia a dispersão da força de trabalho em relação ao território, dificultando o surgimento de locais de encontro e concentração da classe operária que pudessem fomentar ideias desfavoráveis ao andamento do processo industrial (ARAÚJO, 2003, p. 83-84). Deixando impresso, na localização das fábricas, as duras relações de trabalho já mencionadas anteriormente.

A concentração da mão de obra, por sua vez, está intimamente vinculada às relações de trabalho com as fábricas. Desse modo, os bairros operários têm suas origens no entorno das fábricas⁴⁰. Observa-se ainda a inexistência de bairros tipicamente operários nos limites internos da cidade.

No caso da fábrica M.Sinjem & Cia, foram ocupados os terrenos próximos ao Parque São Clemente, atingindo a região, onde anteriormente se estabelecera a antiga Olaria do Cônego, formando gradativamente o bairro operário de Olaria, ocupado pelos seus trabalhadores. O mesmo fenômeno ocorreu nas proximidades da fábrica Ypu, constituindo o bairro operário de Perissê e, a partir de meados da década de 1920, teve início a ocupação da região urbana no entorno da Fábrica Filó S/A, dando origem ao bairro operário que mais tarde foi denominado Lagoinha. Em 1937, cria-se a fábrica de Ferragens Hans Gaiser, uma

³⁹ cf. RAUSCH, D. *Sobre a Cosmovisão: a proposta topológica de Pierre Bourdieu e o interacionalismo simbólico*. Boletim CLCH-24. Londrina UEL. 1993. p. 51-60.

⁴⁰ Devido à proximidade, entre a casa e o trabalho, o percurso era feito a pé ou de bicicleta Assim, se reduzia o risco de faltas e atrasos dos operários, garantindo a estabilidade da produção. Harvey (2007, p. 166) adverte que o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo.

metalúrgica, na localidade de Village, intensificando o povoamento dessa localidade com o assentamento dos seus operários (ARAÚJO, 2003, p. 84), (figura 3). Entretanto, é interessante mencionar que a expressão “bairro”, utilizada por Araújo (2003), não é reconhecida oficialmente pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo que a substituiu por localidade.



Figura 3 – Mapa de localização das fábricas pioneiras de origem alemã e dos bairros operários.
 Fonte: Araújo, 2003 (localização adaptada dos dados no mapa do PDP-NF).

Posteriormente, verifica-se que esta distribuição no espaço urbano é seguida por novas fábricas têxteis que se estabeleceram na região. Em 1953, foi fundada a fábrica Sinimbu S/A⁴¹, ocupando uma área de 8.000m², situada no bairro Perissê, ao lado do Viaduto Geremias Mattos Fontes, às margens da RJ-116 e do Rio Santo Antonio. O mesmo aconteceu

⁴¹ Em 2002, sua produção anual foi de 8 milhões de fitas decorativas e elásticos e aviamentos têxteis.

com a fábrica Hak de Fusos e Passamanaria Ltda⁴² que, apesar de ter começado num galpão, na Rua Augusto Spinelli, no centro da cidade, em 1958, se transferiu para uma área maior, ampliando sua unidade fabril, na localidade de Olaria, na década de 1960 (MANANGÃO, 2007), ou seja, o capitalismo utiliza essa forma de organização espacial para reforçar suas relações sociais. Desse modo, entende-se que as relações sociais entre os setores produtivos e a comunidade buscam garantir a reprodução e sobrevivência do capital (cf. HARVEY, 1982; LEFEBVRE, 1991; ARAÚJO, 2003).

É interessante complementar que as referidas fábricas foram localizadas não somente junto aos Rios Santo Antonio (Sinimbu), Cônego e Bengala (Hak), mas também próximas às ferrovias e rodovias, vias importantes, que facilitavam o deslocamento, não só produtivo, mas do pessoal, para a aquisição de matérias-primas e para as vendas, seguindo assim a lógica de implantação das indústrias pioneiras de origem alemã (MANANGÃO, 2007).

Na década de 1970, as ações da fábrica Filó S/A foram vendidas para o grupo alemão *Triumph International*, preservando a cultura produtiva têxtil e a centralidade do capital de origem germânica. A partir dessa aquisição, começa a desenvolver também a produção de moda íntima (*lingerie*) instaurando o setor de vestuário na região⁴³. Manteve também os laços comerciais com as demais empresas têxteis alemãs fornecedoras de matéria-prima.

Em 1980, o município de Nova Friburgo já era dominado pelas atividades secundárias, tendo as indústrias têxtil e de metal-mecânica como os principais setores produtivos. Com a reestruturação produtiva, as indústrias locais reduziram a sua produção em larga escala e, por sua vez, repercutiu diretamente na dispensa da força de trabalho, melhor dizendo, na demissão em massa. Como alternativa de sobrevivência local, os trabalhadores desses setores iniciaram micro e pequenas empresas, tendo como favorecimento a flexibilidade da subcontratação e dando origem ao Polo de Moda Íntima e ao Polo de Ferragens, formado, então, por um conjunto de cerca de 900 micro e pequenas empresas (MPEs), acompanhado por uma redução das atividades tradicionais da região, localizadas nos setores têxtil e de autopeças⁴⁴.

É, sobretudo, a partir dos anos 1985, que Nova Friburgo apresenta um dinamismo significativo, tanto no conjunto de produção econômica da região quanto no segmento específico de moda íntima brasileira.

⁴²Inicialmente era uma metalúrgica, fabricava fusos que comercializava com as indústrias locais, sobretudo de máquinas trançadeiras. Em 1964, a empresa entrou no mercado têxtil, no ramo de passamanarias, começando com a produção de elásticos trançados. MANANGÃO, op. cit. passim.

⁴³ cf. CASTRO, E. *Lingerie: uma breve história 1500-2006*. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2006.

⁴⁴ HASENCLEVER et al., 2003, p.125.

Em 1992, com a liberação das importações, o setor têxtil passou a enfrentar forte competição com os produtos oriundos da Ásia. A alternativa de reação foi aumentar a produtividade. Esse setor gastou 7 milhões de dólares na renovação do equipamento e desenvolvimento de novos produtos, desde 1994.

Em 1998, com a estrutura local do Produto Interno Bruto (PIB) ainda preponderantemente industrial, ocorreram as principais transformações no interior da indústria têxtil: houve decréscimo da produção têxtil e crescimento da indústria de confecções. Nesse período, apesar do investimento, com a crise, o número reduziu para 1.000 empresas e, em 2000, para 800 empresas legalizadas, pois a expansão levou ao encarecimento da mão de obra, elevando os custos de produção e ocasionando a retirada do mercado de um número significativo de empresas (BRITTO, 2004, p. 87).

O mesmo aconteceu na indústria de metal-mecânica: houve decréscimo das autopeças e crescimento do segmento de ferragens. Outras atividades se destacam como importantes para a geração de emprego no município: transporte e comunicações (5,65%), alojamento e alimentação (5%), atividades imobiliárias (4,8%), ensino (4%)⁴⁵.

De acordo com Hasenclever et al. (2003, p.125), o mercado brasileiro de confecção de moda íntima apresentou um crescimento contínuo da ordem de 10%, durante os primeiros seis anos da década de 1990. Nos últimos três anos, porém, essa taxa foi reduzida para 3%.

Por outro lado, a indústria de metal-mecânica brasileira não se adequou às mudanças estruturais ocorridas na década de 1980, tais como: adoção em massa de programas de qualidade, automação de processos, novas relações entre as empresas da cadeia produtiva e uso de engenharia simultânea. Além disso, também foi exposta à abertura econômica. Com redução das tarifas de 80% para 35% (no período de 1990-1994), que resultaram em uma exposição à concorrência internacional desigual em termos de padrões de qualidade e preços⁴⁶.

O predomínio de MPEs teve como ponto alto de criação, o período de 1990 a 1997, quando foi registrado um crescimento anual de 25 para 44 empresas. Entre o período de 1999 a 2003, foram criadas 214 novas empresas sendo 132 informais⁴⁷, correspondendo a 62% do total (MATTOS, 2004). No entanto, Britto (2004) e Hasenclever et al. (2003) advertem que a reestruturação observada nos setores industriais impediu que o emprego continuasse crescendo na mesma proporção da produção industrial e de suas vendas.

⁴⁵ HASENCLEVER et al., 2003, p.126.

⁴⁶ HASENCLEVER et al., op.cit., p.125.

⁴⁷ cf. Definição de empresas informais, p.58.

Apesar das políticas locais voltadas para a transformação e reconfiguração da indústria local, registra-se uma mudança na morfologia das empresas industriais que reduziram significativamente o seu tamanho ao longo de 16 anos analisados, seja pelo aparecimento de maior número de micro e pequenos estabelecimentos do setor de confecções, seja pelo enxugamento e redução do tamanho das grandes empresas têxteis⁴⁸. Observa-se que esse quadro se encontra em mudanças principalmente nos setores onde as empresas passaram por um processo de reestruturação e modernização necessário às novas exigências do mercado.

Depois de um longo período de desaquecimento do setor têxtil, em 2004, foi inaugurada uma nova fábrica, a Nylorend⁴⁹, localizada na Avenida Governador Roberto da Silveira, também às margens da RJ-116, em Conselheiro Paulino, distrito de Nova Friburgo, onde estão situadas grande parte das micro e pequenas empresas destinadas à produção de moda íntima, bem como da necessária e farta mão de obra especializada. Um dado relevante de ser mencionado é que a empresa contou com incentivos fiscais do programa Rio Têxtil, do Governo do Estado⁵⁰, sendo também atraída pelo número de confecções, em torno de 800, entre formais e informais.

Nesse sentido, observa-se que a especificidade produtiva desse município torna-se atrativa para potenciais empresários do setor têxtil e de vestuário por conceder incentivos fiscais e disponibilizar mão de obra especializada com salários baixos⁵¹ no mercado. Retomando Harvey (1992), observa-se que o capitalismo utiliza o espaço para reforço das relações sociais necessárias a sua sobrevivência.

Em termos gerais, percebe-se que a principal motivação das relações sociais estabelecidas entre as empresas têxteis e o Polo de Moda Íntima é a comercialização da matéria-prima para a produção de moda íntima (*lingerie*). Este tipo de relação comercial se estabelece de forma vertical, entre fornecedores – empresas têxteis – e clientes – empresas que configuram esse arranjo (figura 4).

⁴⁸ HASENCLEVER, 2005, p.362.

⁴⁹ Com as máquinas *Rascheltronic*, *Jacquardtronic*, *Textronic*, a empresa desenvolve em parceria com *bureaux* especializados desenhos exclusivos. Sua capacidade no decorrer dos meses pode chegar a 30 toneladas de rendas e boa parte desta produção já tem mercado garantido.

⁵⁰ MANANGÃO, 2007.

⁵¹ cf. Acordo Salarial de 2008/2009 (anexo 7.2).

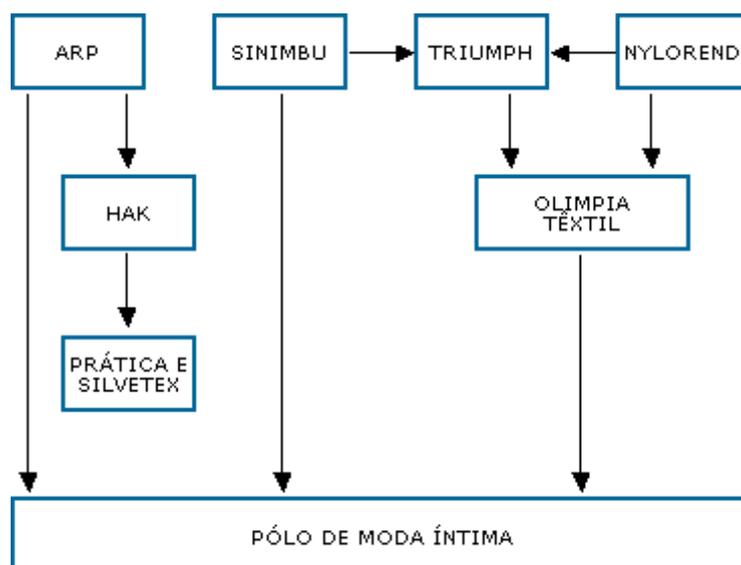


Figura 4 – Esquema das relações comerciais do Polo de Moda Íntima, em 2004.
 FONTE: Manangão, 2007.

Observa-se também a possibilidade de subcontratação ou prestação de serviço entre as empresas, para completar o ciclo da cadeia produtiva, que se traduz numa forma alternativa vantajosa das atividades produtivas locais (cf. HARVEY, 1992; CASTEL, 1998).

Nesse contexto, verifica-se que a produção do espaço urbano friburguense foi e, ainda continua sendo influenciada pelos ditames do capital, representado em parte pelo controle das fábricas na região. É possível, ainda, verificar a importância da cultura alemã no desenvolvimento de uma especificidade produtiva na região desde as fábricas têxteis até as do vestuário.

Percebe-se que, neste caso, a urbanização de Nova Friburgo é a condensação dos processos sociais que permitiram o capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção, neste caso, simbolizado pelas fábricas alemãs que, até hoje, exercem certa influência socioespacial em relação ao Polo de Moda Íntima.

2.3.2 A CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA DE MODA ÍNTIMA NO TERRITÓRIO

Como visto, as transformações na redistribuição produtiva e na divisão do trabalho, ao longo das últimas décadas, promoveram significativas mudanças no dimensionamento das empresas assim como na sua relação com o território. Apesar da identificação da concentração produtiva de moda íntima, existe, porém, uma grande quantidade de MPes distribuída pelo território que, por funcionar na informalidade, inviabiliza a realização de um levantamento preciso da área de atuação dessa especificidade produtiva. Sendo possível

identificar apenas a organização espacial do Polo de Moda Íntima, no município de Nova Friburgo, por área de concentração nas localidades de Olaria e Ponte da Saudade.

De acordo com a Lei de Uso do Solo, número 2.249, a localidade de Olaria subdivide-se em Subsetor Misto - SM (destinado ao uso de comércio e residências) e Subsetor Residencial - SR (uso exclusivamente residencial), na localidade de Ponte da Saudade, consta um Núcleo Comercial em Setor Residencial.

Inicialmente, há o registro da concentração produtiva de moda íntima na localidade de Olaria (figura 5), onde residia parte significativa das operárias demitidas da fábrica Filó S/A - Triumph International, no período da crise econômica dos anos 1980⁵². Pode-se também mencionar a vila operária como referencial histórico e identitário dessa classe de trabalhadores. Outro aspecto que chama a atenção é a alta densidade de área construída.

Desse modo, observa-se que a existência de um Subsetor Misto - SM, na localidade de Olaria, favoreceu a implantação do perfil de empresa “fundo de quintal”, onde a moradia e o local de trabalho encontram-se inseridos em uma mesma área construída (figura 6). Nessa localidade, é possível registrar ainda a presença de algumas das empresas pioneiras como, por exemplo, Suspiro Íntimo e Lucitex, que impulsionaram o Polo de Moda Íntima. Atualmente, sob a direção dos filhos das operárias fundadoras (figura 7).



Figura 5 – Imagem de satélite de localização da concentração produtiva de moda íntima – Olaria
Fonte: Google, 2008.

⁵² Em decorrência da crise econômica que se instaura no país nesse período, a fábrica Filó S/A-Triumph International demitiu várias costureiras (cerca de 600) que, apoiadas por metalúrgicos também demitidos na mesma época, deram início às inúmeras empresas formais e informais (CARNEIRO, 2006, p. 104).



Figura 6 – Moradia e comércio de produto moda íntima, situados na Rua Presidente Vargas, na localidade de Olaria.

Fonte: Autora, 2009.



Figura 7 – Empresa Suspiro Íntimo e Lucitex, situadas na Rua Presidente Raul Veiga, na localidade de Olaria.

Fonte: Autora, 2009.

Contudo, a maior atuação de comercialização do polo se encontra na localidade de Ponte da Saudade (figura 8). Este pólo tem como característica principal a venda de seus produtos, em atacados próprios, por “sacoleiras” e pequenos varejistas. A sua localização é



Figura 10 – Rodoviária Sul, na localidade de Ponte da Saudade, à margem da RJ-116.

Fonte: Autora, 2009.

Outro aspecto observado é o destaque tanto das fábricas de origem alemã (Arp, Filó S/A e Ypu) quanto do *Circuito de Moda Íntima* como pontos de referência turística no mapa divulgado pela Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (anexo 7.1). Neste caso, é interessante mencionar que a presença de “sacoleiras” vindas de outras regiões tornou-se um instrumento facilitador de promoção da atividade turística da cidade. Desse modo, identifica-se o planejamento estratégico do *Circuito de Moda Íntima* como espaço turístico, delimitado no referido mapa como uma área de concentração produtiva de moda íntima nas localidades de Olaria e Ponte da Saudade.

Finalmente, num primeiro momento, observa-se um deslocamento da mão de obra em função dos postos de trabalhos fabris, fundamentando o surgimento dos bairros operários e, em um segundo momento, a implantação de novas empresas na região, motivada principalmente pela localização da mão de obra. E, posteriormente, influenciado por esse conjunto de fatores, acontece a reestruturação produtiva de moda íntima com as primeiras pequenas confecções, caracterizadas pela estrutura familiar, como alternativa de sobrevivência das operárias demitidas pela fábrica Filó S/A – Triumph Internacional. Nesse sentido, observa-se o deslocamento da reprodução do capital para o lar, ou seja, a função de abrigo se estende agora para a sua força de trabalho e o processo produtivo, tendo início o Polo de Moda Íntima, na já citada localidade de Olaria.

2.4 O POLO DE MODA ÍNTIMA

2.4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

O Polo de Moda Íntima, segundo o Boletim do SEBRAE/RJ de 05/08/2005, é constituído por cerca de 900 empresas, sendo 400 formais e, aproximadamente, 500 informais, gerando em torno de 20.400 empregos – 12.400 formais e 8.000 informais. Esses números ganharam maior precisão com a divulgação, em 2004, dos resultados do Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo que contabilizou um número total de 700 empresas, sendo 500 formais e, aproximadamente, 200 informais.

É importante esclarecer que o SEBRAE considera informal a empresa que não tem contabilidade própria. Pode até possuir CNPJ, mas se as contas do negócio não estão separadas das contas da família, não é empresa formal. Segundo Sérgio Mindlin, presidente do Conselho Deliberativo do Ethos, estima-se que a empresa informal é a quase totalidade das micro e pequenas empresas brasileiras (INSTITUTO ETHOS, 2009). Paralelamente a essa compreensão, Ramalho (2000, p. 4) adverte que a economia informal não minimiza ou reduz a exploração, mas tem combinado flexibilidade e exploração, produtividade e abuso, empresários agressivos e trabalhadores desprotegidos.

Quanto às empresas formais, é menos provável que o grau de informalidade das relações trabalhistas atinja parcelas significativas dos ocupados. Nesse caso, ficam excluídos apenas os trabalhadores que prestam serviços terceirizados às empresas. Segundo o IPEA (2006, p. 20), deve-se considerar também que, em vários tipos de atividades, as empresas recorrem ao trabalho doméstico, não formalizado e remunerado por tarefa. É importante ter em mente essa realidade, porque nas aglomerações em que essa possibilidade existe pode ocorrer maior subestimação da importância dessas atividades, quando medidas pelo emprego.

Em 2001, foram registrados 428 estabelecimentos que atuavam no segmento de moda íntima (*lingerie*), gerando um total de 5.560 postos de trabalho, no município de Nova Friburgo. Outros segmentos vinculados ao setor vestuário que também se destacavam são: outros artigos têxteis (com oito estabelecimentos e 1.242 postos de trabalho); confecção de outras peças de vestuário (com 56 estabelecimentos e 597 postos de trabalho) e o comércio varejista de artigos de vestuário (com 293 estabelecimentos e 785 postos de trabalho), (tabela 1). A análise dos indicadores relativos ao total de empregos e ao total do número de estabelecimentos, a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), aponta para uma média de 13 empregados por empresa o que permite destacar a predominância de

pequenas e microempresas nas atividades ligadas à produção de moda íntima em Nova Friburgo.

Tabela 1 - Características do APL de Moda Íntima - Nova Friburgo

CNAE - Atividades Integradas	Empregos	N.º de Estab.	Remuneração (dez. 2001-R\$)	Tam. Médio (empregos)	Remuneração Média (R\$)
17698 - Fabricação de outros artigos têxteis - exclusive vestuário	1.242	8	947.110,50	155,25	762,57
18112 - Confeção de peças interiores do vestuário	5.560	428	2.378.407,64	12,99	427,77
18120 - Confeção de outras peças do vestuário	597	56	179.354,04	10,66	300,43
51411 - Comércio atacadista de fios têxteis, tecidos, artefatos de tecidos	55	12	29.027,67	4,58	527,78
51420 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e complementos	43	13	14.481,04	3,31	336,77
52329 - Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos	785	293	294.191,99	2,68	374,77
Total	8.282	810	3.842.572,88	10,22	463,97

Fonte: BRITTO, 2004 (elaborado a partir da base de dados da RAIS/2001).

Quanto à relação tamanho dos estabelecimentos por número empregados, na atividade de confecção de peças interiores do vestuário, observa-se que 41,4% dos empregos localizavam-se na faixa de tamanho entre 0 e 19 empregados, enquanto os 34,8% restantes localizavam-se na faixa entre 20 e 99 empregados. Neste segmento, apenas uma empresa empregava mais de 500 trabalhadores, sendo responsável, isoladamente, por 20,9% do emprego no segmento (tabela 2). Em termos do porte, informações disponibilizadas, pela Firjan (2002), indicam que as maiores empresas atuantes no município são: Filó S/A-Triumph International (1.900 empregados), Arp Fios & Bordados (890 empregados), Sinimbu S/A (300 empregados), Hak de Fusos e Passamanaria LTDA (190 empregados) e Fri-Cout Confeção LTDA ME (110 empregados) (BRITO, 2004, p. 87).

Tabela 2 - Distribuição do emprego por faixa de tamanho - APL de Moda Íntima Nova Friburgo

CNAE - Atividades Integradas	Empregos por Faixas de Tamanho				
	0 a 19	20 a 99	100 a 499	Mais de 500	Total
17698 - Fabricação de outros artigos têxteis - exclusive vestuário	0,6%	2,0%	33,6%	63,8%	100%
18112 - Confecção de peças interiores do vestuário	41,4%	34,8%	2,8%	20,9%	100%
18120 - Confecção de outras peças do vestuário	53,9%	46,1%	0,0%	0,0%	100%
52329 - Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos	94,5%	5,5%	0,0%	0,0%	100%

Fonte: BRITTO, 2004 (elaborado a partir da base de dados da RAIS/2001).

Com base nas informações anteriormente descritas, verifica-se que o crescimento dos estabelecimentos e empregos formais ocorreu em proporções diferentes. Para respaldar o exposto, segundo Hasenclever (2005, p. 329), enquanto o número de estabelecimentos aumentou 2,4 vezes entre 1985 e 2001, o número de empregados cresceu apenas 1,5 vezes, no mesmo período, sendo que, em 2000, mais de 30% da população economicamente ativa estava empregada, apresentando um indicador superior ao estado do Rio de Janeiro, porém inferior ao do município de Macaé. A autora (2005) expõe que, em 2001, 98,2% das empresas locais eram configuradas por micro e pequenos estabelecimentos.

Cabe destacar que o fato de a produção de confecção ser intensiva em mão de obra faz com que os empresários considerem a disponibilidade e a qualidade da mesma como formas mais importante de se obter vantagens competitivas associadas à sua localização. As inovações feitas no setor pelas micro e pequenas empresas geralmente envolvem lançamentos de novos modelos adaptados e a utilização de novos materiais nos modelos existentes. Já as empresas de maior dimensão investem mais na automação de seus equipamentos, utilizando técnicas mais sofisticadas de controle de qualidade e desenvolvendo novos modelos, por meio de uma estratégia de integração vertical (BRITTO, 2004, p.87).

Os laços de cooperação são mais desenvolvidos com os clientes e, diretamente entre as empresas, por meio de uma troca de informações motivada por laços de amizade, vizinhança e familiares, no entanto com menor prática. Em 2004, foi identificado por Britto (idem, 2004.) que a interação com Universidades e Centros de Apoio era bastante restrita, tanto por falta de cursos adequados ao desenvolvimento do setor quanto pela falta de informações das Universidades. Mais adiante, na seção de infraestrutura, será observado que essa reclamação ainda é vigente nos dias atuais e, na tentativa de atender essa demanda, já existe uma reformulação da oferta de cursos de capacitação para o setor.

2.4.2 ASPECTOS PLURIDIMENSIONAIS

O APL do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo produz cerca de 200 mil peças por ano, que correspondem a 25% do vestuário de moda íntima produzido no Brasil. Constitui o principal núcleo de um sistema que abrange outros municípios, como Cantagalo, Bom Jardim, Cordeiro, Duas Barras e Macuco. Na tabela 3, abaixo, é possível verificar o posicionamento dessa micro-região em relação ao Estado do Rio de Janeiro, através dos indicadores população e área territorial.

Tabela 3 - Posicionamento da micro-região de atuação do APL Moda Íntima com relação ao Estado do Rio de Janeiro (ERJ)

Município/Região	População (2005)	População (% no ERJ)	Área (Km²)	Área (% no ERJ)
Nova Friburgo	177.388	1,18%	938,4	2,1%
Cantagalo	20.717	0,14%	754,1	1,7%
Bom Jardim	23.917	0,16%	385,8	0,9%
Cordeiro	19.764	0,13%	112,5	0,3%
Duas Barras	10.622	0,07%	376,3	0,9%
Macuco	4.478	0,03%	77,6	0,2%
Pólo de Moda Íntima	256.886	1,71%	2.644,7	6,1%
Estado do Rio de Janeiro	15.024.965	100,00%	43.696,0	100%

Fonte: Tângari, 2007.

A população da região onde se situa esse arranjo corresponde a 1,71% do Estado do Rio de Janeiro e 6,1% da área territorial do Estado do Rio de Janeiro. Observa-se, porém, que o município de Nova Friburgo, se comparado aos demais municípios (Cantagalo, Bom Jardim, Cordeiro, Duas Barras e Macuco), concentra um percentual significativo da população que pode ser atribuída, em parte, a concentração de fábricas ainda presentes na área urbana. É válido mencionar que, no período de trinta anos, entre 1970 e 2000, a população residente na área urbana dobrou, passando de 74.756 para 151.851 habitantes, enquanto o acréscimo de população residente na área rural foi de 38% no mesmo período, passando de 15.664 para 21.567 habitantes (ARAÚJO; LIMA, 2006, p. 23).

Em relação ao PIB, o Polo de Moda Íntima com um faturamento de R\$ 2.152.560,00, corresponde a 0,85% do PIB do Estado do Rio de Janeiro, enquanto a concentração produtiva de moda íntima somente no município de Nova Friburgo é responsável por 0,59% do PIB do Estado Rio de Janeiro, no valor de R\$ 1.485.989,00, atribuídos, em parte, à concentração de suas fábricas⁵³ (tabela 4).

⁵³ Tângari, 2007.

Tabela 4 - PIB – Município/Região, Polo de Moda Íntima e Estado do RJ (valores em R\$ milhões)

Município/Região	PIB (2004)	PIB (% no ERJ)
Nova Friburgo	1.485.989	0,59%
Cantagalo	354.548	0,14%
Bom Jardim	115.043	0,05%
Cordeiro	98.231	0,04%
Duas Barras	61.312	0,02%
Macuco	37.437	0,01%
Pólo de Moda Íntima	2.152.560	0,85%
Estado do Rio de Janeiro	252.945.575	100,00%

Fonte: Tângari, 2007 (dados CIDE, 2004).

Contudo, o fato do alto valor do PIB apresentado não significa necessariamente que a população esteja usufruindo da distribuição dessa riqueza. Neste caso, cabe averiguar de que forma a população friburguense participa desse processo, sendo necessário, por exemplo, buscar informações sobre a distribuição de renda no município. Segundo o IBGE (Censo 2000), a concentração de 59,4% da renda do município está na faixa das pessoas 20% mais ricas da população e, associada à baixa renda, encontra-se a maioria da população, com o extrato dos 60% mais pobres recebendo desta renda apenas 22,3% (ARAÚJO; LIMA, 2006, p. 26). Sendo assim, subentende-se a necessidade de uma melhor distribuição da renda do PIB gerado pelo Polo de Moda Íntima.

Em relação à geração de emprego formal no referido Polo de Moda Íntima, observa-se que o crescimento médio anual, no período de 1995-2001, foi de 4,0% e, no período de 2002-2006, atingiu 6,2%. Se comparado com o cenário nacional, o crescimento do polo foi de 64,5% enquanto o país alcançou 48,1% (figura 11).

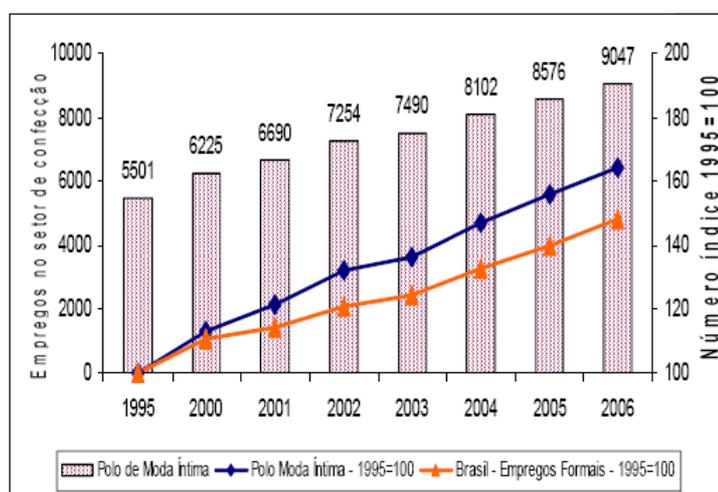


Figura 11 – Gráfico de evolução do emprego formal no Polo de Moda Íntima e Brasil.

Fonte: Tângari, 2007.

No que se refere à remuneração, constata-se certa desvalorização do piso salarial ao longo do tempo. Em 1985, os melhores salários eram pagos pelo setor industrial e, em 2001, passaram a ser pagos pelo setor de serviços. Desse modo, observa-se que houve uma defasagem no salário do setor industrial e uma melhora na remuneração salarial do setor de serviços (HASENCLEVER, 2005, p. 329).

De acordo com a Cláusula Terceira – Salário Mínimo Profissional, a partir de 1º de maio de 2008, o piso salarial mensal dos trabalhadores nas indústrias do vestuário de Nova Friburgo com abrangência territorial em Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras e Sumidouro é de R\$ 473,00 (quatrocentos e setenta e três reais). É válido mencionar que em outras localidades como, por exemplo, no município de Campos, o piso salarial mensal é de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais), no município de Teresópolis é de R\$ 500 (quinhentos reais) e, em Petrópolis, é de R\$ 572,00 (quinhentos e setenta e dois reais)⁵⁴. Verifica-se assim que o município de Nova Friburgo e região oferecem um dos menores pisos salariais do setor de vestuário/confecção. Nota-se que essa desvalorização salarial, muito provavelmente, reflete na qualidade de vida do trabalhador do setor de vestuário.

Dentre essas considerações, para concluir, se de um lado identifica-se a morfologia do tecido empresarial muito próxima dos distritos industriais italianos, por outro lado, percebe-se que, por meio das remunerações pagas no setor de vestuário do município de Nova Friburgo, esse arranjo está distante das propostas de desenvolvimento local sustentável, que através da geração de emprego, busca assegurar as necessidades básicas, assim como, possibilitar uma melhor qualidade de vida da população local.

2.4.3 ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS ATORES NO TERRITÓRIO

A estratégia política de promoção do desenvolvimento local emprega uma abordagem multidimensional e intersetorial, no tratamento das dificuldades e oportunidades para o desenvolvimento, apostando na sensibilização, mobilização e capacitação dos atores sociais para a construção de alianças e de entidades locais, capazes de suplantarem as deficiências estruturais que inibem a sua capacidade de geração e distribuição de riquezas, em direção à autonomia e à autogestão, considerando que a participação dos atores locais é a orientação

⁵⁴ cf. **Acordo Coletivo de Trabalho de 2008/2009** (anexos 7.2, 7.3, 7.4 e 7.5).

básica para o planejamento do arranjo em sua dimensão territorial. Este enfoque configura-se como um processo importante para a análise do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo de acordo com a identidade territorial e sua proposição de visão de futuro, de acordo com o que se segue.

2.4.3.1 Governança

A governança do arranjo é exercida pelo Conselho da Moda que é composto por entidades empresariais, poder público e agências de fomento. No dia 18 de abril de 2002, data de lançamento da 10ª edição da Feira do Vestuário de Nova Friburgo (FEVEST), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Sindicato da Indústria do Vestuário (SINDVEST), o Serviço Nacional da Indústria (SENAI)/Serviço Social da Indústria (SESI) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) assinaram um convênio de criação do Conselho de Desenvolvimento da Moda. Nos últimos anos, outros parceiros institucionais passaram a integrar o Conselho da Moda, tais como: o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC); a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDET/RJ); o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco do Brasil (BB); a Associação Friburguense das Indústrias de Confecção, Têxteis e Artefatos (AFINCO); e Prefeituras dos municípios que compõem o APL do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e região (CONSELHO DA MODA, 2009).

Segundo o *Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em APL* (2003, p.31), a governança abarca as dimensões constituintes do arranjo. A governança diz respeito aos diferentes modos de liderança, coordenação, intervenção, participação e negociação dos conflitos nos processos de decisão locais. Além disso, a governança envolve a participação de diferentes redes de agentes, tais como: governos, empresas, cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais e diversas atividades produtivas, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos.

Cabe, portanto, ao Conselho da Moda estabelecer as prioridades, definir as metas, acompanhar as ações e avaliar os resultados dos diversos projetos que são implementados pelos parceiros institucionais na região, visando o desenvolvimento e o fortalecimento das confecções de moda íntima que constituem o arranjo.

Para o Sebrae (apud BORIN, 2006, p. 165), apesar de o local ter muita influência política, o projeto do APL vinha dando certo em virtude da construção de uma coordenação que facilitou o desenvolvimento do projeto pelo mesmo elaborado. Atualmente, a gestão do Polo de Moda Íntima vem sendo realizada exclusivamente pelo Conselho da Moda com a colaboração dos empresários que compõem os comitês, devido ao fato de o Sebrae ter sido afastado porque, de certa forma, vinha sendo responsabilizado por erros ocorridos no projeto do APL.

Para esclarecer, o Conselho da Moda (2009) possui um Comitê Gestor formado por empresários com apoio técnico das instituições que deliberam sobre todas as ações voltadas ao desenvolvimento do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e região e que estão incluídas no seu planejamento. Os comitês técnicos contam também com a representação direta dos empresários (maioria), e deliberam sobre todas as ações voltadas ao desenvolvimento do polo. Estes são divididos em: Projetos Especiais (abrangem comunicação, acesso ao mercado, *design*, centro de serviços e programas de formalização das empresas do polo); Apoio Gerencial (visa melhorias no processo de gestão e de produção); Crédito e Tributação (acesso ao crédito e incentivos fiscais); Comércio Exterior (ações voltadas para a internacionalização das empresas); Meio Ambiente e Responsabilidade Social (programa de reaproveitamento econômico de resíduos do polo) e Fórum de Fornecedores (BORIN, 2006, p. 165) (figura 12).

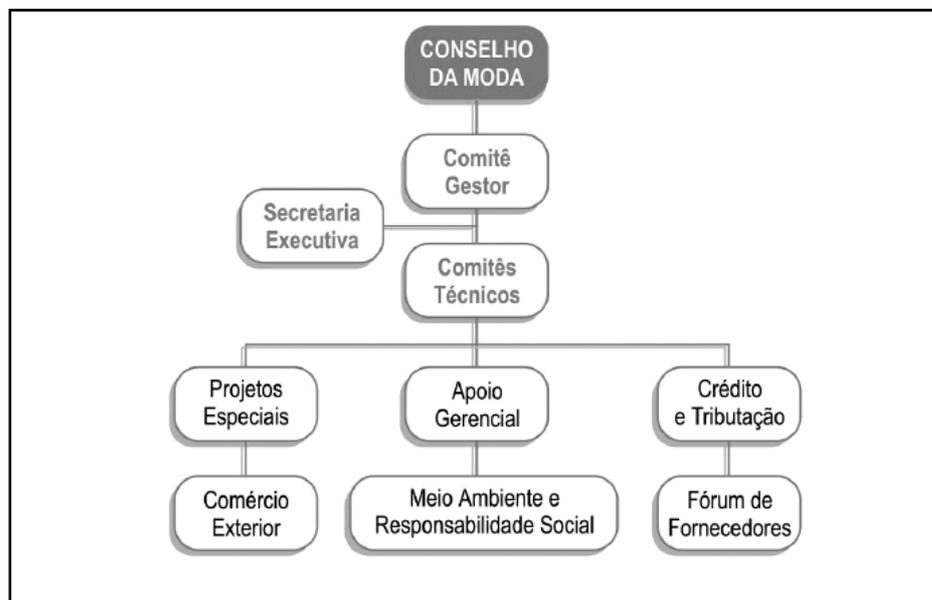


Figura 12 – Esquema da estrutura de governança do Polo de Moda Íntima
Fonte: Tângari, 2007.

Diante do exposto, entende-se que a governança do Polo de Moda Íntima exercida pelo Conselho da Moda está associada à capacidade de comando ou coordenação que os

agentes empresariais exercem através dessas inter-relações influenciando diretamente no desenvolvimento do arranjo.

Quanto às questões políticas, verifica-se, *a priori*, a centralidade de poder das empresas líderes dos setores têxtil e de metal-mecânica tanto na presidência do Firjan Centro-Norte quanto no Conselho da Moda. Em 22 de outubro de 2008, o empresário Carlos José Ieker dos Santos, diretor da fábrica Hak de Fusos e Passamanaria Ltda., tomou posse como presidente da Representação Regional da Firjan do Centro-Norte Fluminense, tendo como vice-presidente Nelci Layola Porto, do setor de confecções. Além disso, o referido empresário é membro do Conselho Diretor do CIRJ (Centro Industrial do Rio de Janeiro) e diretor do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Rio de Janeiro (ASSESSORIA DE IMPRENSA, 2008). Desde o início do ano, ele sucedeu o empresário do setor metal-mecânico Cláudio Tângari, que exerceu a presidência do Conselho da Moda nos últimos cinco anos. De acordo com a Assessoria de Imprensa (2008), Carlos José Ieker dos Santos assumiu a presidência do Conselho Empresarial da Regional “com a missão de zelar pelos interesses da indústria e, dessa forma, colaborar para o desenvolvimento socioeconômico de Nova Friburgo e também dos municípios vizinhos”⁵⁵.

Nesse sentido, observa-se que a política local ainda tem como base as indústrias dos setores têxtil e de metal-mecânica, que desempenham fortes lideranças. Retomando Storper e Harrinson (1991, p. 419-20), percebe-se que é o ponto de vista regional que prevalece para os formuladores de políticas locais.

Sobre tais bases, observa-se que as relações de poder, presentes na sociedade friburguense, e a liderança do capital de origem alemã no processo de industrialização do município⁵⁶ têm também suas representações na estrutura organizacional do polo.

Observa-se, então, que os fatores que influenciam a estrutura da governança encontram-se no contexto social, cultural e político que, por sua vez, condiciona as formas dos laços de cooperação, coesão social, confiança, assim como o perfil da liderança local.

Tângari (2007, p. 9), ao explicar o funcionamento do APL como empresa, define o Arranjo Produtivo Local como uma organização empresarial semelhante a um grande grupo econômico composto por diversas empresas e divisões, distanciando-se assim da porposta do projeto Terceira Itália, que preconizava os valores dos distritos industriais italianos.

Quanto à forma de governança, o autor (2007, p. 9) defende que, no caso do APL, não existe, nem poderia existir, qualquer hierarquia, e a condução do processo de gestão só

⁵⁵ ASSESSORIA DE IMPRENSA. op. cit., passim.

⁵⁶ cf. 2.2 Cultura, sociedade e espaço.

poderia ser feita através de sensibilização, com ações transparentes e não excludentes, que fossem enxergadas como um benefício pelo público alvo, e que viessem a somar com suas ações individuais, além de manter sua identidade. Enfatizando o exposto e revendo Zacarelli (2000, p. 198), observa-se que “*cluster* não é uma organização fechada”, as empresas, dentro de certas condições, concentradas em uma mesma área geográfica, apresentam naturalmente um comportamento integrado e interdependente. Pode-se pensar, então, nas inter-relações empresariais em busca de novas oportunidades de desenvolvimento local dentro do contexto comum e, ao mesmo tempo, preservando os seus interesses individuais.

No que se refere ao APL como fator de desenvolvimento econômico, Tângari (2007, p. 10) assinala que a criação da Central de Serviços, ao lado da Governança do APL, pode ser um fator determinante para o crescimento do Polo de Moda Íntima. A Central de Serviços visa garantir a escala para investimentos, normalmente, só factíveis para empresas de grande porte, elevando a produtividade, a qualidade e a rapidez de inovação das empresas do polo às de uma grande corporação, oferecendo serviços típicos de uma grande empresa (laboratórios de qualidade, centro de *design* e modelagem, oficina de protótipos, centro de treinamento, promoção comercial - *showroom*, etc.) com possível viabilidade de acesso da PME à tecnologia.

No dia 13 de fevereiro de 2009, o Conselho da Moda apresentou o planejamento estratégico do Polo de Moda Íntima, para o período de 2009-2011. Segundo o consultor e administrador de empresas Marcelo Ferreira, um dos principais objetivos desse conselho é a instalação do Centro de Referência da Moda, na localidade de Ponte da Saudade. Está nos planos, também, a implantação de um *showroom* e de um museu da *lingerie*, incluindo-os no circuito turístico da cidade. “Pretende-se atrair cerca de dez fornecedores e 30 empresas para a exposição de produtos no *showroom*”. A responsabilidade socioambiental também está na pauta, através da implantação de um programa voltado à coleta, reciclagem e diagnóstico dos resíduos industriais do polo gerado pelas empresas do setor (A Voz da Serra Online, 20/02/2009).

Entre essas considerações, observa-se que a estrutura organizacional desse arranjo tem focado, quase que exclusivamente, nas atividades voltadas para o mercado, com participação das empresas locais na governança e no desenvolvimento do arranjo. Por outro lado, é importante observar que o planejamento estratégico, no período de 2009-2011, enfatiza a responsabilidade socioambiental. O outro aspecto a considerar é o possível entrelaçamento do Centro de Referência de Moda com a atividade turística, reforçando assim o binômio de desenvolvimento econômico atual de Nova Friburgo: turismo e Polo de Moda Íntima. Surge,

porém, a necessidade de averiguar de que forma a governança interage com a comunidade e promove a cultura local. O Conselho da Moda esclarece essas questões a partir das seguintes respostas concedidas por e-mail:

- **O Conselho da Moda interage com comunidade local?** Em resposta: o Conselho da Moda enfatiza a importância do Comitê Gestor, formado por empresários, com o apoio técnico das instituições que deliberam sobre todas as ações voltadas ao desenvolvimento do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e região e incluídas no seu planejamento. Quanto à população, ela é beneficiada, diretamente, a partir da geração de novos empregos, aplicação de ações voltadas para a responsabilidade ambiental e social.
- **Como o Conselho da Moda promove a cultura local?** Em resposta: o Conselho da Moda assinala que no planejamento estratégico do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e região, está incluída uma ação voltada para a construção de um Centro de Serviço que abrigará o museu de *lingerie* com toda a história do polo.

Em vista das respostas obtidas através do Conselho da Moda, o emprego, portanto, pode ser encarado como um valor que gera laços sociais com a comunidade local. Ressalta-se ainda a aplicação do termo “emprego” como principal associação feita relacionando o trabalho como propulsor do desenvolvimento socioeconômico, sem mensurar os benéficos que eventualmente sejam obtidos.

Neste sentido, se o desenvolvimento econômico é a causa principal que condiciona o emprego, a ação social, então, desenvolvida pelo arranjo, passa a ser considerada o segundo pilar de importância para a sua geração no município de Nova Friburgo.

Sendo assim, a percepção de desenvolvimento social presente nesse arranjo produtivo local, que associa a ideia de progresso ao bem-estar material, recorda os valores enaltecidos desde os primórdios do processo de industrialização de Nova Friburgo. Nota-se, portanto, a permanência da visão de geração capitalista de emprego e renda no Polo de Moda Íntima.

Quanto à proposta de implantação do Centro de Referência de Moda, que abrigará o museu de *lingerie* com toda a história do polo, apesar de o Conselho da Moda considerar uma ação voltada para promover a cultura local, observa-se, no entanto, que não foram levadas em conta as necessidades e preferências da comunidade muito menos a participação nas tomadas de decisão, sendo restritas aos empresários que integram tal arranjo. Desse modo, é possível verificar que a comunidade local não tem ainda participação ativa nas escolhas sobre as variáveis que influenciam direta ou indiretamente na sua qualidade de vida.

Uma vez que o processo de industrialização de Nova Friburgo foi predominantemente orientado pela lógica mercantil, deixou como legado significativas modificações econômicas, lado a lado, às visíveis desigualdades sociais. Sob esse aspecto, para que o arranjo produtivo local possa ser, de fato, um novo modelo de desenvolvimento local sustentável, considera-se de suma importância a incorporação da dimensão sociocultural à lógica do desenvolvimento econômico com o objetivo de estabelecer um novo tipo de vínculo com a comunidade local.

2.4.3.2 Identidade do território

É possível observar que, neste nível, ganham destaque os valores como proximidade territorial, territorialidade, cooperação, interação, entre outros, que indicam propriedades sinérgicas (cf. BOISIER, 1999; COSTA, 2005; SANTOS, 1996; HAESBAERT, 1997) fundamentados na dimensão de identidade cultural (cf. CASTELLS, 2008; CANCLINI, 2006; MAFFESOLI, 1997; HALL, 1999) e de valores socioculturais (cf. CLAVAL, 2001; BONNEMAISON; CAMBRÈZY apud HAESBAERT, 2004).

Ressaltam-se ainda nesses parâmetros as relações culturais, políticas, econômicas e sociais entre o indivíduo ou o grupo social e seu meio de referência, expressões de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico, além do capital social como conjunto de instituições formais e informais, normas sociais, hábitos e costumes locais que afetam os níveis de confiança, solidariedade e cooperação em um sistema social, ou seja, a “força do lugar”⁵⁷ existente no território compartilhado e identificado por uma consciência social de entorno que assegura o conhecimento em comum.

Neste caso, compreende-se que nos arranjos onde os níveis de cooperação, confiança e solidariedade são altos; tem-se maior potencial ‘ambiental’ para a compreensão do papel do conhecimento tácito e explícito e dos mecanismos de transferências dos mesmos. Esse conhecimento, portanto, em sua dimensão de identidade cultural e de valores socioculturais, afeta significativamente os níveis de confiança, solidariedade e cooperação, podendo fornecer sinergias facilitadoras ou não para essa interação.

Da mesma forma, é importante compreender as relações de poder, as relações com os recursos naturais, as relações de produção ou as ligações afetivas e de identidade da sociedade friburguense e seu território.

⁵⁷ cf. SANTOS, 1996.

Retomando Castells (2008), é válido lembrar que esse processo de construção social de uma identidade coletiva ocorre sempre em um contexto de relação de poder. Partindo dessa premissa, serão verificadas, abaixo, as três formas de construção identitária presentes no território de Nova Friburgo:

- 1) *Identidade legitimadora* – introduzida pelas instituições dominantes da sociedade, no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais – no caso de Nova Friburgo, é possível atribuir esse papel às indústrias de capital de origem alemã, desde o processo de industrialização na região, passando pela concessão da licença da energia elétrica para o empresário Julius Arp até o fortalecimento das relações de poder das fábricas têxteis e de vestuário no território. Observa-se ainda, que esse tipo de identidade construída na sociedade, a partir de um conjunto de ações e, segundo Castells (2007), com uma série de atores estruturados e organizados que, por vezes, de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza a estrutura social friburguense;
- 2) *Identidade de resistência* – representada por atores que se encontram em condições desfavoráveis perante a lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência – nesse contexto, estão identificados os trabalhadores das fábricas e parte significativa da população que fundaram o movimento sindical e social semelhantes às *comunas* ou comunidades, por exemplo, os sindicatos dos trabalhadores e as associações dos moradores.
- 3) *Identidade de projeto* – que se refere à construção de uma nova identidade, por parte dos atores sociais, com a utilização de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, sendo capaz de redefinir sua posição na sociedade – aqui se encontram as operárias/costureiras demitidas, que ergueram as suas confecções dando origem ao arranjo produtivo local de moda íntima e que, de certa forma, conseguiram transformar a sua realidade.

Desse modo, pode-se afirmar que a identidade de projeto foi responsável pelo surgimento do Polo de Moda Íntima, formado por MPEs que atualmente apresentam um crescimento significativo, se comparado à indústria têxtil e de vestuário. Em função disso, observam-se mudanças significativas na estrutura produtiva local. Por outro lado, as relações de poder continuam representadas pelas identidades legitimadoras, conforme já observado. E assim, as indústrias têxtil e de vestuário exercem certa influência através da governança desse arranjo, que vem a ser o Conselho da Moda.

Diante dessas considerações, será possível verificar que a relação de poder entre tais identidades vai influenciar diretamente nas ações de incentivo ou inibição dos níveis de confiança, solidariedade e cooperação, reforçando ou não a identidade e os valores socioculturais compartilhados no Polo de Moda Íntima.

Quanto ao direcionamento da identidade do território para o planejamento e implementação de programas e projetos baseados nos elementos de importância estratégica para o desenvolvimento local e regional no âmbito dos arranjos produtivos locais, o *Termo de Referência para atuação do Sistema Sebrae em APL* (SEBRAE, 2003, p. 33) enfatiza:

Os elementos e referenciais culturais existentes num território tanto servem para mobilizar os atores locais em torno de uma identidade, de um sentimento de pertencimento quanto para inspirar estratégias de *marketing* e mercado para agregação de valor aos bens produzidos no arranjo.

Seguindo essa lógica, pode-se constatar que o rótulo de “Capital de Moda Íntima” atribuído à cidade de Nova Friburgo tem como finalidade reforçar e valorizar a especificidade do território produtivo. Outro aspecto que merece destaque é a realização da FEVEST, Feira Brasileira da Moda Íntima, voltada também para promover essa especificidade, com enfoque nos bens produzidos pelo arranjo, o vestuário de moda íntima.

Destina-se, então, ao protagonismo local a construção de uma identidade territorial que se traduza em desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a relação entre identidade e território precisa ser reconhecida e valorizada pelos próprios atores locais e, sobretudo, o reconhecimento entre os indivíduos e de um mesmo código no que se refere à interação e à cooperação.

Como será observado adiante, a interação e a cooperação são potenciais fatores que aproximam as diversas esferas do poder e do saber em prol de objetivos comuns do Polo de Moda Íntima.

2.4.3.3 Interação e cooperação

Quanto à questão da interação e da cooperação entre os atores, segundo o Conselho da Moda, para a sustentabilidade do APL de moda íntima é importante garantir: (I) a eficiência dos processos interativos de aprendizagem; (II) a habilidade de cooperar; e (III) o estabelecimento de confiança mútua entre os diversos atores institucionais e empresários do setor (POLO DE MODA ÍNTIMA NOVA FRIBURGO E REGIÃO, 2008a), compartilhando

dos mesmos valores institucionais do *Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em APL*, que descreve a rede de empresas como a forma paradigmática de organização social e técnica dos arranjos, prevalecendo o tipo de cooperação horizontal (SEBRAE, 2003 p. 34).

No entanto, estudos sobre o assunto revelam o baixo grau de cooperação horizontal entre as empresas do Polo de Moda Íntima que salvaguardam as informações estratégicas de produção, visando à própria sobrevivência e, ao mesmo tempo, motivadas pela concorrência de mercado e que também repercute no baixo poder de negociação e aquisição de matéria-prima, conforme pode ser observado a seguir.

No estudo *O futuro da indústria têxtil e de confecções*, a partir das empresas entrevistadas no Polo de Moda Íntima, verificou-se que a grande maioria está sujeita a um único fornecedor de matéria-prima. As empresas de pequeno porte não possuem “poder/volume de compra direta” com os fornecedores. De acordo com o referido estudo, “embora considerado de alta relevância para a competitividade das empresas, a gestão de materiais é um processo de baixa eficiência no Polo de Nova Friburgo” (BRUNO; MALDONADO, 2005, p. 39). Contudo, já existe um movimento de associação entre empresas para aumentar o poder de negociação e aquisição de matéria-prima.

Em um outro estudo, Hasenclever (2005, p. 353) revela que apenas 24% das empresas entrevistadas do Polo de Moda Íntima possuem empresas parceiras. As parcerias que apresentam melhores resultados são as de natureza comercial. A autora (2005), assim como Bruno e Maldonado (2005), enfatiza que as cooperações se estabelecem verticalmente, isto é, com as empresas fornecedoras e as clientes. Já a cooperação horizontal é identificada entre as empresas do setor de confecções que integram o consórcio de exportação.

Na pesquisa de campo realizada por Borin (2006, p. 2009) com algumas das empresas do Polo de Moda Íntima, foi possível verificar ainda que a vantagem da proximidade entre as empresas não é vista como condicionante para o desenvolvimento da cooperação mútua, pois muitos empresários consideram que o seu maior concorrente está dentro do arranjo, sendo a cooperação vertical a mais praticada⁵⁸.

Albagli e Maciel (2007, p. 6) também assinalam que, no caso do Polo de Moda Íntima, os empresários, de modo geral, “são refratários a trocar informações entre si, particularmente informações consideradas mais estratégicas na produção”. As autoras (2007) esclarecem que essa troca acontece de maneira esporádica, informal e não estruturada, sendo de difícil mapeamento.

⁵⁸ Cf. BORIN, 2006. *O Sebrae e os Arranjos Produtivos Locais: o caso de Nova Friburgo/RJ*.

Seja por meio da cooperação vertical a partir do desenvolvimento de relações interfirmas entre os diversos segmentos produtivos ao longo da cadeia, seja por meio da cooperação horizontal entre os agentes econômicos de uma situação industrial particular de firmas aglomeradas espacialmente e especializadas setorialmente, Nonaka e Takeuchi (1997) esclarecem que a prática de interações interorganizacionais é um processo social entre indivíduos e não confinado a um único indivíduo:

A criação do conhecimento organizacional, pois, deve ser entendida como um processo que amplia ‘organizacionalmente’ o conhecimento criado pelos indivíduos, cristalizando-o como parte da rede de conhecimentos da organização. Esse processo ocorre dentro de uma ‘comunidade de interação’ em expansão, que atravessa níveis e fronteiras organizacionais (NONAKA e TAKEUCHI, 1997, p. 65).

Com base no exposto, a cultura pode ser considerada um estímulo ao capital social de uma comunidade (cf. WERTHEIN, 2003; MARTINELLI e JOYAL, 2004), por fomentar o sentimento de pertencimento a um projeto coletivo, a participação, a promoção de atitudes que favoreçam a confiança e a cooperação entre atores, vindo a oferecer melhores condições para os processos interativos de aprendizado e de inovação, impulsionando o desenvolvimento sustentável. É importante ressaltar que o referido desenvolvimento não é simplesmente a soma dos conhecimentos individuais ou de cada organização, mas, sobretudo, o resultado das sinergias geradas nos vários tipos de interação.

Resgatando o tema dos distritos industriais italianos, percebe-se que o capital social é fundamental para a transmissão de conhecimento tácito como fonte de diferenciação e vantagem competitiva, em um mercado crescentemente globalizado (cf. PUGA, 2003; PORTER e SÖLVELL, 1998).

No caso do Polo de Moda Íntima, houve a transmissão do referido conhecimento por parte daquelas operárias/costureiras demitidas da fábrica Filó S/A – Triumph International, na década de 1980, com a formação de suas pequenas empresas, em seus domicílios. No entanto, com o passar do tempo, a baixa cooperação horizontal pode ser considerada um dos principais fatores para a não perpetuação da qualidade inicial dessa mão de obra no município, mas, certamente, preservada entre as empresas do consórcio de exportação por se tratar de uma concorrência no mercado internacional.

Outro aspecto relevante observado é a forma de representação das relações de poder na cooperação entre as empresas abordadas, na seção anterior. Na cooperação vertical identifica-se a relação de troca de informações entre as fábricas têxteis e de vestuário

(*identidade legitimadora*), onde as mesmas detêm um maior poder de negociação sobre as empresas de moda íntima (*identidade de projeto*). Entre estas últimas, a baixa cooperação horizontal pode ser atribuída à forma de atuação individual em detrimento de uma atuação em conjunto, que evidencia certo distanciamento da proposta de implantação do modelo dos distritos industriais italianos.

Do que foi dito acima, pode-se concluir que, a proximidade geográfica ajuda a promover a interação e a cooperação entre as empresas do arranjo, mas, não é, por si só, um fator determinante, sendo também necessário fomentar condições socioculturais e institucionais favoráveis. Entende-se, então, que essa proximidade também precisa ser cultural, institucional e interpessoal, para favorecer a interação e a troca de competências e conhecimentos entre indivíduos, empresas e outros atores locais.

Desse modo, torna-se necessário desenvolver políticas de desenvolvimento local e de inclusão social, voltadas para o fomento do arranjo, visando priorizar as ações que elevem os níveis de confiança, solidariedade e cooperação horizontal; reforçando a identidade e os valores compartilhados para assegurar a sua sobrevivência.

2.4.4 INFRAESTRUTURA

Observando a dinâmica dos territórios produtivos, torna-se possível verificar que este vai além da presença de certo número de micro e pequenas empresas reunidas por uma mesma base locacional para ser contextualizada como espaço qualificado de redes sociais, técnicas e institucionais, pela existência de bens de capital de acesso público. Desse modo, é fundamental a implantação de políticas regionais que visem à formação de uma infraestrutura institucional, que forneça equipamentos urbanos, planeje a ocupação e uso do solo pela indústria e atenuar os problemas por poluição ambiental.

Sobre tais considerações e reconhecendo a sua importância, desde a infraestrutura de transporte, telecomunicações, energia e educacional, passando pelo planejamento urbano, até a implantação de uma central de serviços para o desenvolvimento do arranjo, com base na pesquisa de Borin (2006), já mencionada, esses dados passam por uma revisão atualizada, a seguir.

Quanto às condições das estradas, as empresas responderam que a rodovia RJ-116, que liga Nova Friburgo ao Rio de Janeiro, teve significativa melhora com a privatização e

destacaram que a utilização de outros meios para enviar os produtos (aerportos, exporta fácil, sedex, despacho pelas empresas de ônibus etc.) facilitou à logística.

Porém, uma das empresas entrevistadas informou que o alto preço do pedágio é prejudicial para a comercialização, pois o mesmo vai onerar o preço do produto final, que necessariamente é repassado para o cliente. Uma outra empresa observou que o polo poderia ser melhor estruturado, para escoar a produção das empresas, criando, por exemplo, uma central de compras e vendas (BORIN, 2006, p. 207-208). Diante do exposto, é válido mencionar que, talvez na intenção de atender a essa necessidade diagnosticada, uma das metas atuais do Conselho da Moda prevê a construção de um Centro de Serviço do Polo de Moda Íntima, situado na Ponte da Saudade.

Em relação à infraestrutura educacional, segundo Borin (2006, p. 208), as empresas informaram que os cursos existentes não eram suficientes para as atender, sendo registrada a necessidade da existência de mais cursos e instituições voltados para o setor de confecções.

Percebendo essa necessidade de inserção de mão-de-obra qualificada nesta atividade econômica, a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo criou o Centro de Formação Profissional, para capacitar as pessoas interessadas em trabalhar nas confecções, porém não conseguiu atender a toda demanda das empresas em expansão (ARAÚJO; LIMA, 2006, p.48).

Além disso, os cursos que existem foram considerados caros, tornando-se inviáveis para que o profissional possa se reciclar ou fracos, prejudicando a formação de um profissional devidamente qualificado. Tal realidade vem acarretando a existência de mão de obra não tão especializada quanto seria necessária para o polo (BORIN, 2006, p. 208).

Atualmente, já são percebidas algumas ações positivas, entre as quais é possível citar uma parceria firmada entre a representação regional da Federação das Indústrias (Firjan) e os sindicatos da indústria de metal-mecânica (Sindmetal) e do vestuário (Sindvest) que garantirá a profissionalização de 180 funcionários, indicados pelas empresas, em cursos gratuitos, que serão oferecidos na unidade local do Senai. No setor de confecções de moda íntima, serão oferecidas 120 vagas, nos cursos de costureiro de produção de *lingerie*, mecânico de manutenção de máquina de costura e supervisor de confecção. As vagas serão destinadas aos candidatos de baixa renda que, além da indicação das empresas, através de cartas de apresentação emitidas pelos sindicatos, serão submetidos a uma prova de seleção (*A Voz da Serra Online*, 6/02/2009).

Nesse sentido, como bem observou Harvey (1992), a educação da mão de obra para o mercado pode ser vista como defesa das condições de produção e reprodução da lógica do capital.

Dando continuidade à pesquisa realizada por Borin (2006, p. 209), referente à questão do planejamento urbano, as empresas assinalaram que não existe uma área industrial exclusiva para as pequenas e, em virtude disso, se encontram de uma forma dispersa, no território, tendo algumas de suas ações dificultadas como, por exemplo, a de interação e cooperação. A autora (2006) revela que, durante a pesquisa, 30% das empresas citaram uma proposta de projeto em uma área industrial que receberia tanto as empresas do setor de confecção como as de metal-mecânica. Esta área seria composta por duas fazendas situadas no bairro de Córrego Dantas que estão sendo desapropriadas.

Na tentativa de averiguar o exposto, tanto a gestão do Conselho da Moda atual quanto a anterior não se pronunciaram a respeito desta desapropriação, alegando desconhecimento sobre tal projeto.

Para fins de esclarecimento, de acordo com a Lei Ocupação e Uso do Solo, número 2.249, sancionada em 08 de dezembro de 1988, o Setor Industrial encontra-se entre o 1º e o 6º distritos, Centro e Conselheiro Paulino, respectivamente.

Na referida pesquisa, verifica-se ainda o grau de satisfação das empresas em relação aos serviços de energia e telecomunicações (tabela 5). Como pode ser observado, 45% consideram que tanto o serviço de energia quanto o de telecomunicações necessitam de melhorias. Além das reclamações de queda de luz, muitas empresas reclamaram do custo das tarifas (BORIN, 2006, p. 210).

Tabela 5 – Percepção das empresas quanto à infraestrutura: energia e telecomunicações

Infraestrutura/ Percepção das empresas	Satisfatório	Média (precisa melhorar em alguns itens)	Não satisfatório
<i>Energia</i>	35%	45%	20%
<i>Telecomunicações</i>	27,5%	45%	27,5%

Fonte: Borin, 2006.

Quanto às falhas no fornecimento de energia, o jornal *A Voz da Serra Online*, publicado em 07/01/2009, registrou também as reclamações dos moradores e comerciantes no centro de Nova Friburgo e de alguns bairros que se queixam de constantes falhas no fornecimento de energia, os popularmente conhecidos “picos de luz”, capazes de provocar quedas no funcionamento de computadores, da internet e até mesmo a queima de aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

Em 2003, o consumo de energia elétrica no município foi de 280.522 MWh, sendo distribuído por duas concessionárias, com cobertura predominante da CENF⁵⁹, atendendo um total de 81.071 consumidores, sendo 1.655 pela CERJ⁶⁰. De acordo com o gráfico (figura 13), abaixo, foi possível verificar um consumo maior de energia elétrica no segmento residencial. O comércio e a indústria apresentaram consumos similares, enquanto o meio rural apresentou menor consumo (ARAÚJO; LIMA, 2006, p. 31).

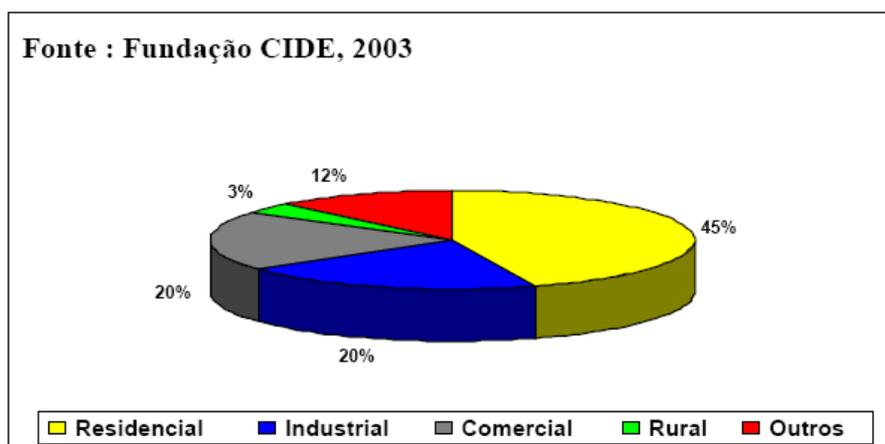


Figura 13 – Gráfico de consumo de energia por segmento (MWh)
 Fonte: Araújo e Lima, 2006 (CIDE⁶¹, 2003).

Nesse sentido, observa-se que a falha no fornecimento de energia elétrica ocasiona reclamações dos setores residencial, comercial e empresarial, que juntos, em 2003, representavam 85% do consumo dessa energia, ou seja, a comunidade em geral demonstrou insatisfação com a prestação deste serviço.

2.3.5 IMPACTOS

Quanto à gestão do processo de produção no segmento de vestuário, esta se divide nas seguintes etapas: modelagem, corte, pilotagem, costura e controle de qualidade. Nas empresas do Polo de Moda Íntima, os principais problemas se concentram na etapa de modelagem em virtude da não contratação de profissionais qualificados para essa função. A baixa qualificação profissional e o desconhecimento de técnicas gerenciais eficazes afetam fortemente a eficiência das empresas, sendo que, em cerca da metade das empresas que foram alvo do estudo *O futuro da indústria têxtil e de confecções*, não foi encontrado qualquer tipo

⁵⁹ Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo. Atual base operacional da Energisa.

⁶⁰ Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro. Atual Ampla – Energia e Serviços S/A.

⁶¹ CIDE - Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro.

de programa de qualidade (BRUNO; MALDONADO, 2005, p. 40). Em função dessa deficiência diagnosticada no processo de modelagem, observa-se, em geral, grande desperdício de insumos, grande incidência de retalhos, que compromete a qualidade do produto e, além disso, gera uma grande quantidade de resíduos têxteis.

Desse modo, verifica-se um excedente dos resíduos (retalhos de lycra e algodão) produzidos no processo de fabricação das peças pelas confecções do Polo de Moda Íntima. A preocupação fica, então, por conta do destino reservado para estes resíduos.

Em 2002, houve a continuidade do convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, para a implementação do Projeto de Gestão Ambiental Urbana - ProGAU, cujas linhas de atuação destacam o treinamento e a formação de recursos humanos para a elaboração de projetos de gestão integrada de resíduos sólidos, de saneamento ambiental e do uso do solo. No município de Nova Friburgo, é desenvolvido o projeto demonstrativo na área de Gestão Integrada de Resíduos Recicláveis. É importante esclarecer que o ProGAU é decorrente de ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil – Alemanha (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2002, p. 28).

Dessa parceria está sendo criado o CEFORE (Centro de Fomento a Reciclagem), cujo objetivo é criar condições para o desenvolvimento das indústrias, para que reciclem as matérias-primas abundantes no lixo industrial de Nova Friburgo. Notadamente os retalhos de lycra e algodão oriundos da poderosa indústria de confecção, os plásticos da Coleta Seletiva e os entulhos da construção civil, representam problemas atuais, mas têm, em si, grandes potenciais de geração de renda, emprego e cidadania ambiental, quando devidamente reaproveitados.

Nesse sentido, a partir das discussões do Fórum *Lixo e Cidadania*, foi criado o projeto *Retalhos da Cidadania*, em parceria com a FIRJAN. Trata-se de uma indústria que emprega 21 costureiras, as quais estavam desempregadas e que aproveita os retalhos de algodão das confecções de Nova Friburgo e fábrica uma espécie de pequena colcha de retalhos que a indústria petrolífera de Macaé usa para limpar seus equipamentos, e assim, os retalhos que outrora destinavam-se ao lixo, atualmente, geram emprego, renda e cidadania ambiental.

Ressalta-se a importância da reciclagem dos resíduos provenientes das confecções do Polo de Moda Íntima para a redução do impacto ambiental e uma nova alternativa de geração de trabalho e renda para o município de Nova Friburgo.

3 O TRABALHADOR FRENTE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

No decorrer deste estudo, foram identificadas as manifestações culturais presentes no município de Nova Friburgo, não apenas como forma de preservação de seu legado e fortalecimento de sua identidade territorial, mas também para assegurar, fundamentalmente, o seu desenvolvimento local, observando-se a necessidade de buscar alternativas de desenvolvimento sustentável, a partir de melhorias relacionadas ao Polo de Moda Íntima, assegurando a sobrevivência das gerações futuras de trabalhadores/comunidades, assim como da própria atividade produtiva, já que estas se encontram intimamente interligadas.

Nesse sentido, considerando a dimensão da cultura como potencial de desenvolvimento social, humano e econômico, este capítulo discute a possibilidade de reavaliação da cultura organizacional do Polo de Moda Íntima, para a inclusão do trabalhador/comunidade no processo de interação e cooperação, conforme diagnosticado na pesquisa de campo e, além disso, relacionar atores e “blocos de poder” (VIEZZER, 2008).

3.1 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR DO SETOR DE VESTUÁRIO NO POLO DE MODA ÍNTIMA

A classe operária do setor de vestuário se apresenta como parte integrante do desenvolvimento local no município de Nova Friburgo, pois foram os responsáveis, de certa forma, pelo surgimento do Polo de Moda Íntima, despontando o empreendedorismo de uma classe social que ascendeu de operária a patronal, sem, no entanto, melhorar as condições de trabalho que continuaram as mesmas no setor do vestuário. Diante disso, é possível dizer que, inicialmente, esse desenvolvimento local ocorre como processo de natureza social,

fortalecendo o sentido de pertencimento ao lugar. Castañeda (2007) descreve bem a complexidade da identidade cultural do lugar:

A memória coletiva de Nova Friburgo passa pelo desprezo e negação, reparados recentemente por estudos históricos regionais, (...) pela opressão das classes trabalhadoras a partir da chegada dos imigrantes alemães e conseqüente início da industrialização a partir do capital alemão, dificultando a formação de uma classe operária e dificultando o estabelecimento de laços de solidariedade entre os operários; (...) e, novamente, pela superação de uma parcela de trabalhadores da Fábrica de Filó (Triumph) que souberam "levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima", estruturando, a partir de suas demissões entre meados da década de 1970 e 1980, o, hoje, denominado Pólo Industrial de Moda Íntima.

O autor (2007) adverte que a luta pela memória tanto pode significar a conquista da liberdade, considerando que a consciência de uma historicidade e a construção do passado por atores do presente apontam novas possibilidades de ação no sentido de uma identidade cultural, quanto também podem ser responsáveis por coerções, exclusões e de todo tipo de controle social.

Retomando Castells (2008, p. 84), as comunidades locais, construídas e preservadas por meio da ação e da memória da coletividade, constituem fontes específicas de identidades, que seriam uma resposta à exclusão social.

Desse modo, pode-se dizer que o surgimento do Polo de Moda Íntima trouxe uma perspectiva de renovação, junto à classe operária, com possibilidade da desejada inclusão social e do resgate do sentimento de pertencimento ao território. Tudo isso, entretanto, só ocorre com a transformação do trabalhador em patrão.

3.1.1 O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

Em particular, a análise dos dados obtidos com o emprego do método de grupos focais revelou o desconhecimento do trabalhador sobre a definição e outras informações referentes ao APL do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e de sua importância como ator potencial no processo participativo das ações desse arranjo, no território, apesar de se reconhecer como a fonte da mão de obra. De acordo com os trechos selecionados da entrevista com alguns trabalhadores, a seguir, será possível confirmar o exposto:

- “Pra mim isso [arranjo produtivo local] é novo.”
- “A gente ouve assim, quando vai em reunião, alguém sempre comenta. Tinha a

Comissão Municipal de Emprego, a gente ouvia de alguém comentar, mas não da na prática de saber aonde isso [arranjo produtivo local] estava acontecendo.”

- “Eu moro em São Jorge e lá tem muitas confecções, mas sobre esse APL nunca ouvi falar nada.”

- “Trabalhamos no ramo e não temos conhecimento nenhum, somos mal informados nessa área.”

- “Não vejo participação da comunidade [no arranjo produtivo local].”

Já no que tange ao Polo de Moda Íntima, conhecido também como *Circuito de Moda Íntima*, nos roteiros turísticos da Secretaria de Turismo de Nova Friburgo, a identificação por parte do trabalhador é imediata e coletiva. As áreas de concentração de moda íntima, nas localidades de Olaria e Ponte da Saudade, são reconhecidas por deterem uma maior visibilidade, graças aos pontos de vendas, as lojas. É válido destacar ainda o registro da existência da localidade de São Jorge, no distrito de Conselheiro Paulino, também reconhecida por apresentar grande número de confecções de moda íntima. É importante correlacionar essa informação ao processo de implantação da fábrica de rendas Nylorrend que, devido à especificidade do produto, somado à localização privilegiada e disponibilidade da mão de obra, possivelmente despertou o interesse da prática produtiva de moda íntima na comunidade local.

As seguintes passagens da mesma entrevista ilustram o exposto:

- “Os dois têm mais lojas, mais visual: Ponte da Saudade e Olaria têm mais ponto de venda.”

- “A Ponte da Saudade tem umas confecções grandes, mais gente. A área de Conselheiro (Paulino)/São Jorge tem mais confecções (mais produção).”

- “Como lado turístico [...] o polo de moda íntima é muito bonito, mas o lado da mão de obra é que precisamos valorizar mais, nós estamos muito abaixo.”

Quanto às particularidades identificadas nas localidades mencionadas, é interessante acrescentar que Ponte da Saudade caracteriza-se pela atividade comercial, preponderantemente, de moda íntima (*lingerie*) e localização privilegiada, logo, na entrada da cidade, nas proximidades da Rodoviária Sul, na rota dos ônibus que trazem as “sacoleiras” do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, além de outros estados, que dali partem levando, além dos produtos, a promoção informal do turismo para a região.

Quanto à questão de interação e cooperação, observa-se que as inter-relações sociais se estabelecem na esfera empresarial, mas não entre os trabalhadores e o patronal. Todavia, é manifesto o interesse dos trabalhadores do setor do vestuário de fazer parte do processo, ou

seja, de interagir, participar, integrar a rede de atores sociais do arranjo. Sobretudo, existe o desejo de participação de forma ativa, como se presente nas declarações abaixo:

- “Pra gente, aqui, não atingiu não; ficou só mesmo na base da organização dos donos de confecção.”

- “Participação a gente não teve. Sei que a gente não teve. Como ter é uma coisa que a gente teria que verificar o como fazer e se valeria a pena fazer, porque me parece uma coisa extremamente fechada e patronal.”

- “É interessante saber como funciona, como poderia fazer parte (do arranjo) [...]”

- “Como a gente pode interagir?”

Portanto, torna-se notório o desejo dos trabalhadores de interação com o Polo de Moda Íntima. A ocorrência dessa interação pode ser considerada como um estímulo ao capital social da comunidade e, ao mesmo tempo, como meio de despertar o sentimento de pertencimento a um projeto coletivo, à participação na tomada de decisões, à promoção de atitudes, que favoreçam o desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos do cidadão. Enfim, a possibilidade do trabalhador/comunidade de opinar sobre o seu próprio crescimento.

Outro aspecto observado é a identificação de uma dimensão cultural produtiva trazida pelos participantes do grupo focal como uma resposta à sua vocação laboriosa naturalmente existente em seu ser, que é percebida no momento em que o trabalhador demitido continua sua atividade operária, em sua própria moradia, com a colaboração de seus familiares, provendo desta forma a sua sobrevivência, talvez almejando a possibilidade de se tornar um empreendedor, no futuro ainda que distante.

Prosseguem os depoimentos:

- “[...] acredito que sim. Não por causa do APL, mas a comunidade, aqui na cidade é toda quase envolvida com confecção. Então, de uma maneira ou de outra, agora, tá muito em moda fazer facção (montagem do produto através da costura de suas partes) em casa, porque elimina o encargo trabalhista do patrão [...], qualquer família tem alguém envolvido com confecção. Nesse ponto existe uma participação.”

- “Que nem Macaé. Macaé não é o petróleo? A maioria das pessoas trabalham lá embarcado. Aqui é a máquina (de costura), né? Cada lugar tem polo diferente.”

- “A questão da tradição é interessante, porque é uma maneira de massacrar ao máximo quem tá produzindo [...] tem confecção que até onze horas da noite tá funcionando.”

Diante do que está acima, é de suma importância pensar na possibilidade de valorização da cultura produtiva, justamente para evitar a depreciação da mão de obra, retirando-a do desrespeito às condições trabalhistas. Com base em Claval (2001) e Castañeda

(2007), torna-se necessário rever essa realidade, para libertar o trabalhador de um conjunto de valores fechados que caracterizam essa relação insustentável entre empregado e empregador no setor de vestuário de moda íntima, atingindo, de certa forma, a comunidade.

Outro aspecto observado é a percepção do trabalhador sobre a desvalorização do piso salarial do setor de vestuário no município de Nova Friburgo. Alguns comentários ratificam essa percepção:

- “Eu sei que tinha uma grande confecção e agora tem um monte de pequena, o piso caiu horrores. É aquele negócio da exploração que está cada vez mais acentuada [...] Ela reduziu as pessoas e os salários. Para o trabalhador foi ruim.”

- “Na média era dois salários mínimos, por volta de 18 a 20 anos (passados), as pessoas podiam construir casas.”

“É preciso melhorar a remuneração da moda íntima; nós estamos muito abaixo (do piso salarial).”

“A Filó (atualmente Triumph International), por exemplo, ela tem um clube que fica no Vale dos Pinheiros, Lagoinha, e que atinge a comunidade todinha ali [...] é para os trabalhadores associados, mas também para aqueles que não trabalham na fábrica.”

Verifica-se que o clube dos operários⁶², fundado pela então fábrica Filó S/A, proporciona ao trabalhador que dele participa bem como à comunidade da localidade de Lagoinha, onde está localizado, benefícios na qualidade de vida como, por exemplo, no tocante ao lazer e à recreação. Sendo considerado um bem para todos. No entanto, não foi registrada nenhuma melhoria na vida do trabalhador/comunidade, mediante a reestruturação produtiva do setor de vestuário, sob a forma de arranjo produtivo local, no que diz respeito à remuneração do piso salarial e iniciativas que promovessem o bem-estar social.

3.1.2 A TRANSPOSIÇÃO DOS VALORES DA CULTURA PRODUTIVA PARA AS GERAÇÕES FUTURAS

Dando continuidade ao exposto, a entrevista concedida por Luzia Falcão, elucida alguns dos valores organizacionais das empresas do setor de vestuário, acerca das relações sociais de trabalho, destacando que o não reconhecimento assim como a não valorização dos trabalhadores, por parte dos patrões, podem estar associados à disponibilidade da mão de obra excedente na região. No entanto, a entrevistada alerta para uma possível escassez de mão de obra qualificada, interessada em preencher as vagas de emprego abertas pelo setor.

⁶² c.f. Clube Olifas - CREF - Centro Recreativo Filó, p. 42.

“Os empresários acham que não há necessidade de valorizar os empregados que têm, achando que há um exército de pessoas desempregadas e que vão substituir na hora que quiserem. Só que, na prática, a gente tem visto que isso não é verdade. São inúmeras as empresas que ligam, todos os dias, pedindo para que a gente encaminhe pessoas para eles e ainda escolha quem são os melhores, porque eles não estão conseguindo mão de obra com a qualificação necessária (Luzia Falcão – presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo – 2009).” [Grifo da autora]

Na formação cultural, é designado a cada indivíduo um conjunto de práticas, de conhecimentos, de percepções, de atitudes e de ideias, que passam a ser recebidas, interiorizadas, modificadas e reelaboradas no decorrer de sua existência (Claval, 2001). Diante do exposto, percebe-se a tendência da perda de transmissão de um conhecimento específico produtivo em virtude da não valorização do trabalhador por parte dos empresários do setor de vestuário.

Essa herança cultural, produzida e repassada aos seres individuais e sociais, não se limita apenas às descobertas e invenções, nem tampouco as futuras gerações se acomodarão em torno do que as antigas gerações descobriram. Haverá alterações permanentes. Cada geração acrescenta nesta interligação de gerações, suas próprias características, formando sua identidade, sempre com a responsabilidade de preparar o ambiente onde viverão as gerações posteriores (BOGO, 2000, p. 14).

Uma das faces desta interligação de gerações é uma certa tendência entre os trabalhadores do setor de vestuário da atualidade de encaminhar seus filhos para outros setores profissionais, que venham a oferecer aos mesmos melhores condições de trabalho e de remuneração salarial, no sentido de melhoria na qualidade de suas vidas. De forma diferenciada, observa-se outra realidade no setor empresarial.

“Os empresários estão passando de geração em geração. Houve a primeira leva, que foram os demitidos da Filó [...] Depois disso, vem a segunda geração, que são os filhos destes donos, e agora uma terceira leva de confeccionistas, que são os gerentes dessas empresas, que, por ganharem um pouco mais, eles fizeram um fundo de reserva, compraram as máquinas e estão começando o seu próprio negócio. Em contrapartida, os empregados estão sendo tão explorados nesses anos todos que, pouquíssimos, estão educando os filhos para entrarem no setor (Luzia Falcão – presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo – 2009).” [Grifo da autora]

Então, de uma geração a outra, os empresários se renovam, ao mesmo tempo que se verifica uma descontinuidade na geração de trabalhadores, no setor de confecção. Em função dessa realidade, observa-se certa depreciação da própria cultura produtiva de moda íntima, à medida que compromete as relações humanas no setor do vestuário. Essa questão está presente tanto nas confecções formais quanto nas informais, sendo que, nas últimas, a situação tem maior agravante devido à falta de regularização das questões trabalhistas.

Considerando que o trabalhador do setor de vestuário, pode ser visto como face identitária complementar e afim do território de Nova Friburgo, verifica-se que, como capital humano, encontra-se em situação de desvalorização. Em relação aos conceitos do *Relatório Brundtland*⁶³ sobre desenvolvimento humano, nota-se um distanciamento da realidade local em que o desenvolvimento ainda se encontra limitado à conservação intacta do capital físico, que produz um fluxo de renda. Contrapondo, principalmente, as questões de conservação, substituição e crescimento do volume de capital humano no tocante ao desgaste físico, a obsolescência técnica e a depreciação do mesmo.

Portanto, essa ausência da dinâmica de reconhecimento e valorização do trabalhador do setor de vestuário pode vir a onerar consideravelmente o imprescindível capital sinérgico, que tem a capacidade social de promover ações, em conjunto, dirigidas aos fins coletivos e democraticamente aceitos, para o desenvolvimento sustentável do município de Nova Friburgo, no que se refere ao Polo de Moda Íntima.

3.2 A REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DO POLO DE MODA ÍNTIMA

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento econômico, em sua ampla realização, em contraste com o local, é parte integrante da cultura de um povo, o desenvolvimento local, por sua vez, não deve ser desconectado do ser humano. Isto leva a percepção de que a identidade do território resulta da ação de diversos atores sociais, conforme assinala Garcia (2007, p. 27):

Se o ator territorializa o espaço, o território é decorrente das ações dos homens, suas afinidades e relações que se estendem à apropriação. O território atua dinamicamente com as facilidades empreendidas pela comunicação e mobilidade, aproximando os indivíduos que concebem uma identidade coletiva entre si e com a produção do espaço no qual exerce sua força de trabalho.

⁶³ C.f. *Relatório Brundtland*, p. 11-12.

Então, considerando que o homem é um agente modelador do território em que vive, reside e trabalha, torna-se necessário identificar quais são os atores que participam do Polo de Moda Íntima e, posteriormente, verificar a sua representação de acordo com os “blocos de poder”⁶⁴ para compreender melhor a complexidade das questões que se colocam nos níveis políticos, econômicos, sociais e culturais no município de Nova Friburgo. Os parceiros do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo (2008a) são:

- **Poder público** (entidades governamentais): Prefeitura de Nova Friburgo, Prefeitura de Duas Barras, Prefeitura de Cordeiro, Prefeitura de Cantagalo, Prefeitura de Macuco, Prefeitura de Bom Jardim; SEDET/RJ; MDIC.
- **Poder econômico** (entidades empresariais e entidades de crédito): FIRJAN; BNDES; BB.
- **Poder do saber e da informação** (entidades de capacitação e fomento): SEBRAE; SENAI; UERJ.
- **Poder da organização da sociedade civil** (ONGs, sindicatos, associações e outros): SINDIVEST.

A partir do exposto, é possível identificar que os atores do Polo de Moda Íntima encontram-se sob os blocos do poder público, econômico, do saber e da informação, sendo que, sob o bloco da organização da sociedade civil encontra-se somente o Sindicato das Indústrias do Vestuário (SINDVEST), notando-se as ausências do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo e do Conselho Municipal das Associações de Moradores de Nova Friburgo (ComAmor).

Em contrapartida, citam-se, como exemplos positivos, a inclusão da participação de Sindicatos dos Trabalhadores no APL da Indústria de Confecção do Sul de Santa Catarina; no APL das Indústrias de Confecção e Têxtil do Vale do Itajaí; no APL das Indústrias de Confecção do Vale do Itapocu, em Santa Catarina (SEBRAE/SC, 2009); e no APL do Polo Tecnológico da Indústria Têxtil e de Confecção de Americana e Região, em São Paulo

⁶⁴ Segundo Viezzer (2008, p. 4-5), os blocos de poder se dividem em: (I) o **poder público** que se exerce a partir dos órgãos do legislativo, executivo, judiciário. Estes, por sua vez, situam-se em diversos níveis: local, estadual e nacional. Em muitos casos a estes se agregam organismos internacionais; (II) o **poder econômico**, que se exerce a partir de empresas e instituições da indústria, a agroindústria, os bancos, o comércio; (III) o **poder do saber e da informação** que se concentra nos centros de pesquisa, nas universidades, na rede formal de ensino e nos meios de comunicação; (IV) o **poder da organização da sociedade civil** que se expressa particularmente nas Organizações Não-Governamentais (ONGs) do chamado Terceiro Setor e nos Movimentos Sociais com suas diferentes representações: sindicatos, cooperativas, associações, comunidades de igrejas, etc.

(POLO TECTEX, 2009).

Desse modo, identifica-se, como particularidade do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo, a exclusão da participação do trabalhador/comunidade, que apesar de estar circunscrito no território, encontra-se à margem das tomadas de decisões sobre as diretrizes do referido polo relacionadas ao território.

É necessário, porém, lembrar que os arranjos produtivos locais procuram enfatizar a importância da participação de outros atores, além das empresas, tais como organismos governamentais, associações, instituições de pesquisa, educação e treinamento. Esse tipo de aglomeração pode favorecer ambientes ricos e dinâmicos de aprendizagem coletiva, assim como de geração e difusão de conhecimentos e inovações, no âmbito de processos de interação e de articulação entre os agentes que ali se situam (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p.431).

As ações implementadas no Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e região, são definidas em conjunto pelos diversos parceiros institucionais, através da elaboração de um planejamento estratégico⁶⁵. Tal planejamento não atende às necessidades do trabalhador, provavelmente, em virtude de ser orientado por uma visão empresarial conservadora, que não revela a origem operária dos atuais empresários, que no passado, vivenciaram a realidade e as reivindicações trabalhistas na condição, pessoal ou familiar, de operários.

Portanto, acredita-se na necessidade de valorizar a cultura e estimular a prática de relações sociais trabalhistas mais justas, que parecem estar ainda condicionadas às influências do poder econômico e de controle fabril, no município de Nova Friburgo e em decorrência dessa situação, verifica-se:

- Falta de representação da comunidade no processo participativo do desenvolvimento local, como por exemplo: participação de associação de moradores no Conselho da Moda, principalmente nas localidades de Olaria e Ponte da Saudade.
- Falta de representação dos trabalhadores através do sindicato dos trabalhadores do vestuário no Conselho da Moda.
- Depreciação da mão de obra do setor de vestuário
- Sentimento de não pertencimento ao Polo de Moda Íntima por parte do trabalhador do setor do vestuário devido à falta de conhecimento sobre seu planejamento.

⁶⁵ POLO DE MODA ÍNTIMA NOVA FRIBURGO E REGIÃO, 2008b.

Nesse sentido, torna-se necessário rever alguns dos valores socioculturais das fábricas têxteis e de vestuário presentes na estrutura organizacional do Polo de Moda Íntima, para uma maior participação do trabalhador e da comunidade na tomada de decisões, para que todos possam vir a ter oportunidades mais igualitárias, e assim construir uma nova identidade territorial para viabilizar o desenvolvimento local sustentável.

Enfatizando o exposto, abre-se a possibilidade de uma reflexão aprofundada sobre a necessidade de revalorar a cultura produtiva de moda íntima, bem como a estrutura organizacional do Conselho da Moda e das empresas que configuram o Polo de Moda Íntima, para valorizar o papel do trabalhador no setor de vestuário, peça-chave na cadeia produtiva, a fim de evitar, num futuro próximo, a migração significativa dessa mão de obra, para outros setores mais atrativos em termos de oferta de remuneração e reconhecimento profissional como, por exemplo, os setores de comércio e de serviços. Parte dessa realidade já é percebida no direcionamento do Polo de Moda Íntima rumo aos municípios de Bom Jardim, Cordeiro, Cantagalo, Duas Barras e Macuco em busca de reserva de mão de obra.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação apresentou como objetivo principal identificar os valores socioculturais, presentes na construção da identidade territorial do município de Nova Friburgo, que se encontram intimamente ligados ao desenvolvimento local, ressaltando o Polo de Moda Íntima.

Para descobrir esses valores, foi necessário investigar a representação das fábricas têxteis de origem alemã, assim como as relações sociais produzidas no território, a partir do processo de industrialização. Para tanto, foi realizada uma proposição de referencial teórico que possibilitou identificar os componentes do território e, também, verificar a percepção do trabalhador/comunidade diante do desenvolvimento local.

A partir desse processo investigativo, foi possível concluir que a proposta de desenvolvimento local do município de Nova Friburgo está inserida em uma realidade ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências positivas no que diz respeito à perpetuação da prática produtiva de moda íntima, capaz de promover o dinamismo econômico. No entanto, apesar da geração de emprego, os resultados dessa pesquisa revelaram que ainda prevalece a desigualdade na distribuição de renda no município.

Com base na pesquisa documental e, principalmente, nas informações obtidas na pesquisa de campo, é possível constatar que as relações sociais de trabalho implantadas desde o início do processo de industrialização, no município de Nova Friburgo, são mantidas até hoje, inclusive nas empresas que compõem o Polo de Moda Íntima. Nesse aspecto é fundamental destacar a baixa remuneração associada ao ritmo intenso da produção, com jornadas exaustivas de trabalho. Revelou, sobretudo, a forma convencional do capitalismo se manter, assim como de reproduzir suas relações essenciais de produção, típicas do desenvolvimento focado na dimensão meramente econômica.

Constatou-se ainda, através da pesquisa de campo, certa depreciação em relação à importância dos trabalhadores no processo de desenvolvimento local.

No que diz respeito às fábricas e suas relações de poder diante da sociedade friburguense, verificou-se – a partir do emprego do marco teórico – a projeção dessa representação na governança do Polo de Moda Íntima, onde a presidência do Conselho da Moda foi exercida por empresários dos setores de metal-mecânica e têxtil, respectivamente. É, ainda, relevante enfatizar que, até o presente momento, essa função não foi exercida por nenhum empresário das MPEs que integram o polo.

Se, por um lado, foi identificada a presença das esferas de poder econômico e institucional como atores, por outro lado, constatou-se a ausência de representação do movimento sindical e social significativos como, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo e o Conselho Municipal das Associações de Moradores de Nova Friburgo. Nesse sentido, foi verificado que essa é uma das particularidades do Polo de Moda Íntima, já que, em outros modelos de arranjos produtivos locais, foi identificada a participação do sindicato dos trabalhadores. Somando-se a isso, um fato especial foi registrado, atestando essa observação: trata-se da tomada de decisão da construção do museu de lingerie por parte dos empresários que integram o Polo de Moda Íntima, porém, sem a participação efetiva da comunidade.

Quanto à organização territorial do espaço do Polo de Moda Intima, observou-se a concentração relativa das mesmas atividades produtivas, na localidade de Olaria que expressa, ao mesmo tempo, a divisão social e o surgimento de sistemas de organização industrial inovadores. Com o objetivo de gerar visibilidade, expandiu-se para a localidade Ponte da Saudade, na entrada da cidade, nas proximidades da Rodoviária Sul, favorecendo, também, a logística de distribuição do produto para outras regiões.

Além disso, de certa forma, o referido polo impulsionou a expansão do setor têxtil com a implantação de novas fábricas na região, atraídas pela mão de obra especializada além de barata e por suas empresas, potenciais clientes de matérias-primas têxteis, para a confecção do produto de moda íntima. Outro aspecto observado foi a visibilidade do circuito turístico da cidade, devido ao crescimento do fluxo de comerciantes, revendedores e “sacoleiras” no município, não sendo possível, porém, ignorar esse panorama originado pela dinâmica das atividades do polo.

Sob um ponto de vista específico da produção do setor de vestuário, os resultados da pesquisa permitem concluir pela evidência de fatos que revelaram o desenvolvimento do município de Nova Friburgo focado, ainda, na dimensão econômica e institucional. Em

contrapartida, constatou-se a ausência de um desenvolvimento que se ampliase para as esferas sociais e culturais, o que possibilitaria a promoção da inclusão e o estreitamento dos elos de relacionamento social, usando os ativos sociais do local, para a resolução de problemas de forma cooperada, valorizando, sobretudo, o capital sinérgico.

Do mesmo modo, observou-se que as particularidades identificadas no Polo de Moda Íntima relacionadas aos valores socioculturais e à identidade do território se distanciaram do modelo dos distritos industriais italianos que possuem em suas vivências o processo coletivo de produção, enfatizando a cooperação e a interação entre os atores sociais, bem como os fundamentos teóricos dos arranjos produtivos locais.

Diante do exposto, o Polo de Moda Íntima foi identificado somente como sistema produtivo local, em virtude do surgimento de um espaço social construído com base em relações sociais frágeis.

Neste caso, explicitamente, observou-se que o fator inibidor de uma maior articulação, assim como uma maior participação dos atores sociais pode estar associada às relações de trabalho e de poder estabelecidas pelas fábricas têxteis e de vestuário, apresentando, assim, traços culturais significativos de uma política fabril baseada no sistema fordista.

Mantendo-se fiel à linha de pesquisa exploratória, a intenção final deste trabalho, portanto, é abrir discussões futuras, no sentido de mostrar a necessidade de criar procedimentos capazes de construir uma identidade territorial, a partir da revalorização da cultura e de transformar os sujeitos que se encontram atualmente excluídos na sociedade friburguense em sujeitos participativos do seu próprio desenvolvimento.

A expectativa é de que as proposições que virão apontem um caminho de desenvolvimento mais humano, pois, os cidadãos friburguenses estão ansiosos por realizar, conforme foi verbalizado e sentido.

Por essas razões aqui expostas, se propôs a revalorização da cultura, a fim de que a comunidade tenha maior representatividade no seu próprio desenvolvimento local.

Nesse sentido, a pesquisa de campo possibilitou vislumbrar – ainda que muito timidamente, em decorrência dos fatores já descritos durante essa etapa de estudo, em especial, devido à dificuldade de acesso e de aglutinação de sujeitos da pesquisa, para um debate mais forte durante o grupo focal – uma nova perspectiva de desenvolvimento que possa, de fato, minimizar as tradições culturais projetadas no setor de vestuário que, de certa forma, ainda se perpetuam, através da sua prática produtiva. Essa expectativa, porém, não está orientada para o deslocamento da realidade nacional e local, nem para um tradicionalismo

isolacionista, mas sim no sentido de novas pesquisas que contribuam para o desenvolvimento da singularidade local, na diversidade.

Além disso, em uma perspectiva mais social, os resultados deste estudo revelaram o que foi possível constatar nos sentimentos apreendidos nas falas dos sujeitos e que resultou na percepção da necessidade de construção de uma identidade cultural mais igualitária, no município de Nova Friburgo, para promover o desenvolvimento local sustentável.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. In: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins; MACIEL Maria Lucia (Orgs.). *Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. Informação e conhecimento em sistemas locais de inovação: Uma perspectiva comparada. In: *VIII ENANCIB Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 2007, Salvador, Bahia. VIII ENANCIB Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007.

ALENCAR, M.M.T. O apoio às pequenas unidades produtivas no Brasil: alternativa ao desemprego ou (des)construção do trabalho assalariado no Brasil? In: ALMEIDA, C.C. L; FRANCISCO, E. M. V. (Orgs.). *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 99-117.

ARAÚJO, J. R. de. *Nova Friburgo: a construção do mito da Suíça brasileira*. Niterói, 2003, 287 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

ARAÚJO, M. C. de; LIMA, P. H. F. de. *Diagnóstico sócio-ambiental de Nova Friburgo*. Agenda 21 de Nova Friburgo. Nov. 2006.

A VOZ DA SERRA ONLINE. *Pólo de Moda Íntima traça planos até 2011: Centro de Referência da Moda, na Ponte da Saudade, é um dos objetivos do novo planejamento estratégico*. Nova Friburgo, Jornal A Voz da Serra Online, 20/02/2009. Disponível em: <<http://www.avozdaserra.com.br/noticias.php?noticia=3573>>. Acesso: 5 abr. 2009.

_____. *Senai capacitará 180 profissionais dos setores metal-mecânico e de confecções em cursos gratuitos*. Nova Friburgo, Jornal A Voz da Serra Online, 6/02/2009. Disponível em: <<http://www.avozdaserra.com.br/noticias.php?noticia=3573>>. Acesso: 5 abr. 2009.

_____. *Falhas no fornecimento de energia geram reclamações*. Nova Friburgo, Jornal A Voz da Serra Online, 07/01/2009. Disponível em: <<http://www.avozdaserra.com.br/noticias.php?noticia=3084>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

_____. *Heródoto Prefeito pela quarta vez*. Nova Friburgo, Jornal A Voz da Serra Online, 02/01/2009. Disponível em: <<http://www.avozdaserra.com.br/noticias.php?noticia=3047>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

BASTOS, S. Q. de A. Tempo e espaço nas estratégias de desenvolvimento local: estudo de caso de Juiz de Fora (MG). In: Yves Fauré; Lia Hasenclever (Orgs.). *Caleidoscópio do*

- Desenvolvimento Local no Brasil: diversidade das abordagens*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 271-297.
- BECATTINI, G. O Distrito Marshaliano. In: BENKO, G; LIPIETZ, A. (Orgs). As regiões ganhadoras. *Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras, Portugal: Celta, 1994.
- BENKO, G. *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, n. 2, p. 39-53, nov. 1999.
- BOGO, A. *O MST e a cultura*. Caderno de Formação, n. 34. São Paulo: MST, 2000
- BORBA, R. A. V. *A Cidade Cognitiva: Uma Proposição para o Desenvolvimento Local na Era do Conhecimento*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Paulo, São Paulo, 2000.
- BORIN, E. C. Peixoto. *O Sebrae e os Arranjos Produtivos Locais: o caso de Nova Friburgo/RJ*. Rio de Janeiro, 2006, 247 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BRITTO, J. *Arranjos Produtivos Locais: perfil das concentrações de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2004.
- BRUNO, F. da S. (Org.); MALDONADO, L. M. de O. O futuro da indústria têxtil e de confecções: vestuário de malha. *Série Política Industrial 7 - O futuro da indústria têxtil e de confecção: vestuário de malha*. Brasília: MDIC/IEL, 2005.
- BUARQUE, Sérgio. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília, DF: INCRA/ICAA, jun. 1999.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- CARNEIRO, M. J. Trabalho, “ajuda” e disputas: uma etnografia das confecções de lingerie em domicílios rurais. *Revista Estudos de Sociologia*, São Paulo: Departamento de Sociologia e à Pós Graduação em Sociologia da UNESP, v.11, n.20, 2006.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins; MACIEL, Maria Lucia (Orgs.) *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CASTAÑEDA, M. *Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima, Nova Friburgo!* Nova Friburgo, Jornal Serrano Online, 28.02.2007. Disponível em: <<http://www.jornalserranonline.com.br/noticia-por-dentro-de-nova-friburgo-023.html>>. Acesso: 10 fev. 2008.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes 1998.
- CASTELLS, M. *O Poder da identidade*. Coleção: A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. v.2. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CASTELLS, Manoel. *A questão urbana*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

- CHESNAIS, F. *A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*. Campinas: Economia e Sociedade, n.5, 1995.
- CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- _____. *A Geografia Cultural*. 2 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.
- COCCO, G.; SILVA, G.; URANI, A. GURISATTI, P. Territórios produtivos e desenvolvimento local: um desafio para o Brasil. SILVA, G.; COCCO, G. *Territórios Produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A/Brasília, DF: SEBRAE, 2006, p. 235-240.
- COMISSÃO BRUNDTLAND. *Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1991.
- COSTA, Benhur P. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma nova abordagem microgeográfica. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, L. (Orgs.). *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.
- COSTA, Ricardo da G. R.. *A caminho do paraíso: Galdino do Valle Filho e o projeto liberal burguês na Nova Friburgo republicana*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 79-104, 2002.
- _____. *Visões do Paraíso Capitalista: hegemonia e poder simbólico na Nova Friburgo da República*, Niterói, UFF, PPGH, 1997.
- CUÉLLAR, Javier Pérez. Nossa diversidade criadora. *Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas: Papirus, Brasília: UNESCO, 1997.
- EQUIPE DE TURISMO RECEPTIVO DE NOVA FRIBURGO. *Distritos Nova Friburgo*. Disponível em: <<http://distritosnf.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 fev. 2008.
- ASSESSORIA DE IMPRENSA. *Carlos José Ieker é o novo presidente da Firjan no Centro-Norte Fluminense*. Nova Friburgo, Revista Êxito Friweb - versão Online, 21/10/2008. Disponível em: <<http://www.friweb.com.br/exitofriweb/noticia811nova+friburgo+carlos+jos%C3%A9+ieker+%C3%A9+o+novo+presidente+da+firjan+no+centro+norte+fluminense.html>>. Acesso em: 10 dez. 2008.
- FEATHERSTONE, M. *O desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FRANCO, A. de. *Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?* Brasília: Instituto de Política / Millennium, 2000.
- FURTADO, C. *O capitalismo global*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GARCIA, R. M. de P. *Análise da dinâmica sócio-espacial de uma área ribeirinha: um estudo das residências secundárias do Rio Sucuriú em Três Laogas – MS. Aquidauana – MS, 2007, 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2007.*
- GORDIN, M. H. de O.; OLIVEIRA, T. C. M. de. *Cadeia produtiva e desenvolvimento local: o caso da carne de frango no Mato Grosso do Sul*. Disponível em: <www.ucdb.br/coloquio/arquivos/mara.pdf>. Acesso em: 05 out. 2008.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HASENCLEVER, L. Nova Friburgo: uma economia especializada e regional face aos mercados nacional e internacional. In: HASENCLEVER, Lia; FAURÉ, Yves-A. (Orgs). *O desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro – Estudos avançados nas realidades municipais*. Rio de Janeiro: E- Papers Serviços Editoriais, 2005, p.325-404.

_____; FERREIRA, P. M.; MAEDA, I.; SANTOS, R. L. dos. Problemáticas de desenvolvimento local: o caso de Nova Friburgo. In: HASENCLEVER, Lia; FAURÉ, Yves-A. (Orgs). *O desenvolvimento econômico local no Estado do Rio de Janeiro – quatro estudos exploratórios: Campos, Itaguaí, Macaé e Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: E- Papers Serviços Editoriais, 2003, p.123-146.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INSTITUTO ETHOS. *Sérgio Mindlin comenta: “Empresa informal e sustentabilidade”*. Portal Instituto Ethos de empresas e responsabilidade social. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/2859/servicos_do_portal/noticias/itens/sergio_mindlin_comenta_%E2%80%9Cempresa_informal_e_sustentabilidade%E2%80%9D_.aspx>. Acesso em: 31 ago. 2009.

IPEA. Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil. *Relatório Consolidado*. Diretoria de Estudos Setoriais – DISET, out. 2006.

KASSARA, Yuri; SANTANA, C. H. V. Os limites da integração financeira e políticas de crédito na América do Sul: um novo modelo de desenvolvimento regional? In: DINIZ, Eli (Org.) *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 301-334.

LAYRARGUES, P.P. *Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?* Disponível em: < http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_ES_32.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2008.

Lefebvre, Henri. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LEROY, J.-P. Modelos de desenvolvimento em questão. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *A luta pela terra*. São Paulo: Paulus, 1997.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

MACIEL, M. L. *O milagre italiano: caos, crise e criatividade*. Rio de Janeiro: Relume Lumará, 1996.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense, Universitária 1997.

MANANGÃO, C. L. P. *A industrialização têxtil em Nova Friburgo*. Revista Educação Pública. 8.05. 2007. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/suavoz/0087.html>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

MARTINELLI, Dante P; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo: Manole, 2004.

MATTOS, R. C. Desvendando o Íntimo Espaço da Moda. *V Seminário de Pós-Graduação em Geografia*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói: Instituto de Geociências, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Brasil Joga Limpo*. Relatório Anual de Avaliação – PPA 2000-2003, Exercício 2002. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa%202000-2003/ppa_rel_aval/019_Meio%20Ambiente.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2008

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

POLO DE MODA ÍNTIMA NOVA FRIBURGO E REGIÃO. O *Polo*. Disponível em: <<http://www.intimafriburgo.com.br/conteudo.php?conteudo=polo>>. Acesso em: 10 fev. 2008a.

_____. *Conselho da Moda - O que é*. Disponível em: <http://www.intimafriburgo.com.br/conteudo.php?conteudo=conselho_oque>. Acesso em: 10 fev. 2008b.

POLOTECTEX. *APL*. Pólo Tecnológico da Indústria Têxtil de Confecção. Disponível em: <http://www.polotectex.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=53&Itemid=87>. Acesso em: 5 abr. 2009.

PORTER, M. E; SÖLVELL, O. The role of geography in the process of innovation and sustainable competitive advantage of firms. In: CHANDLER, A; SOLVELL, O. HAGSTROM, P. (Ed.). *The dynamic firm: the role of technology, strategy, organization and regions*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

PORTER, M. E. *Clusters and the New Economics of Competition*. Harvard Business Review. Nov.-Dec., 1998.

_____. *Vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PUGA, F. P. *Alternativas de apoio a MPMEs localizadas em arranjos produtivos locais*. Texto para Discussão, n. 99, Rio de Janeiro: BNDES, jun. 2003.

RAMALHO, J. R. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Orgs.) *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Mauad: UFRJ – PPGSA; Brasília, DF: CAPES, 2006. p. 11-42.

_____. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.43, n.4, 2000. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/trab_sindicato.pdf>. Acesso: 31 ago. 2009

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAUER, Carl O. Morfologia da Paisagem. In: Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendhal (Orgs). *Paisagem, tempo e cultura*. – 2 ed. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2004.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: UFPR, n. 2 p.47-62, 1994.

- SANTOS, M. *A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHMITZ, H. Eficiência Coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.18, n.2, p.164-200, 1997.
- SCHMITZ, H.; NADVI, K. Clustering and industrialization: introduction. *World Development*, Vol. 27, No. 9, p. 1503-1514, 1999.
- SCOTT, A. In: CHANDLER, A; SOLVELL, O. HAGSTROM, P. (Ed.). *The dynamic firm: the role of technology, strategy, organization and regions*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- SEBRAE. *Termo de Referência para atuação do Sistema SEBRAE em APL*. Série Documentos. Edição SEBRAE, jun. 2003. Disponível em: < [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/\\$File/NT000A4AF2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/$File/NT000A4AF2.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2007.
- _____. *BID avalia projeto do Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo*. In: Portal Fator Brasil. Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=1267>. Acesso em: 05 out. 2008.
- SEBRAE/SC. *Arranjos Produtivos Locais – APLs*. Disponível em: < <http://www.sebrae-sc.com.br/produtos/?produto=1931>>. Acesso em: 05 abr. 2009.
- SILVA, G. O quadro da transferibilidade: ou como pensar alguns nexos com a experiência dos Distritos Industriais Italianos (DII). In: SILVA, G.; COCCO, G. (Orgs). *Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A/Brasília, DF: SEBRAE, 2006, p. 95-106.
- SILVEIRA, C. M.; REIS, L. da C. (Orgs.). *Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias*. Rede DLI, 2001.
- SOUZA, R. G. de. Poder local e gestão de políticas públicas. In: Elaine Marlova Venzon Francisco; Carla Cristina Lima de Almeida (Orgs.). *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 53-77.
- SZAFIR-GOLDSTEIN, C.; TOLEDO, G. L. *Competição e Cooperação em Clusters Industriais: Estágios e Políticas*. In: VII SEMEAD - Seminários em Administração FEA - USP, 2004, São Paulo - S.P. Anais do VII SEMEAD, 2004.
- TANGARI, C. Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região. In: *Colóquio Internacional de Boas Práticas Territoriais no Brasil e na União Européia*. Sessão Temática: Experiência em Territórios com Competitividade Consolidada. Ministério da Integração Nacional, Brasília, 30.11.2007.
- TAVARES, H. M. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: *CADERNOS IPPUR. Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, v.15 e 16, n.2 e 1, p.229-248, ago-dez 2001 e jan-jul 2002.
- VIEZZER, Noema. *Atores Sociais que interferem na qualidade do meio ambiente e qualidade de vida. Programa de formação de educadoras e educadores ambientais*. Disponível em: <homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/.../Artigo_Atores_Sociais.pdf>. Acesso: 10 dez. 2008
- WERTHEIN, J. Introdução. In: CANCLINI, N. G. (Org.) *Políticas Culturais para o Desenvolvimento – uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.
- ZACARELLI, S.B. *Estratégia e sucesso nas empresas*. São Paulo: Saraiva, 2000.

6 APÉNDICE

6.1 ROTEIRO DE DEBATE DO GRUPO FOCAL

A relação dos trabalhadores do setor de vestuário com as dimensões do APL do Polo de Moda Íntima no município de Nova Friburgo.

Questões-chave:

1 – Governança

- Conhecimento sobre a atuação do Arranjo Produtivo Local (APL) de Moda Íntima.
- Acesso à informação sobre a condução das atividades no âmbito do APL de Moda Íntima.
- Participação nas decisões coletivas junto ao APL de Moda Íntima e Conselho da Moda.

2 – Identidade do território

- Reconhecimento dos trabalhadores como parte integrada no processo de desenvolvimento local e implantação do APL de Moda Íntima.
- Valorização dos elementos e referências culturais existentes no território dentro do APL de Moda Íntima.
- Melhoria das condições de vida do trabalhador/comunidade com o surgimento do APL de Moda Íntima no território.
- Identificação de possíveis impactos.

3 – Interação e Cooperação

- Relação de cooperação com APL de Moda Íntima.
- Iniciativas, ações, atividades e projetos realizados em conjunto entre as empresas do APL de moda íntima e o trabalhador do setor de vestuário.
- Fortalecimento da integração entre o trabalhador e o APL de Moda Íntima.

7 ANEXO

7.1 NOVA FRIBURGO – MAPA TURÍSTICO 2008/2009



Fonte: Secretaria Municipal de Turismo – Nova Friburgo, 2008/2009.

7.2 ACORDO COLETIVO DE TRABALHO DE 2008/2009 – PISO SALARIAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE NOVA FRIBURGO E REGIÃO

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000429/2008
 DATA DE REGISTRO NO MTE: 13/10/2008
 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR018655/2008
 NÚMERO DO PROCESSO: 46666.002691/2008-19
 DATA DO PROTOCOLO: 02/10/2008

SIND DOS TRAB NAS IND DO VESTUARIO DE PETROPOLIS, CNPJ n. 31.169.519/0001-21, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HUGO LAGRECA, CPF n. 173.252.937-04;

E

SIND DAS IND DE CONF DE ROUP E CHAP DE SENH DDE PETR, CNPJ n. 31.169.311/0001-02, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADDISON FREITAS MENESES, CPF n. 585.534.287-53;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de setembro de 2008 a 31 de agosto de 2009 e a data-base da categoria em 1º de setembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Petrópolis**, com abrangência territorial em **Petrópolis/RJ**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO ADISSIONAL NORMATIVO

Será assegurado o salário admissional normativo a partir de 1º de setembro de 2008, na seguinte forma:

- a) **RS 572,00** (quinhentos e setenta e dois reais), para as funções de costureira, estampador, cortador, overloquista, retista e colaretista.
- b) **RS 440,00** (quatrocentos e quarenta reais), para a função de passadeira.
- c) **RS 424,00** (quatrocentos e vinte e quatro reais), como piso geral para todas as demais funções da categoria, inclusive para aqueles empregados que forem contratados como aprendizes, na forma da cláusula 18ª desta Convenção.

7.3 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DE 2008/2009 – PISO SALARIAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE CAMPOS DOS GOITACAZES, CARDOSO MOREIRA, CONCEIÇÃO DE MACABU, QUISSAMÃ, SANTA MARIA MADALENA, SÃO FIDÉLIS, SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA E SÃO JOÃO DA BARRA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000359/2008
 DATA DE REGISTRO NO MTE: 01/09/2008
 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR014051/2008
 NÚMERO DO PROCESSO: 46228.001444/2008-64
 DATA DO PROTOCOLO: 14/08/2008

SIND DOS TRABALHADORES NAS IND DO VESTUARIO DE CAMPOS, CNPJ n. 31.500.986/0001-92, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). NELMA CRISTINA AREIAS DE AZEVEDO, CPF n. 679.560.767-49;

E

SINDICATO DA INDUSTRIA DO VESTUARIO DE CAMPOS, CNPJ n. 31.505.290/0001-59, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SIRLEA GONCALVES PITTA, CPF n. 655.688.777-34;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de junho de 2008 a 30 de maio de 2009 e a data-base da categoria em 01 de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Todos os trabalhadores nas indústrias do vestuário de Campos dos Goitacazes, Cardoso Moreira, Conceição de Macabú, Quissamã, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra**, com abrangência territorial em Campos dos Goytacazes/RJ.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A – Auxiliar de Serviços Gerais, R\$ 470,34 (quatrocentos e setenta reais e trinta e quatro centavos);

B _ Costureira, bordadeira, sapateiro, cortador, riscador, passador, chefe de seção, modelista e pessoal de escritório R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais);

C _ Lavador e Serigrafista , perceberá mensalmente R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) , mais 20% por cento de insalubridade.

Nenhum empregado representado pelo sindicato profissional poderá perceber salário inferior aos fixados nesta norma Coletiva

7.4 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DE 2008/2009 – PISO SALARIAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE TERESÓPOLIS/RJ

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000613/2008
 DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/12/2008
 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR023532/2008
 NÚMERO DO PROCESSO: 46666.003378/2008-06
 DATA DO PROTOCOLO: 02/12/2008

SIND DOS TRAB NAS IND DO VESTUARIO DE PETROPOLIS, CNPJ n. 31.169.519/0001-21, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HUGO LAGRECA, CPF n. 173.252.937-04;

E

SINDICATO DA IND ALFAI CONFEC R DE H NO MUNIC R JANEIRO, CNPJ n. 33.638.156/0001-51, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VICTOR ANTONIO MISQUEY, CPF n. 027.162.407-87;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de outubro de 2008 a 30 de setembro de 2009 e a data-base da categoria em 1º de outubro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores na Indústria de Alfaiataria e Confecção de Roupas**, com abrangência territorial em **Teresópolis/RJ**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica estabelecido que as constureiras e todo profissional qualificado, entendendo-se como tal todo empregado ocupado em operação de produção, ou seja, do corte à passadoria inclusive, não poderá perceber, a partir de 1º de outubro de 2008, menos de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais como piso salarial, desde que tenha, na data do início de vigência deste acordo (01/10/2008), um ano completo de exercício na profissão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a aplicação da presente cláusula, prevalecerá a anotação na Carteira Profissional, inscrito por qualquer empregador integrante da categoria econômica, cujos empregados são representados pelo sindicato representativo da categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não serão considerados, para efeito desta cláusula, os menores aprendizes, cuja regulamentação e condição salarial é regida pela Lei nº 10.097, de 19/12/2000.

7.5 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DE 2008/2009 – PISO SALARIAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PETRÓPOLIS/RJ

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000429/2008
DATA DE REGISTRO NO MTE: 13/10/2008
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR018655/2008
NÚMERO DO PROCESSO: 46666.002691/2008-19
DATA DO PROTOCOLO: 02/10/2008

SIND DOS TRAB NAS IND DO VESTUÁRIO DE PETROPOLIS, CNPJ n. 31.169.519/0001-21, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HUGO LAGRECA, CPF n. 173.252.937-04;

E

SIND DAS IND DE CONF DE ROUP E CHAP DE SENH DDE PETR, CNPJ n. 31.169.311/0001-02, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADDISON FREITAS MENESES, CPF n. 585.534.287-53;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de setembro de 2008 a 31 de agosto de 2009 e a data-base da categoria em 1º de setembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Petrópolis**, com abrangência territorial em **Petrópolis/RJ**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO-ADMISSSIONAL NORMATIVO

Será assegurado o salário admissional normativo a partir de 1º de setembro de 2008, na seguinte forma:

- a) **R\$ 572,00** (quinhentos e setenta e dois reais), para as funções de costureira, estampador, cortador, overloquista, retista e colaretista.
- b) **R\$ 440,00** (quatrocentos e quarenta reais), para a função de passadeira.
- c) **R\$ 424,00** (quatrocentos e vinte e quatro reais), como piso geral para todas as demais funções da categoria, inclusive para aqueles empregados que forem contratados como aprendizes, na forma da cláusula 18ª desta Convenção.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)